

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SIMONE MARIA DE SOUZA**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM  
TERRA (MST): as contradições vivenciadas na  
produção sem a participação das mulheres negras.**

**Recife  
2009**

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

**SIMONE MARIA DE SOUZA**

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM  
TERRA (MST): as contradições vivenciadas na  
produção sem a participação das mulheres negras.**

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Serviço Social, da  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),  
como requisito parcial para a  
obtenção do grau de doutora em  
Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra.  
Maria Alexandra da  
Silva Monteiro Mustafá

Recife  
2009

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Souza, Simone Maria de

Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras / Simone Maria de Souza. – Recife : O Autor, 2009.

150 folhas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2009.

Inclui bibliografia e anexos.

1. MST. 2. Produção. 3. Não Participação. 4. Mulheres Negras. I. Título.

361 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2011-013)

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

# SIMONE MARIA DE SOUZA

## MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora em Serviço Social.

Aprovada em 29 de maio de 2009

### BANCA EXAMINADORA

*Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá*

Prof. Dra. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá — Presidente da Banca — Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

*Vitória Régia Fernandes Gehlen*

Prof. Dra. — Vitória Régia Fernandes Gehlen — Examinadora Interna (Titular) — Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

*Dênis Antônio de Mendonça Bernardes*

Prof. Dr. Dênis Antônio de Mendonça Bernardes — Examinador Interno (Titular) — Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

*Laura Susana Duque-Arrazola*

Prof. Dra. Laura Susana Duque-Arrazola — Examinadora Externa (Titular) — Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

*Maria do Socorro de Abreu e Lima*

Prof. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima — Examinadora Externa (Titular) — Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dra. Aparecida Sueli Carneiro Jacoel — Examinadora Externa (Suplente) — Geledés – Instituto da Mulher Negra

Prof. Dra. Anita Aline Albuquerque Costa — Examinadora Interna (Suplente) — Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dedico esta tese à superpopulação relativa formada por trabalhadoras/es proletários/as, em sua maioria, negras/os que têm o seu trabalho apropriado e explorado pelo capitalismo.

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

## AGRADECIMENTOS

À toda a minha família, em especial, a Maria de Fátima (mãe), pela acolhida, dedicação, carinho e estímulo em todas as fases de minha formação.

À Alexandra Mustafá, meu carinhoso agradecimento, pelo compromisso que assumiu de orientar a tese até a sua finalização.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da UFPE, pela oportunidade de cursar as disciplinas e adquirir novos conhecimentos, elas foram fundamentais para avançar no debate realizado neste trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de pesquisa e iniciativa de criação da taxa de bancada. Elas foram importantes, para minha dedicação integral à tese.

À Laura Duque-Arrazola e a Zélia Pereira, pelas contribuições na qualificação do projeto.

Às professoras Sueli Carneiro, Laura Duque-Arrazola, Anita Aline, Vitória Gehlen e Alexandra Mustafá e ao professor Dênis Bernardes, pelas relevantes contribuições que serviram para ampliar o nosso horizonte de conhecimento e enriquecer o nosso trabalho.

Ao Coletivo de Mulheres do Setor Gênero do MST/PE, pela importante colaboração prestada à pesquisa.

Ao Cristiano Ramalho, pelo incentivo em cursar as disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pelas bibliografias, documentos, livros e conversas. Elas foram relevantes para avançar no desenvolvimento deste trabalho.

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

À Piedade Marques e ao Cezar Henrique, pelas indicações bibliográficas e conversas.

À Sinara Santos pela transcrição das fitas e ao meu colega de turma Mariano Arouche.

Às minhas colegas do curso de doutorado Andréa Lima, Moema Serpa e Joseana Saraiva.

Ao Jean Anil Louis-Juste, colega de turma e companheiro de luta que foi covardemente executado por lutar contra as frequentes intervenções dos países imperialistas e por organizar os/as trabalhadores/as haitianos/as.

À Simone Claudino, Zenaide Siqueira, Ana Cristina, Sheilla Nadíria, Jacilene Carvalho, Kátia e Eline, pelos momentos maravilhosos.

Ao professor Juan Pablo Rodriguez Martins, do Departamento de Letras, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pela tradução do resumo.

A Helena e Wellington Brasileiro, pela revisão e formatação do trabalho.

Para finalizar, meus agradecimentos vão para Fátima Lucena, pela contribuição em minha formação.

## RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização política, constituída pela superpopulação relativa formada por trabalhadores/as proletários/as, em sua maioria, negros/as. Assim como as organizações tradicionais de classe – partidos políticos de esquerda e sindicatos —, o MST abandonou o trabalho enquanto categoria central na luta socialista. O MST luta pela reforma agrária e pela organização, majoritária, do trabalho com base na família. Segundo Marx e Engels (2002), é na divisão do trabalho que tem como base a família, que há a apropriação e exploração do trabalho da mulher e dos filhos e filhas, que se organiza a divisão do trabalho, a formação das classes sociais e do Estado. A divisão do trabalho, no Brasil, é marcada pela divisão “racial” e sexual do trabalho. É decorrente das relações “raciais” e sociais de sexo. Estas relações sociais são assimétricas e antagônicas, estruturantes e transversais à totalidade do campo social. Geram hierarquia do homem branco em relação à mulher negra. A divisão “racial” e sexual do trabalho, separa e hierarquiza o trabalho, razão porque, predominantemente, os homens brancos não vão ser encontrados nos trabalhos manuais, na esfera da reprodução/produção social, em trabalhos considerados inferiores, menos valorizados e de menor remuneração, mas sim, vão ser encontradas as mulheres negras. Por isso, as mesmas têm menos acesso à riqueza do que os homens brancos. Situação que produz e perpetua privilégios e desigualdades. O MST, ao abandonar o trabalho e não incorporar os debates sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero faz com que as mulheres negras não participem da produção. Diante deste fato, nosso objetivo é analisar as contradições vivenciadas pelo MST na produção sem a participação das mulheres negras. Sendo assim, nossa tese está inserida na linha de pesquisa Processos de Mobilização e Organização Popular, que tem como área temática Serviço Social, Ação Política e Sujeitos Coletivos. Em nossa pesquisa qualitativa, nos fundamentamos na teoria marxista e utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental. E como técnicas de pesquisa, a observação direta e a realização de entrevistas semi-estruturadas com as dirigentes do Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero do MST/PE. A partir dos dados obtidos, concluímos que o MST ao optar pela reforma agrária e organização do trabalho com base na família, sustenta a divisão “racial” e sexual do trabalho e faz com que o trabalho das mulheres negras seja apropriado e explorado e elas estejam disponíveis para serem exploradas. Tal fato ocorre, porque o MST não incorpora em seu debate as discussões sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, mas apenas sobre a categoria gênero. Isso faz com que os pilares de sustentação do capitalismo no Brasil sejam mantidos.

**Palavras-chave:** MST. Produção. Não Participação. Mulheres Negras.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

## RESUMEN

El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) es una organización política, constituida por la superpoblación relativa formada por trabajadores/as proletarios/as, en su mayoría, negros/as. Así como las organizaciones tradicionales de clase – partidos políticos de izquierda y sindicatos -, el MST abandonó el trabajo como categoría central en la lucha socialista. El MST lucha por la reforma agraria y organización, mayoritaria, del trabajo que se basa en la familia. Según Marx y Engels (2002) *es en la división del trabajo que se basa en la familia en la que se verifica la apropiación y explotación del trabajo de la mujer y de los hijos/as, en la que se organiza la división del trabajo, la formación de las clases sociales y del Estado*. La división del trabajo, en Brasil, está marcada por la división “racial” y sexual de funciones. Es consecuencia de las relaciones “raciales” y sociales de sexo. Estas relaciones sociales son asimétricas y antagónicas, estructurantes y transversales sobre la totalidad del campo social. Generan jerarquía del hombre blanco en relación la mujer negra. La división “racial” y sexual del trabajo, separa y jerarquiza el trabajo, razón por la que, predominantemente, los hombres blancos no se encontrarán en los trabajos manuales, en la esfera de la reproducción/producción social trabajos considerados inferiores, menos valorados, pero sí van a encontrarse en ese rol las mujeres negras. Por eso las mismas tienen menos acceso la riqueza que los hombres blancos. Situación que produce y perpetúa privilegios y desigualdades. El MST, al abandonar este trabajo y no incorporar los debates sobre la división “racial” y sexual del trabajo y acerca las cuestiones de “raza” y género, provoca que las mujeres negras no participen en la producción. Ante de este hecho, nuestro objetivo es analizar las contradicciones vividas por el MST en la producción sin la participación de mujeres negras. Siendo así, nuestra tesis se encuadra en la línea de investigación Procesos de Movilización y Organización Popular, cuya área temática es Servicio Social, Acción Política y Sujetos Colectivos. La realización de nuestra pesquisa cualitativa se fundamenta en la teoría marxista y se emplea la pesquisa bibliográfica y documental. Como técnicas de pesquisa se recurre a la observación directa y la realización de entrevistas semi-estructuradas con las dirigentes del colectivo de Mujeres del MST/PE. A partir de los datos obtenidos, concluimos que el MST al optar por la reforma agraria y organización del trabajo con basa en la familia, sostiene la división “racial” y sexual del trabajo y contribuye a que el trabajo de las mujeres negras sea apropiado y explotado y ellas estén expuestas a su explotación. Tal hecho se verifica porque el MST no ha incorporado para su debate las discusiones sobre el trabajo, la división “racial” y sexual del trabajo, así como las cuestiones de “raza” y género, sino apenas sobre la categoría género, lo que permite que los pilares que sostienen el capitalismo en Brasil se mantengan.

**Palabras Clave: MST; Producción; No Participación; Mujeres Negras.**

pdfMachine

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 O CAPITALISMO NO BRASIL E O MST.....</b>	<b>18</b>
1.1 A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL E DO MST .....	19
1.2 MST: FORMADO PELA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA CONSTITUÍDA POR TRABALHADORES/AS PROLETÁRIOS/AS, EM SUA MAIORIA, NEGROS/AS.....	34
1.3 O MST E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COM BASE NA FAMÍLIA NA LUTA SOCIALISTA: AS CONTRADIÇÕES VIVENCIADAS NA PRODUÇÃO QUE REAFIRMAM OS PILARES DO CAPITALISMO .	45
<b>1.3.1 MST: uma organização da classe trabalhadora que luta pela reforma agrária e pela organização do trabalho com base na família .....</b>	<b>45</b>
<b>1.3.2 O MST e a organização do trabalho com base na família: as contradições vivenciadas na produção .....</b>	<b>51</b>
<b>2 O MST E A DIVISÃO “RACIAL” E SEXUAL DO TRABALHO COM BASE NA FAMÍLIA. NA PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO, AS MULHERES NEGRAS NÃO PARTICIPAM.....</b>	<b>58</b>
<b>3 MST: AS CONTRADIÇÕES VIVENCIADAS NA PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO SEM A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS .....</b>	<b>82</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>124</b>

---

## INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização política formada pela superpopulação relativa constituída por trabalhadores proletários e trabalhadoras proletárias, em sua maioria, negros e negras.

O MST, assim como as organizações tradicionais da classe trabalhadora (partidos políticos de esquerda e sindicatos), abandonou o trabalho enquanto categoria central na luta socialista. No lugar do trabalho, o MST tem colocado a reforma agrária e estimulado formas de organização do trabalho com base na família, associações e cooperativas.

Em relação à organização do trabalho em associações e cooperativas, elas não são significativas, representam apenas 1% no Brasil e 0,3%, na zona canavieira do Nordeste. (LEITE et al., 2004).

No que se refere à organização produtiva baseada no trabalho na família, é nela que se tecem a divisão do trabalho, as classes sociais e o Estado. (MARX; ENGELS, 2002).

Especificamente, no Brasil, a divisão do trabalho é marcada pela divisão “racial”<sup>1</sup> e sexual do trabalho. Sua origem remonta à formação do capitalismo em nosso país, que tem como bases a apropriação e a exploração da força de trabalho, predominantemente, negra, sobretudo das mulheres negras. As relações “raciais” e sociais de sexo geram uma hierarquia dos homens brancos em relação às mulheres negras.

---

<sup>1</sup> Concordamos com Pena (2008), quando afirma que a categoria “raça” deve ser utilizada de forma aspiada, porque do ponto de vista biológico não existem “raças humanas”, mas a espécie Homo Sapiens. A categoria “raça” é utilizada porque existe enquanto ideologia. Logo, os movimentos antirracistas têm utilizado tal categoria enquanto estratégia de luta política contra o racismo.

As relações “raciais” e sociais de sexo são relações assimétricas e antagônicas, estruturantes e transversais à totalidade das esferas sociais. As relações “raciais” e sociais de sexo têm uma base material e ideológica, por isso numa sociedade cujo objetivo é o socialismo deve articular o trabalho à divisão “racial” e sexual do trabalho e às questões de “raça” e gênero.

As relações “raciais” e sociais de sexo destinam as mulheres negras à realização do trabalho manual, na esfera da reprodução/produção social, em tarefas consideradas inferiores em relação ao trabalho dos homens brancos. Em decorrência, o trabalho do homem branco vale mais do que o trabalho da mulher negra e a divisão “racial” e sexual do trabalho gera desigualdade e exclusão no acesso à riqueza.

O MST, ao abandonar o trabalho enquanto categoria central na luta socialista e priorizar a luta pela reforma agrária bem como defender o trabalho com base na família, que está sustentado pela divisão “racial” e sexual do trabalho, contribui para dar continuidade às bases de sustentação do capitalismo no Brasil, que são a apropriação e a exploração da força de trabalho negra, sobretudo das mulheres negras.

Por isso, 85% das mulheres e 65,6% dos homens trabalham no setor agropecuário sem receber remuneração. Estas relações de trabalho contribuem para que esteja sempre disponível ao capitalismo uma superpopulação relativa, constituída, em sua maioria, por trabalhadores e trabalhadoras negras.

Enquanto trabalhadores negros e trabalhadoras negras que compõem a superpopulação relativa, também, são proletários e proletárias porque trabalham como produtores de mercadoria e como assalariados e assalariadas, principalmente nos períodos de expansão capitalista.

Daí porque esses trabalhadores e essas trabalhadoras são necessários/as para produção/reprodução do capitalismo brasileiro, são

condição para a sua existência. Isso acontece porque o MST não tem incorporado os debates sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero. Em decorrência, as mulheres negras não participam da produção. E a não participação das mulheres negras tem feito o MST vivenciar contradições na produção.

A partir das discussões realizadas, levantamos a seguinte indagação: quais as contradições vivenciadas pelo MST na produção sem a participação das mulheres negras?

Nesta direção, nosso objetivo geral é analisar as contradições vivenciadas pelo MST na produção sem a participação das mulheres negras.

Nossos objetivos específicos são:

- ✓ Estudar a luta do MST pela reforma agrária e organização do trabalho com base na família;
- ✓ Analisar as contradições vivenciadas pelo MST na produção, que tem como base a organização do trabalho na família;
- ✓ Analisar a não participação das mulheres negras na produção / reprodução proposta pelo MST.

Nosso pressuposto é que o abandono do trabalho pelo MST e a não incorporação dos debates sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero têm levado o referido Movimento a vivenciar contradições na produção sem a participação das mulheres negras.

Em nossa pesquisa utilizamos a teoria marxista por compreendermos que ela é atual e dá conta de explicar a realidade numa perspectiva de totalidade.

No aspecto qualitativo, buscamos compreender as contradições vivenciadas pelo MST na produção sem a participação das mulheres negras, a

partir das práticas sociais constatadas nas falas das mulheres trabalhadoras do Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero do MST.

Tivemos por objetivo apreender as informações que não são quantificáveis, como:

[...] o universo de significado, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Para respondermos à nossa questão de pesquisa, utilizamos a pesquisa documental/bibliográfica e a técnica de observação direta nas reuniões do Encontro Estadual de Mulheres e nos cursos de formação política do setor de Gênero do MST, em Pernambuco, em protestos do dia 8 de março<sup>2</sup> em que o MST estava presente, nos anos de 2006, 2007 e 2008 e no XVIII Encontro Estadual do Movimento, realizado de 14 a 18 de dezembro de 2008, para identificarmos nas práticas sociais as contradições existentes, devido à não participação das mulheres negras. Isso porque o MST não tem incorporado em seu projeto político os debates sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero.

Realizamos, também, conversas informais e cinco entrevistas semiestruturadas com as mulheres integrantes e dirigentes do Coletivo de Mulheres do setor de Gênero do MST/PE, para complementar os dados da pesquisa e identificarmos as contradições contidas na realidade (Roteiros de Entrevistas nos anexos I, II e III).

A escolha das dirigentes do Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero se deu pelo fato de serem elas que realizam a ação política de difundir a política de gênero no MST. Além disso, as escolhemos por serem elas que participam dos espaços de representação política do Movimento.

---

<sup>2</sup> Comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Em relação à quantidade de mulheres entrevistadas ter se restringido a cinco mulheres, se deve ao fato de haver uma rotatividade no coletivo de mulheres. Além disso, no período de realização da pesquisa, o MST passava por uma crise financeira. A rotatividade das mulheres ocorria devido à sua condição de vida, às mudanças referentes às áreas ocupadas e às ameaças de morte.

Em 2007, no Encontro Estadual de Mulheres realizado pelo setor de Gênero, estavam presentes em torno de 150 participantes. Já no encontro realizado em 2008, só estavam presentes em torno de 12 mulheres do coletivo de mulheres do Setor de Gênero do MST. O critério de seleção adotado por nós na escolha das entrevistadas foi o tempo de participação das mulheres no coletivo de mulheres do Setor de Gênero do MST.

Para garantirmos o sigilo dos nomes das entrevistadas, modificamos seus nomes substituindo-os pelos nomes de quatro países africanos e, em homenagem a Michaelle e a sua filha Lóren Desrosiers, chamamos nossa quinta entrevistada de Haiti, em referência à luta e resistência das mulheres negras haitianas. Buscamos com as entrevistas

[...] obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (CRUZ NETO, 2002, p. 57).

Nossa tese é relevante, porque analisa uma organização política de trabalhadores e trabalhadoras que afirma lutar pelo socialismo, mas abandona a categoria trabalho, o que nos faz compreender sobre as contradições vivenciadas na produção. Estas contradições são percebidas com maior detalhe e riqueza quando articuladas à divisão “racial” e sexual do trabalho e às questões de “raça” e gênero.

É importante, ainda, por estudar as mulheres negras trabalhadoras

rurais, objeto de pesquisa pouco estudado nas Ciências Sociais.

Com esta tese, ainda, temos o intuito de contribuir na luta dos trabalhadores e trabalhadoras pelo socialismo, reafirmando a necessidade de colocar o trabalho como central na luta política e econômica. E defendemos a necessidade de incorporar os debates sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, haja vista que nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras só tem sido priorizado o debate sobre as classes sociais.

Contribuímos para que, nas lutas sociais das mulheres, seja pensada a necessidade de incorporar os debates sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, tendo em vista que as referidas lutas só têm debatido a perspectiva de gênero.

É importante que as lutas dos movimentos antirracistas compreendam e adotem o trabalho e a “raça” enquanto pontos centrais para superar o racismo, assim como é importante assumir a discussão sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, levando em consideração que estas lutas só têm focalizado a categoria “raça” enquanto necessária no combate ao racismo.

É relevante para que, nas lutas sociais das mulheres negras, elas assumam o trabalho enquanto fundante das desigualdades de classe, “raça” e gênero, bem como deem destaque aos debates sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as classes sociais, levando em consideração que as feministas negras só têm priorizado as questões de “raça” e gênero.

Por fim, o estudo contribui para que as assistentes e os assistentes sociais compreendam a importância das categorias trabalho, divisão “racial” e sexual do trabalho e reflitam sobre as questões de “raça” e gênero, assim como sobre a necessidade de incorporá-las nas políticas sociais públicas para combater e superar a exploração, a opressão, a discriminação e as

desigualdades de classe, “raça” e gênero, que produzem e perpetuam desigualdades e geram exclusão.

Para exposição dos resultados de nossa pesquisa, dividimos nossa tese em três capítulos, considerações finais, referências e anexos.

No primeiro capítulo, estudamos sobre a formação do capitalismo no Brasil e do MST. Adiante, tratamos do MST enquanto organização política, formado pela superpopulação relativa, constituído por trabalhadores/as proletários/as, em sua maioria, negros/as. E, por fim, discutimos que o abandono do trabalho pelo MST e a opção pela reforma agrária e pela divisão “racial” e sexual do trabalho, com base na organização do trabalho na família, têm feito o referido Movimento vivenciar contradições na produção.

No segundo capítulo, analisamos a não participação das mulheres negras na produção proposta pelo MST, devido à divisão “racial” e sexual do trabalho com base na família.

E, no último capítulo, focalizamos as contradições vivenciadas pelo MST na produção sem a participação mulheres negras, devido à opção pela organização do trabalho com base na família, sustentada pela divisão “racial” e sexual do trabalho.

Nas considerações finais, afirmamos que, se o MST não colocar o trabalho como central na luta socialista e incorporar as discussões sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, sua atuação continuará a produzir/reproduzir formas de apropriação e de exploração da força de trabalho, em sua maioria, negra, sobretudo das mulheres negras, dando continuidade às bases de sustentação do capitalismo no Brasil.

E, por último, concluímos com as referências bibliográficas e os anexos.

---

## 1 O CAPITALISMO NO BRASIL E O MST

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos, como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo. Ou seja: homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambigüidades de classificação social. (CUNHA, 2005, p. 2).

Afirmamos que os/as trabalhadores/as que formam o MST constituem a superpopulação relativa, formada por proletários/as, em sua maioria, negros/as. (SOUZA, 2009).

Modificar a estrutura da propriedade da terra; subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; garantir que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; apoiar a produção familiar e cooperativada [...] (MST, 1995, apud MORISSAWA, 2001, p. 153).

Abandonar o trabalho na luta socialista e optar pela reforma agrária e pela divisão “racial” e sexual do trabalho com base na organização do trabalho na família é dar continuidade a apropriação e a exploração da força de trabalho, em sua maioria, negra, sobretudo das mulheres negras, contribuindo com os pilares de sustentação do capitalismo no Brasil. (SOUZA, 2009).

Neste capítulo estudamos sobre a gênese do capitalismo no Brasil, que tem como base a apropriação e a exploração, majoritária, da força de trabalho negra, sobretudo das mulheres negras.

Em seguida, discutimos sobre a formação do MST, organização política, formada pela superpopulação relativa, constituída por trabalhadores e trabalhadoras proletários e proletárias, em sua maioria, negros e negras.

E por fim, defendemos que o MST, assim como as organizações tradicionais da classe trabalhadora — partidos políticos de esquerda e sindicatos —, abandonou o trabalho enquanto categoria central na luta socialista, optando pela esfera política, pela garantia de direitos, através das políticas sociais públicas. Especificamente, o MST optou pela reforma agrária e pela defesa, majoritária, do trabalho com base na família. O abandono do trabalho pelo MST, faz com que ele vivencie contradições na produção, devido à organização do trabalho na família, sustentada pela divisão “racial” e sexual do trabalho, que contribui para que a força de trabalho, em sua maioria, negra seja apropriada e explorada, sobretudo das mulheres negras.

### 1.1 A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL E DO MST

O capitalismo no Brasil tem como fundamentos a apropriação e a exploração da força de trabalho, em sua maioria, negra, sobretudo das mulheres negras<sup>3</sup>. Tem como base a divisão “racial” e sexual do trabalho.

A divisão “racial” e sexual do trabalho é resultado das relações “raciais” e sociais de sexo. Destina, prioritariamente, às mulheres negras a realização do trabalho manual, na esfera da reprodução/produção social, nas tarefas consideradas inferiores em relação ao trabalho dos homens brancos.

A divisão do trabalho ocorreu com a escravização da força de trabalho dos dominados e dominadas. Especificamente, no Brasil, ocorreu na fase mercantilista do capitalismo, quando havia necessidade de produzir valor de uso e valor, através da produção de mercadorias voltada para o mercado externo.

Como a demanda para o mercado internacional era grande, exigia grandes quantidades de mercadorias, nosso País se especializou na produção

---

<sup>3</sup> Ao destacarmos a apropriação e a exploração da força de trabalho negra, sobretudo das mulheres negras, não queremos negar a exploração da força de trabalho das demais categorias de trabalhadores/as. Apenas queremos destacar que as trabalhadoras negras são as mais exploradas, oprimidas e discriminadas.

agropecuária. Por isso a necessidade de produzir em grande escala e de concentrar e centralizar a propriedade da terra, meio e condição de produção.

A divisão do trabalho e a escravização da força de trabalho ocorreram porque Portugal não tinha trabalhadores/as disponíveis para explorar grandes concentrações de terras a fim de produzir em grande escala para o mercado externo.

Ao tratar sobre a referida questão, Prado Jr. relata:

Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalho branco. Isto porque nem Espanha, nem Portugal, a que pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis, e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do séc. XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava, principalmente dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do séc. XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. (PRADO JR., 2006, p. 30).

O Brasil, enquanto colônia de exploração, que surge para atender às necessidades de consolidação do capitalismo, em sua fase de acumulação primitiva, tem como marcos a exploração, majoritária, da força de trabalho negra, a concentração de terra e a produção em grande escala, para atender o mercado internacional. Questões estas, que marcaram a nossa formação econômica, política, social e cultural, desde a colonização até os dias atuais.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização nos trópicos toma como aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido*<sup>4</sup> da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no

---

<sup>4</sup> Grifo do autor.

social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JR., 2006, p. 31).

Segundo Gorender (1978), a escravização da força de trabalho negra, pelos portugueses, só foi possível porque a África tornou-se um reservatório de força de trabalho e sua localização geográfica facilitava o transporte de escravos. Em seu estudo sobre o escravismo, o autor escreve:

O tráfico mercantilista iniciado pelos portugueses introduziu um fator externo destrutivo que paralisou ou perverteu a evolução endógena dos povos negros. A África surgiu como um imenso viveiro de força de trabalho: ainda no século XVII, sua população equivalia à da Europa e representava um quinto da população de todo o globo. Ademais, sua localização fronteiriça com relação à América viabilizava o transporte de escravos. A princípio, os próprios portugueses assaltavam aldeias inermes e realizavam capturas. Todavia, não demoraram a deixar semelhante tarefa aos africanos. Seduzidos pelos artigos de origem europeia ou americana, e munidos de armas de fogo, os africanos se entregaram à caça ao homem numa escala nunca vista [...]. (GORENDER, 1978, 135).

Logo adiante, continua o referido autor,

O tráfico de africanos apresentava dupla face: do lado dos vendedores africanos, não passava de escambo com vistas à obtenção de valores de uso; do lado dos traficantes europeus, era genuíno comércio, intercâmbio de valores de troca, circulação mercantil com o objetivo do lucro. Graças justamente a esta dupla face é que o tráfico negreiro se tornou um dos negócios mais lucrativos da época do mercantilismo (Idem, *Ibid.*, p. 137).

Com a divisão do trabalho, não cabia aos homens livres a realização do trabalho manual, mas sim aos escravizados/as. Cunha, ao estudar o ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata, dá-nos relevantes contribuições no que se refere à prática do trabalho manual pelos/as escravos/as, em sua maioria, negros/as.

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos, como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

se diferenciar do escravo. Ou seja: homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambigüidades de classificação social (CUNHA, 2005, p. 2).

Em seguida, o referido autor continua,

Na formação da cultura brasileira, exerceu uma influência marcante a herança da Antiguidade clássica no tocante ao trabalho manual representado como atividade indigna para um homem livre. Essa herança aqui chegou com os colonizadores ibéricos, provenientes de uma região da Europa onde a rejeição do trabalho manual era especialmente forte, como, também, pela ação pedagógica dos padres jesuítas, que elaboraram à sua maneira a herança clássica (CUNHA, op. cit., p. 7).

No século XIX, a divisão do trabalho e a escravização da força de trabalho negra são sustentadas pela ideia da existência de “raças” superiores e inferiores<sup>5</sup>. A partir dessa concepção de “raça”, se constituem as relações “raciais” e sociais de sexo que geram hierarquia da “raça” superior em relação à “raça” inferior e organizam a divisão “racial” e sexual do trabalho.

A divisão “racial” e sexual do trabalho faz com que as mulheres negras ocupem os trabalhos manuais ou considerados inferiores em relação ao trabalho dos homens brancos. Majoritariamente, estão presentes na esfera da

---

<sup>5</sup> Nosso objetivo não é tratar sobre a escravidão indígena, entretanto pensamos que é importante destacar um pouco sobre a relação entre os/as colonizadores/as e indígenas, através do processo de dizimação. Em seu livro, ao tratar deste assunto Prado Jr. afirma: “[...] Mas além dos cruzamentos que vão diluindo o seu sangue, o índio é aos poucos eliminado por outras causas. As moléstias contribuem para isto grandemente, as bexigas em particular, e também as moléstias venéreas. Elas produzem verdadeiras hecatombes nestas populações ainda não imunizadas. Depauperam-nos os vícios que a civilização lhe traz: a embriaguez e o mais ativo deles. A aguardente se revelara o melhor estímulo para levar o índio para o trabalho: a colonização se aproveitará largamente dela. A isto acrescentam os maus tratos, um regime de vida estranho.... A população indígena, em contato com os brancos, vai sendo progressivamente eliminada e repetindo mais uma vez um fato que sempre ocorreu em todos os lugares e em todos os tempos em que se verificou a presença, uma ao lado da outra, de raças de níveis culturais muito apartados: a inferior e dominada desaparece. E não fosse o cruzamento, praticado em larga escala entre nós e que permitiu a perpetuação do sangue indígena, este estaria fatalmente condenado à extinção total.” (PRADO JR., 2006, p. 105-106).

reprodução/produção social. Isto porque cabia às mulheres brancas o dever de serem esposas e mães dos/as filhos/as dos senhores de escravos.

Neves (2002), ao tratar do trabalho escravo, nos apresenta algumas situações importantes para compreendermos a divisão “racial” e sexual do trabalho.

[...] Assim, os escravos como as escravas se ocupam no corte da cana; porém, comumente os escravos cortam e as escravas amarram os feixes. Consta o feixe de doze canas, e tem por obrigação cada escravo cortar num dia sete mãos de dez feixes por cada dedo, que são trezentos e cinqüenta feixes e a escrava há de amarrar outros tantos com os olhos da mesma cana; [...] (ANTONIL, 1982<sup>6</sup> apud NEVES, 2002, p. 30).

[...] O lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda, porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu desatentamente a mão mais adiante do que deveria, arrisca-se a passar moída ente os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou o braço apanhado, tendo para isso junto da moenda um facão, ou não forem tão ligeiros em fazer parar a moenda [...] (ANTONIL, 1982<sup>7</sup> apud NEVES, Idem, Ibidem, p. 30).

[...] Contam-se nesta propriedade [Fazenda Pinheiros] cerca de dois mil escravos, dos quais trinta empregados no serviço doméstico. A habitação contém tudo o que é necessário às exigências duma tão numerosa população: há uma farmácia e um hospital, cozinhas para os hóspedes e para os negros, um capela, um padre, um médico [...]. (AGASSIZ, 1938<sup>8</sup> apud NEVES, op. cit., p. 35-36).

A divisão “racial” e sexual do trabalho, através da escravidão negra, fez com que o trabalho de mulheres e homens negros fosse apropriado e explorado pelo capitalismo. A escravização da força de trabalho não foi algo tranquilo, mas houve muita resistência como o suicídio, as fugas, os

<sup>6</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 1982, p. 106, 112, 115.

<sup>7</sup> ANTONIL, André João. op. cit., p. 106, 112, 115.

<sup>8</sup> AGASSIZ, Luis e Elizabeth. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Nacional, 1938, p. 164-165.

assassinatos, o banzo, rebeliões, até as formas mais conhecidas que foram os quilombos. Algumas formas de resistência e luta dos/as negros/as escravos/as podem ser observadas nos seguintes relatos:

[...] Porto Feliz — No mês de setembro, na Fazenda de Francisco Aguiar e Silva, o pardo Salvador e sua mulher de nome Romana, escravos da mesma fazenda, suicidaram-se lançando-se em um tanque. O respectivo Delegado procedeu a auto de corpo de delito nos cadáveres, e das indagações que fez nada pode colher acerca dos motivos que influíram para semelhante ato de desespero (Relatório do chefe de Polícia da Província de São Paulo<sup>9</sup> apud NEVES (2002, p. 108).

[...] Escrava fugida — Da rua da Constituição n. 32 no dia 4 do corrente a escrava Teodora, baixa, gorda, cor fula, tem sinais de bexiga no rosto; levou uma trouxinha, saia de chita escura, e outra de lã com listas amarelas, xale de toquim branco. Protesta-se com todo rigor da lei contra quem a tiver acoitado, e gratifica-se quem a entregar na casa acima, rua da Constituição (Correio Paulistano, 09.10.1878 apud NEVES, *ibidem*, p. 112)

[...] Sirinhaém — Em terras do engenho Ubaquinha, o preto João, escravo de Eutália Maria da Glória, feriu mortalmente com uma facada a José Luis dos Santos (Relatório com que o Exmo Sr. Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, 10 de novembro de 1870. Recife, TYp. De M. Figueiros, 1871, p. 3 apud NEVES, *ibidem*, p. 119).

Em relação ao banzo, é considerado como uma profunda saudade da África. É tido como forma de resistência, porque enquanto processo de depressão, há uma recusa ao trabalho e à alimentação. Processo em que, muitas vezes chega o/a escravo/a chega até a morte (GENNARI, 2008).

Já no que se refere aos quilombos, Gomes (2005) explicita, em detalhes, a organização da produção nos quilombos, as suas estratégias de sobrevivência, de solidariedade e de resistência.

---

<sup>9</sup> Relatório do chefe de Polícia da Província de São Paulo. A.E.S.P., RCPol/SP, 1874).

[...] A produção econômica dos *palmaristas*<sup>10</sup> não era somente destinada à subsistência de sua numerosa população. Com os excedentes, os palmaristas realizavam trocas mercantis com moradores das localidades próximas. Levavam farinha de mandioca, vinho de palma, manteiga e outros produtos, obtendo em troca armas de fogo, pólvora, tecidos, sal e ferramentas de que precisavam nos seus mocambos. As redes mercantis que os palmaristas mantinham podiam ser ampliadas com os contatos deles com os próprios cativos assenzalados. Palmaristas trocavam igualmente alguns produtos com os escravos das senzalas. Os cativos podiam fornecer aos habitantes dos mocambos alimentos cultivados em suas roças de subsistência e aguardente. O conseguido junto aos palmaristas podia até melhorar a dieta alimentar dos escravos nas plantações. Já os palmaristas forneciam cachimbos e outros produtos produzidos nos mocambos, como vinho de palmas, cabaças etc. Para além das relações de comércio, esses contatos entre mocambos e senzalas propiciariam a gestação de uma extensa rede de solidariedade. (GOMES, 2005, p. 77-78).

As formas de resistência e luta das mulheres negras escravas, diante das violências sofridas (sexual<sup>11</sup> e castigos<sup>12</sup>) enquanto escrava e produtora de

---

<sup>10</sup> Grifos do autor.

<sup>11</sup> Ao escrever Casa-Grande e Senzala, Gilberto Freyre trata de algumas situações referentes à este tipo de violência. “[...] A contaminação em massa verificou-se nas senzalas coloniais. A ‘raça inferior’, a que se atribuiu tudo o que é *handicap* no brasileiro, adquiriu da ‘superior’ o grande mal venéreo que desde os primeiros tempos de colonização nos degrada e diminui. Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram de lues as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres de sífilis das cidades” (FREYRE, 2006, p. 399-400).

<sup>12</sup> No que se refere às várias formas de violências sofridas pelos/as negros/as, Gennari nos traz importantes relatos. “[...] Para esse propósito, as elites criam o que podemos chamar de um verdadeiro sistema de terror que se apoia não só na violência efetivamente praticada, mas também na ameaça permanente de que esta vai desatar o seu rigor contra qualquer expressão de rebeldia. Por exemplo, quando incorre em faltas leves, o cativo é colocado no tronco (dois grandes pedaços de madeira retangular que imobilizam pés, mãos e pescoço) ou no vira-mundo (um pesado grilhão de ferro que prende pés e mãos e obriga o sentenciado a uma posição incomoda e, não raro, deformante). Em caso de fuga, após a aplicação de até 100 açoites nos pelourinhos das cidades ou na presença dos demais colegas de sofrimento da fazenda, o corpo do suplicado, já em carne viva, é banhado com vinagre, água salgada ou pimenta e jogado numa cela. Se conseguir sobreviver, vai passar o resto da vida no libambo (uma argola de ferro ao redor do seu pescoço com uma haste à qual é fixado um chocalho ou uma placa com dizeres aviltantes) ou preso a um sistema de correntes que dificultam seus movimentos. Para extrair confissões, se usam

força de trabalho<sup>13</sup> foram as mais variadas, dentre elas o aborto e o infanticídio.

Ao tratar sobre o assunto Neves destaca algumas situações.

[...], além disso, os filhos dos escravos acham-se incluídos junto com seus pais, por isto que pertencentes à mesma classe. E, é doloroso acrescentá-lo, usa-se dos meios da mais baixa espécie a fim de impedir o nascimento da criança, sendo que infanticídio não é de forma alguma raro (LUCCOCK, 1951<sup>14</sup> apud NEVES, 2002, p. 116).

[...] Esse horror à escravidão chega a tal ponto que os negros, para escapar a ela, matam não só a si próprios como também

---

os anjinhos, dois anéis de ferro que vão comprimindo os polegares da vítima à medida que cada aperto de um pequeno parafuso diminui progressivamente o seu diâmetro, provocando dores horríveis. Outro castigo bastante comum consiste na aplicação de uma máscara de folhas de flandre sobre o rosto do escravo. A este devemos acrescentar a castração, a destruição dos dentes a marteladas, a amputação dos seios, o vazamento dos olhos, as marcas no rosto com ferro em brasa, as queimaduras provocadas pelas fagulhas das caldeiras quando o cativo é acorrentado com o corpo nu bem próximo de suas chamas. A lista dos horrores se completa com os casos menos freqüentes de africanos emparedados vivos, afogados, estrangulados, arremessados ao fogo ou esmagados na moenda de cana. Se a isso somarmos o suplício das longas jornadas de trabalho, não vamos ter nenhuma dificuldade em entender o que significa viver o inferno das senzalas” (GENNARI, 2008, p. 25-26).

<sup>13</sup> Nabuco ao publicar sobre a *Escravidão* relata algumas situações. “[...] Cada ventre escravo dava ao seu senhor três ou quatro crias que ele reduzia a dinheiro; [...]” (NABUCO, 1999, p. 140). “Não é do cruzamento que se trata; mas sim da reprodução do cativo, em que o interesse verdadeiro da mãe era que o filho não vingasse. Calcula-se o que a exploração dessa bárbara indústria — expressa em 1871 nas seguintes palavras dos fazendeiros do Pirai ‘a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador’ — deva ter sido durante três séculos sobre milhões de mulheres.” (Ibidem, p. 144). [...] “A escrava, essa de 15 a 16 anos, às vezes antes, nos limites da puberdade, é entregue, já violada, às senzalas. Aquela nasceu virtualmente sem honra. Ao alcance da primeira violência, sem proteção, sem tribunal, sem família, sem lei para apelar, que pode ela contra a cilada? Não há para ela exemplo senão o da corrupção, e assim a moça de quinze anos é logo a mulher pública da senzala. Alguns senhores dão-se como arranjadores de casamento sumários: sobre ser uma profanação é uma imprudência. Atirada de um para outro, nas bacanais de todos os dias, joguete dos mais brutais instintos, vive de partos e os suplícios. É assim que a moça de vinte anos já não tem as graças da idade: acostumada aos trabalhos manuais da enxada, afeta as formas brutas e nada denota nela mais o caráter da mulher [...]” (Ibidem, p. 31-32).

<sup>14</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1951, p. 107).

os filhos, as mulheres negras têm fama de ser excelentes mães, e tive a oportunidade de ver sempre confirmada essa fama em todas as ocasiões; não obstante, essa mesma afeição que têm pelos filhos leva-as a cometer infanticídio. Muitas delas, principalmente as negras minas, repelem violentamente a ideia de ter filhos, empregando vários meios para matar a criança ainda no ventre, evitando assim — conforme declaram — a desgraça de por mais escravos no mundo.... (WALSH, 1828-1829<sup>15</sup> apud NEVES, 2002, p. 116).

Diante das formas de luta e resistência dos/as trabalhadores/as negros/as escravizados/as, que inviabilizavam o uso da força de trabalho escrava, da proibição do tráfico de escravos/as negros/as pela Inglaterra e da necessidade de consolidar o capitalismo no Brasil, com a instituição da força de trabalho livre, aos poucos a escravidão negra vai sendo extinta com a aprovação das Leis Eusébio de Queiroz (1850), do Ventre Livre (1871), do Sexagenário (1885) e da Lei Áurea (1888).

Com o fim da escravidão, a força de trabalho negra na região Sudeste é substituída pela europeia em decorrência do racismo. Havia a associação entre o atraso no desenvolvimento do país e a utilização da força de trabalho negra escrava. Por isso, o estímulo à imigração, a partir da década de 1850.

A classe dominante afirmava que o atraso no desenvolvimento do país estava relacionado a técnicas arcaicas utilizadas na agricultura e ao uso da força de trabalho escrava e negra. Por esse motivo havia uma preocupação em melhorar a agricultura com a introdução de cursos agrícolas e substituir a força de trabalho escrava, por trabalhadores/as livres. Por isso surge a slogan “melhorar o homem pela terra e a terra pelo homem: (re)formando a agricultura e formando a nação” (LOURENÇO, 2001). Ao estudar sobre esse assunto, Lourenço dá-nos importante contribuição.

[...] Num projeto redigido em 1848, por uma comissão nomeada pela Sociedade Auxiliadora, com o objetivo de criar uma Escola Theorica e Prática de Agricultura, no Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas, vamos encontrar uma proposição ainda

<sup>15</sup> WALSH, Robert. *Notícias do Brasil* (1828-1829). Belo Horizonte: Itatiaia, 199\_; São Paulo: EDUSP, 1985, vol. 2, p. 162.

mais explícita normatizando a exclusão dos africanos, quer sejam escravos, livres ou libertos, como uma condição necessária ao melhoramento da agricultura nacional. (LOURENÇO, 2001, p. 147).

Articulado ao debate sobre o desenvolvimento da agricultura com a substituição da força de trabalho negra pela europeia, estava o debate sobre a necessidade de embranquecimento do Brasil, através do processo de miscigenação. Ao estudar sobre o assunto, Hasenbalg afirma:

[...] A solução imigracionista aparecia não apenas como resposta ao problema imediato da escassez de mão de obra na agricultura, mas também como parte de um projeto de modernização a mais longo prazo, em que o branqueamento da população nacional era altamente desejado. (HASENBALG, 2005, p. 165)

Com o fim da escravidão negra, os/as proprietários/as de terra para manter a força de trabalho em suas propriedades estabeleceram várias formas de remuneração do trabalho com os/as trabalhadores/as. Prado Jr. ao estudá-las afirma:

[...] Vejamos as condições em que se realiza a remuneração do trabalho rural. Podem-se distinguir nessa remuneração três formas diferentes que se combinam conforme o lugar e o momento, de maneira variável. São essas formas: o pagamento em dinheiro (salário); em parte do produto; e finalmente com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração ele está empregado. (PRADO JR., 2000, p. 60).

Especificamente, no Nordeste, com o fim da escravidão os/as trabalhadores/as, em sua maioria, negros/as passaram a ser moradores e foreiros, como forma de garantir força de trabalho nos latifúndios.

[...] Na lavoura canavieira do Nordeste, os trabalhadores se dividem em duas categorias principais: os chamados moradores<sup>16</sup>, que são trabalhadores permanentes nos canaviais, sendo pagos em dinheiro, e dispo de pequenas culturas de subsistência em redor de suas casas, geralmente

---

<sup>16</sup> Grifos do autor.

dispersas pela propriedade (ao contrário das habitações dos colonos paulistas, que geralmente se agrupam em pequenas aglomerações: a colônia), mas mais ou menos próximas dos canaviais. A outra categoria de trabalhadores da lavoura canavieira do Nordeste, são os foreiros, que ocupam sítios mais distantes cultivados por sua conta pelos quais pagam aluguel (foro) ao proprietário. Os foreiros são obrigados a dar serviço ao proprietário, em regra gratuitamente (é a chamada obrigação, ou o cambão) na época das safras. (PRADO JR, 2000, p. 61).

Em Pernambuco, com o avanço das relações capitalistas no campo os/as trabalhadores/as são expulsos/as da terra, pois aos/às proprietários/as era preferível estabelecer relações temporárias de trabalho e reduzir o número de moradores/as, gerando uma significativa população supérflua necessária para a existência do capitalismo.

Trabalhadores/as, como os/as do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, resistiram ao processo de exploração e expulsão da terra, através da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), criada em 1955.

Inicialmente, a SAPPP teve por objetivos prestar assistência médica e jurídica, criar escolas e uma caixa funerária para os/as associados/as (AZEVEDO, 1982). Mas, na realidade, se tratava de uma estratégia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para organizar os/as trabalhadores/as no campo, através das Ligas Camponesas.

Os/as trabalhadores/as percebendo que a luta contra o aumento do foro e a ameaça de expulsão não seriam possíveis só com a organização da SAPPP, buscaram o apoio de forças políticas em Recife, capital do estado de Pernambuco.

[...] Em outras palavras, a luta só se tornaria objetiva, na medida em que os galileus amplificassem a sua resistência, comprometendo os setores progressistas e liberais da capital, o centro político do estado, e fossem capazes de denunciar, na imprensa ou na tribuna legislativa, a repressão que se abatia

sobre os *foreiros*<sup>17</sup> da Galileia. O núcleo dirigente da SAPP decide, então, deslocar Paulo Travassos e José Ayres dos Prazeres até o Recife, para articularem os contatos iniciais e buscarem alguma forma de apoio à luta que se iniciava. Esse apoio viria sob a forma de uma assessoria jurídica, através do advogado Francisco Julião, que passa a representar judicialmente os interesses dos foreiros, e da formação de um comitê político interpartidário e composto pelo próprio Francisco Julião e pelos deputados Ignácio Valadares Filho e José Dias da Silva (UDN [União Democrática Nacional]), Clodomir Moraes e Paulo Viana Queiroz (PTB [Partido Trabalhista Brasileiro]), pelo vereador José Guimarães Sobrinho (PST [Partido Social Trabalhista] e pelo prefeito de Jaboatão, Cunha Primo e do advogado Djacir Magalhães, ligado ao Partido Comunista Brasileiro. Esse comitê interpartidário seria o embrião do futuro Conselho Regional da SAPP. (AZEVEDO, 1982, p. 61-62).

A estratégia foi bem sucedida e os/as trabalhadores/as, depois de muitas lutas, conseguiram a posse do Engenho Galileia, em 1959. A conquista só foi possível, devido à ampla política de alianças que levou ao poder aliados políticos, como Cid Sampaio, ao governo do estado de Pernambuco.

A conquista dos/as trabalhadores/as serviu de exemplo para que os/as demais percebessem que, para a realização da reforma agrária, é fundamental a pressão e a luta dos/as trabalhadores/as. Dentre eles/as havia o entendimento de que a reforma agrária não seria realizada de forma pacífica, mas através do confronto armado.

As diretrizes políticas assumidas pelas Ligas Camponesas levaram o Partido Comunista Brasileiro (PCB) a se desligar. Porque o PCB priorizava a organização dos/as assalariados/as, a defesa dos direitos trabalhistas e a realização de um conjunto de mudanças de caráter democrático burguês (MEDEIROS, 2003). As Ligas Camponesas defendiam a organização de várias facções de trabalhadores/as e a defesa da reforma agrária radical, como solução dos problemas do campo e da cidade e para a realização do socialismo.

---

<sup>17</sup> Grifos do autor.

Fazia parte, ainda, dos objetivos das Ligas Camponesas, a organização das mulheres, através das Ligas Femininas, o que de fato não ocorreu. O objetivo era lutar pela igualdade de direitos da mulher em relação aos homens (LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL, Anexo 3, Parágrafo VIII, apud AZEVÊDO, 1982, p. 144).

Em decorrência da pressão e organização dos/as trabalhadores/as rurais, foi instituído o Estatuto do Trabalhador Rural que estendeu formalmente os direitos trabalhistas dos/as trabalhadores/as da cidade aos/as trabalhadores/as do campo.

[...] Em 1962, o Estatuto do Trabalhador Rural veio garantir ao assalariado o direito à percepção do salário mínimo, das férias, do repouso semanal remunerado e da gratificação natalina. Os proprietários reagiram à aplicação da lei, mas os trabalhadores, organizados em sindicatos, resistiram. Criou-se uma atmosfera de tensão na região e a lei passou a ser aplicada com maior ou menor intensidade. Com a aplicação da lei, os proprietários preferiram diminuir o número de moradores, de empregados permanentes, utilizando geralmente trabalhadores avulsos contratados por empreiteiros residentes nas cidades e vilas. (ANDRADE, 2005, p. 132).

A perda da hegemonia na organização dos/as trabalhadores/as no campo, para o PCB e para a Igreja Católica<sup>18</sup>, fez com que as Ligas Camponesas se enfraquecessem. Nesse período, havia a discussão de que, para estender o processo de industrialização, tínhamos que modificar a estrutura agrária para garantir a produção de matéria-prima e a existência de um mercado consumidor.

[...] As disputas políticas que então se travaram e seus resultados explicitaram as diferenças profundas entre as propostas em pauta. Se o desenvolvimento do país por meio da intensificação da industrialização era a meta, a aposta dos segmentos industriais mostrava-se muito mais voltada a estimular a modernização da agricultura, sem alterar a estrutura fundiária. Para esse setor, o mercado que a

---

<sup>18</sup> Isso porque o PCB e setores da Igreja Católica tinham por objetivo a sindicalização, enquanto as Ligas Camponesas tinham como propósito realizar a reforma agrária.

agricultura poderia abrir era principalmente o de máquinas e equipamentos pesados, insumos químicos etc., o que não pressupõe uma redistribuição de terra. (MEDEIROS, 1983<sup>19</sup> apud MEDEIROS, 2003, p. 19).

As crescentes mobilizações sociais em torno das reformas de base, dentre elas a reforma agrária, fizeram com que a classe dominante temesse uma revolução socialista. Esse fato ocorreu porque havia a relação política de alguns/algumas integrantes das Ligas Camponesas, como Francisco Julião, com Fidel Castro. Situação essa que fez com que a classe dominante estreitasse a aliança com os Estados Unidos para dar o golpe militar, em 1º de abril de 1964.

Na ditadura militar, vários/as dirigentes políticos/as foram torturados/as, perseguidos/as e assassinados/as. E, como forma de diminuir os conflitos no campo, o governo militar criou o Estatuto da Terra, para se legitimar perante as demandas sociais pela reforma agrária e desmobilizar os/as trabalhadores/as rurais.

[...] Com o Estatuto da Terra, o Estado absorvia grande parte das reivindicações que afloravam na década anterior e disciplinava-as, de forma a trazer a demanda por terra para os parâmetros de uma agricultura modernizada, produtiva e capaz de atender às exigências do que, então, era o padrão idealizado e desejado de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a legislação transformava a noção de direito a terra em um conjunto de normas que previa em que circunstâncias esse direito poderia se fazer valer, constituindo não só uma base legal para as demandas como também um sistema de definições e enquadramentos. (MEDEIROS, 2003, p. 24).

Ao invés de ser realizada a reforma agrária, foram criados programas de colonização nas áreas onde haviam maiores conflitos. Além disso, os/as trabalhadores/as foram encaminhados/as para as áreas de fronteira agrícola, como forma de desmobilizá-los/as e amenizar os conflitos.

Na prática, as áreas de fronteira agrícola serviram para a expansão do

---

<sup>19</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil (1955-1964)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1983.

grande capital que conseguiu resolver o problema da oferta de matéria-prima, alimentos e de um mercado consumidor sem modificar a estrutura agrária.

[...] A modernização verificada no processo produtivo na agricultura brasileira nos anos 1970 mostrou que a reforma agrária não era condição indispensável para o desenvolvimento econômico, tal como várias correntes de pensamento defenderam nos anos de 1960. Contudo, ao longo das transformações que implicaram modernização tecnológica das atividades agropecuárias por meio da mecanização em larga escala e introdução de insumos químicos, do aumento de produtividade, da agroindustrialização, da redução drástica da população rural em relação à urbana, da expansão de fronteira agrícola, as condições de trabalho no meio rural se deterioraram e a demanda por terra se intensificou. (MEDEIROS, 2003, p. 25).

Mediante a expulsão da terra, a formação de uma superpopulação relativa, do empobrecimento e das precárias condições de vida e trabalho, os/as trabalhadores/as retomam a sua organização, contando com importante participação da Igreja Católica<sup>20</sup>. Fazem denúncias em decorrência do modelo de desenvolvimento escolhido pelas elites brasileiras, o qual está subordinado aos interesses dos países imperialistas.

Nesse sentido, a luta pela reforma agrária é retomada, sobretudo, com a redemocratização do País, na primeira metade dos anos de 1980. Várias lutas sociais surgem, dentre elas, a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST se afirmou enquanto organização política representante da classe trabalhadora e diz ser continuidade da luta dos/as trabalhadores/as do campo. Destacamos que os/as trabalhadores/as que formam o MST constituem a superpopulação relativa, formada por proletários/as, em sua maioria, negros/as. No próximo texto, fundamentaremos nossa afirmação.

---

<sup>20</sup> Com a mudança na conjuntura, devido ao modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas adotado na ditadura militar e à retomada da luta dos/as trabalhadores/as, setores da Igreja Católica redefinem sua atuação.

## 1.2 MST: FORMADO PELA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA CONSTITUÍDA POR TRABALHADORES/AS PROLETÁRIOS/AS, EM SUA MAIORIA, NEGROS/AS

Antes de discutirmos sobre a superpopulação relativa ou população flutuante que compõe o MST, é fundamental entendermos a lei geral de acumulação do capital, da qual a referida superpopulação faz parte, sendo também conhecida como o exército industrial de reserva ou população sobranete.

A acumulação capitalista tem relevante papel na formação da superpopulação relativa. Um dos fatores importantes para compreender este processo é entender sobre a composição orgânica do capital e as mudanças sofridas por ela no processo de acumulação capitalista.

A composição do capital se dá sob duas formas que se correlacionam, de um lado, temos a composição segundo o valor e, do outro, a composição em relação à matéria, também chamada de composição técnica.

[...] do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. (MARX, 2003, p. 715).

Esta composição do capital se modifica em decorrência das necessidades de acumulação do capital, “produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção” (Idem, Ibidem, p. 721). Pois, “acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado (MARX, op. cit., p. 717).

Ainda que com a acumulação possa haver um aumento dos salários, esse não chega a ameaçar a existência do capital. A tendência é que, quanto

mais riqueza os/as trabalhadores/as produzem, mais pobres ficam e criam as condições necessárias para a sua exploração, valorização do capital e geração de uma superpopulação supérflua.

[...] A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. (MARX, 2003, p. 724).

Já em relação à modificação na composição orgânica do capital, aumenta a procura por força de trabalho com a acumulação. A acumulação e expansão do capital e a necessidade de elevar a produtividade do trabalho trazem uma modificação na composição orgânica do capital, em que há um decréscimo do capital variável.

[...] Essa mudança na composição técnica do capital, o aumento da massa nos meios de produção, comparada com a massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se na composição do valor do capital, com o aumento da parte constante à custa da parte variável. (Idem, Ibidem, p. 726).

Com a expansão do capital há uma necessidade de se elevar a produção em grande escala, através do aumento da força produtiva social do trabalho, cujo objetivo é a elevação da produção da mais-valia que se concentra cada vez mais nas mãos de produtores/as particulares de mercadorias.

Para Marx, “a acumulação aparece, de um lado, através da concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho e, do outro, através da repulsão recíproca de capitais individuais.” (Idem, Ibidem, p. 729).

Já no que se refere à concentração

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

[...] não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. (MARX, 2003, p. 724).

Ocorre a centralização quando “o capital acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração (MARX, 2003, p. 729).

Adiante, continua Marx (Idem) “a centralização terá alcançado seu limite extremo quando todos os capitais nele investidos se fundirem num único capital” (Idem, Ibidem, p. 730).

Um outro ponto a ser destacado na lei geral de acumulação capitalista é a concorrência, cujo objetivo é a redução dos preços das mercadorias. Há uma necessidade de modificação da composição técnica para assegurar o barateamento do processo de produção e esse contribui para o aumento e a prevalência dos grandes capitais em detrimento dos pequenos.

Articulada à concorrência, temos o crédito que surge como um importante instrumento que visa contribuir para o processo de acumulação, através do financiamento dos meios necessários para assegurar a concorrência, sendo uma relevante estratégia de centralização de capitais.

[...] A concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação. Além disso, o progresso da acumulação aumenta a matéria que pode ser centralizada, isto é, os capitais individuais, ao passo que a expansão da produção capitalista cria a necessidade social e os meios técnicos dessas gigantescas empresas industriais cuja viabilidade depende de uma prévia centralização do capital. (Idem, Ibidem, p. 730).

Com a centralização cada vez maior de capital nas mãos de poucos

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

capitalistas, há uma necessidade de modificações importantes na composição técnica do capital que precisa de menos força de trabalho.

Em decorrência do processo de acumulação, concentração e centralização, o capitalismo vem produzindo uma progressiva superpopulação relativa ou um exército industrial de reserva.

A superpopulação relativa<sup>21</sup>, população excedente ou supérflua “[...] é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção” (MARX, 2003, p. 735). Ao se referir à superpopulação excedente, afirma Marx (op. cit.):

[...] é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (Idem, *Ibidem*, p. 735).

A superpopulação relativa é relevante para o modo de produção capitalista, porque é condição para que os/as trabalhadores/as se submetam, cada vez mais, a trabalhos precários e a baixos salários. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o capital variável progressivamente é reduzido, em benefício do capital constante, cujo objetivo é uma maior

---

<sup>21</sup> Na atualidade, Mészáros tem conceituado esta população de exército de trabalho, que é resultado do desemprego crônico, por atingir várias frações da classe trabalhadora, desde os níveis de menor formação aos de maior escolaridade. Ao tratar sobre o exército de trabalho, o referido autor afirma: “[...] como resultado dessa tendência, o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mais atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação ‘racionalizadora’ não está mais limitada aos ‘ramos periféricos de uma indústria obsoleta’, mas abarca alguns dos mais *desenvolvidos* e modernizadores setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial.” (MÉSZÁROS, (2002, p. 1005).

produção, o acúmulo de riqueza e a ampliação da população excedente.

A superpopulação supérflua é importante porque, nos períodos de expansão capitalista, ela está disponível para atender às necessidades de produção de setores em formação e/ou expansão ou nos demais ramos da economia em que ela é solicitada<sup>22</sup>.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, há uma elevação da produtividade, com uma menor quantidade de força de trabalho. Esse processo é compensado com uma exploração extensiva e intensiva das forças de trabalho individuais. Além disso, há uma compra maior de força de trabalho com o mesmo capital quando os/as trabalhadores/as qualificados, experientes, masculino e de pessoas adultas são substituídos respectivamente por força de trabalho menos hábeis, em formação, feminina e de jovens e crianças. (MARX, 2003).

[...] Por isso, a produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança mais rapidamente do que a transformação técnica do processo de produção, acelerada com o progresso da acumulação, e do que o correspondente decréscimo proporcional do capital variável em relação constante. (Idem, Ibidem, p. 739).

Este processo faz com que uma significativa parcela de trabalhadores/as fique ociosa ou tenha sua força de trabalho subexplorada, enquanto outros/as trabalhadores/as têm jornadas de trabalho elevadíssimas, com a extensão e a intensificação do processo de trabalho.

Para Marx, a superpopulação relativa tem várias formas de existência, pode ser flutuante, latente ou estagnada.

É flutuante, quando

---

<sup>22</sup> Esse processo pode ser identificado em Pernambuco com a ampliação do porto de Suape, implantação do estaleiro e da refinaria de petróleo, em que a superpopulação relativa brasileira tem papel fundamental na oferta de força de trabalho.

[...] Nos centros da indústria moderna, fábricas, manufaturas, usinas siderúrgicas e minas etc., os trabalhadores são ora repelidos, ora extraídos em quantidade maior, de modo que, no seu conjunto, aumenta o número de empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala da produção. (MARX, 2003, p. 744).

Para Marx, a população flutuante aumenta com o crescimento da indústria e, parte dela, segue o movimento de emigração do capital. Como resultado disto, há um crescimento maior da população feminina, em relação à masculina, como o referido autor bem observou na Inglaterra (Idem).

Há uma maior necessidade do capital de contratar elevada quantidade de trabalhadores/as jovens e menor quantidade de adultos. Isso acontece porque com o aumento da intensidade do trabalho, os/as trabalhadores/as de idade mediana são considerados/as enfraquecidos/as. Por isso, vão compor a superpopulação supérflua ou mudam de categoria. Marx destacou que este fato é mais encontrado nas grandes indústrias.

A superpopulação latente ocorre quando o capitalismo vai se apropriando da produção no campo. Esse fato resulta na repugnança dos/as trabalhadores/as ao invés de sua atração. Por isso que os/as trabalhadores/as são expulsos do meio rural para as áreas urbanas.

[...] Está fluindo sempre esse manancial da superpopulação relativa. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre latente, cuja dimensão só se torna visível quando, em situações excepcionais, se abrem todas as comportas dos canais de drenagem. Por isso, o trabalhador rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo. (Idem, Ibidem, p. 746).

Já a superpopulação estagnada

[...] constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente isso a torna base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de

trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência.  
(MARX, 2003, p. 746)

Segundo Marx, o que configura prontamente a superpopulação relativa estagnada é o trabalho a domicílio. E o mais profundo sedimento da superpopulação relativa é marcado pela indigência do pauperismo. Esse sedimento é composto pelos aptos para o trabalho, os/as órfãos e filhos/as de indigentes e os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. “Pondose de lado os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, o rebotalho do proletariado [...]” (MARX, 2003, p. 747).

Especificamente no Brasil, onde o capitalismo tem como base a exploração da força de trabalho negra para produzir para o mercado externo, para a acumulação capitalista, que se sustenta com a concentração e a centralização de terra, a modificação na composição orgânica do capital ocorre quando há uma procura do mercado internacional por determinado produto e há uma necessidade de se elevar a produtividade e reduzir o preço da mercadoria, por isto há o investimento na produção e na parte técnica. Há o aumento da produtividade com a redução da quantidade de trabalhadores/as. Esse processo tem sido acompanhado por uma acumulação de mais-valia, pela concentração e centralização dos meios de produção — em especial a terra — e formação de uma superpopulação relativa.

A modificação na composição orgânica do capital acontece em períodos de expansão do capital, em que há uma necessidade de atender à demanda do mercado. Nos momentos de crise, há uma redução da área cultivada, mas a concentração e a centralização dos meios de produção permanecem.

Particularmente, na produção da cana-de-açúcar a modificação na composição orgânica do capital ocorreu com a necessidade de separação, concentração e centralização do processo de produção. Num primeiro momento, nós tivemos a criação dos engenhos banguês, que produziam e transformavam a cana-de-açúcar. Posteriormente, surgiram os engenhos centrais que realizavam o processo de transformação da cana, enquanto os

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

outros engenhos produziam.

[...] Os engenhos centrais seriam maquinismos possantes, capazes de esmagar canas de vários engenhos banguês e de fabricar açúcar de melhor qualidade e que, de acordo com os estadistas que os idealizaram, separariam a atividade agrícola da industrial. (ANDRADE, 2005, p. 102).

Em outro momento, foram instaladas as pequenas usinas que realizavam a transformação de uma quantidade maior de matéria-prima que os engenhos centrais, porque o processo de produção tornou-se mais complexo. E, por fim, como necessidade de se elevar a produtividade, através do aumento da concentração, centralização de terras, e o aumento da produção foram criadas as usinas, que são complexos agroindustriais que aglutinam o processo de produção das usinas menores. Ao estudar sobre este assunto, afirma Andrade:

[...] As usinas, ao serem instaladas, dispunham de máquinas com capacidade de esmagamento superior à capacidade de produção — dentro das condições técnicas então dominantes — dos engenhos a elas vinculados, e tratavam de adquirir mais terras para atender à fome de canas de suas moendas. Adquiridas as terras sem certo planejamento, o desequilíbrio passava a proceder de forma contrária, ficando as máquinas com capacidade inferior à produção agrícola, e tratavam os usineiros de adquirir novas máquinas. (Idem, Ibidem, 2005, p. 117).

Logo adiante, o referido autor continua:

O processo de concentração industrial chegou a tal ponto que não há só usinas maiores absorvendo menores, como também as firmas proprietárias de grandes usinas estão adquirindo outras, organizando grupos econômicos que controlam não uma, mas várias usinas. (Idem, Ibidem, p. 117).

Os/as proprietários/as de terra utilizavam como estratégia para assegurar a força de trabalho em suas propriedades, disponibilizar aos/às trabalhadores/as o acesso à terra na condição de foreiro, meeiro, parceiro e arrendatário, que em troca pagam em dias de trabalho, renda ou produtos.

O morador de condição ou o foreiro predominou na zona canavieira desde o fim da escravidão até a década de 1950. Pagava o foro da Terra ao/à proprietário/a. Ao estudar sobre referidas relações de trabalho no meio rural, Prado Jr. destaca:

[...] certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu onde se foi buscar designação, não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, são formas de retribuição dos serviços prestados em que por um motivo ou outro — mas sempre motivo de ordem circunstancial — o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza [...] (PRADO JR., 2000, p. 66).

O/a trabalhador/a além de ter acesso à terra para atender às suas necessidades, disponibilizava a sua força de trabalho nas grandes propriedades em períodos de colheita e nos períodos de expansão econômica. Andrade, ao tratar dos/as trabalhadores/as do Agreste e do Sertão de Pernambuco<sup>23</sup> que dispunham do acesso à terra e vendiam sua força de trabalho na zona canavieira, afirma:

Os “corumbas”, “caatingueiros” ou “craus” são habitantes do Agreste e às vezes do Sertão, que passam o “inverno” — estação chuvosa na região. Aí, como proprietários de pequenos lotes ou como rendeiros, se não possuem terra, cultivam lavouras de subsistência ao caírem as primeiras chuvas, permanecendo, como veremos no próximo capítulo, até o período da colheita. Chegado, porém, o estio, nos meses de setembro e outubro, quando as usinas começam a moer e a seca não permite a existência de trabalhos agrícolas no Agreste, eles descem em grupos em direção à área canavieira, às vezes a pé, às vezes em caminhões, e vêm oferecer seus trabalhos nas usinas e engenhos. Aí permanecem até as

<sup>23</sup> Suarez, também, nos dá importantes esclarecimentos sobre este assunto. Ao se referir aos cassacos e aos corumbas, afirma que aquele, também conhecido como morador, “[...] é um termo comumente usado em algumas regiões do Nordeste açucareiro, para designar justamente este tipo de trabalhador rural que já não planta lavoura ao redor de suas moradias na propriedade como meio de complementar a sua subsistência, vivendo exclusivamente do salário recebido” (SUAREZ, 1977, p. 18). Já o corumba, é “o trabalhador migrante sazonal proveniente do Agreste ou Sertão, que, nas épocas de safra na região açucareira, se desloca de seus pequenos lotes de terra própria ou arrendada, para vir trabalhar nas plantações de açúcar como trabalhador assalariado.” (SUAREZ, Idem, Ibidem).

primeiras chuvas que, no Agreste, se precipitam em março ou abril, quando regressam aos seus lares a fim de instalar novos roçados. (ANDRADE, 2005, p. 132-133).

Em decorrência da modernização agrícola e da necessidade de por fim às referidas relações de trabalho, que culminam na década de 1960 com a expulsão de vários/as trabalhadores/as do campo, em que se optou pela elevação da produtividade, no Brasil, 1,7% dos imóveis de 1.000 ha a mais de 2.000 ha, ocupam 43,7% da área total. Enquanto 57,6% dos imóveis de 10 e de 10 ha a 25 ha, ocupam apenas 6,3% da área total. (DIEESE; NEAD/MDA, 2006, p. 30).

Em relação ao índice de Gini, que mede o grau de concentração da terra e da renda, (quanto mais se aproxima de 1 expressa a maior desigualdade na distribuição) no Brasil alcançou 0,802. (Idem, Ibidem, p. 34).

Em 1950, a população rural representava 64% da população total e, em 2000, atinge apenas 19%. Dos residentes na área rural, 60% são negros/as<sup>24</sup> e no Nordeste, atinge 74%. (Idem, Ibidem, p. 65).

Afirmamos que o MST é composto por trabalhadores/as que constituem a superpopulação relativa, porque ao ter acesso à terra produzem mercadorias para vender no mercado e atender a outras necessidades, comprando novas mercadorias. Isto lhes permite se reproduzir/produzir e os/as mantêm disponíveis para serem explorados/as pelo capitalismo.

Em relação à condição de trabalhadores/as proletários/as que fazem parte da superpopulação relativa, tal acontece quando, para atender às necessidades do capital, estão disponíveis para vender a sua força de trabalho. Sendo assim, a sua condição de trabalhadores/as proletários/as que fazem parte da superpopulação relativa, apenas lhes permite o acesso à remuneração temporariamente, permanecendo, na maioria das vezes, sem acesso a ela.

---

<sup>24</sup> O Estado reconhece, enquanto população negra, o somatório dos/as pretos/as e pardos/as, o que é uma conquista dos movimentos antirracistas.

Representam 60% da Mancha Total Global<sup>25</sup> e, no Nordeste, atingem 70% se somarmos o assalariado rural (temporário ou permanente), posseiro, parceiro, arrendatário e membro não remunerado da família, como é apresentado na tabela 1.

**Tabela 1** População assentada antes de vir para o assentamento — 2004

Mancha	Assalariado rural (temporário ou permanente)	Posseiro, Parceiro, Arrendatário	Membro não remunerado da família <sup>26</sup>	Misto <sup>27</sup>	Ocupações urbanas (assalariados ou autônomos)	Desempregado	Outros <sup>28</sup>
Total Global <sup>29</sup>	25%	18%	17%	12%	8%	4%	16%
NE Total	41%	18%	11%	1%	8%	8%	13%

Fonte: LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde [et al.]. *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 69.

Acrescentamos os membros não remunerados/as da família, porque, mesmo não tendo o seu trabalho valorizado e reconhecido, produzem mercadorias e estão disponíveis para terem o seu trabalho apropriado e explorado.

A disponibilização da força de trabalho infantil, de outros parentes e da mulher na produção é relevante porque o seu uso dispensa a contratação de trabalhadores/as. Sendo assim, contribui para o processo de valorização do capital, com o não pagamento de salários e garantias de direitos, pela elaboração e execução de políticas sociais públicas.

<sup>25</sup> Refere-se a todas as áreas pesquisadas.

<sup>26</sup> Inclui pessoas que trabalham com os pais (ou outros parentes) e também as donas de casa.

<sup>27</sup> Mais de uma atividade.

<sup>28</sup> Incluem comerciantes, pequenos proprietários, pessoas sem informação.

<sup>29</sup> Refere-se às áreas pesquisadas.

Já no que se refere aos/às demais trabalhadores/as que constituem a superpopulação relativa que forma o MST, ela atinge 40% do total da mancha, enquanto no Nordeste representa 30% dos/as trabalhadores/as (tabela 1). A superpopulação relativa compreende os/as trabalhadores/as que exercem mais de uma atividade, pois enquanto parte da população supérflua e fração da classe trabalhadora que tem acesso às menores rendas, necessitam se ocupar em outras atividades, para garantir a sua reprodução/produção social.

O MST, assim como as demais organizações tradicionais da classe trabalhadora (partidos políticos de esquerda e sindicatos), abandonou o trabalho enquanto categoria central na luta socialista<sup>30</sup>. No lugar do trabalho, optou pela reforma agrária e organização, majoritária, do trabalho que tem como base a família, sustentada pela divisão “racial” e sexual do trabalho. Em decorrência disto, tem vivenciado contradições na produção que reafirmam os pilares do capitalismo. Assunto este, que desenvolveremos no próximo texto.

### 1.3 O MST E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COM BASE NA FAMÍLIA NA LUTA SOCIALISTA: AS CONTRADIÇÕES VIVENCIADAS NA PRODUÇÃO QUE REAFIRMAM OS PILARES DO CAPITALISMO.

#### **1.3.1 MST: uma organização da classe trabalhadora que luta pela reforma agrária e pela organização do trabalho com base na família**

O MST é uma organização política da classe trabalhadora que abandonou a centralidade do trabalho e optou pela reforma agrária e organização do trabalho com base na família na luta socialista.

---

<sup>30</sup> Um amplo debate foi realizado sobre as mudanças nas estratégias desenvolvidas pelos partidos de esquerda após a crise do “socialismo” real. Cf. COUTINHO (1979); NETTO (1990); TONET (2004); MÉSZÁROS (2002), dentre outros/as.

Inicialmente, o MST surgiu de forma localizada, no Sul do País, no final dos anos 1970. Em 1984, organizou-se em nível nacional, através de seu primeiro encontro, realizado em Cascavel, no Paraná, que contou com a participação dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima. (STEDILE; FERNANDES, 2001; MORISSAWA, 2001).

Entre 1985 e 1990, o MST se estendeu nas demais regiões do país, pois, um movimento de classe deve ultrapassar a luta local e se organizar em nível nacional e internacional<sup>31</sup>.

A organização dos/as trabalhadores/as no MST, em nível nacional, ocorreu a partir da modernização da agricultura, que levou significativa parcela de trabalhadores/as a perderem o seu emprego, gerando uma superpopulação relativa.

A organização do MST, no Brasil, deve-se a importante contribuição da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>32</sup> — ligada à Igreja Católica — que, devido ao seu caráter ecumênico, teve relevante papel na organização dos/as trabalhadores/as rurais, sobretudo na época da ditadura militar. (STEDILE; FERNANDES, *Ibidem*).

Em Pernambuco, o MST surgiu na segunda metade da década de 1980, mas só se consolidou em 1989, com a constituição de uma secretaria do Movimento, no município de Palmares, formada por dirigentes de outros estados. (MORISSAWA, 2001).

Foi a partir desse período que os/as dirigentes passaram a organizar e conscientizar os/as trabalhadores/as sobre a importância da luta pela terra.

---

<sup>31</sup> A internacionalização da luta política dos/as trabalhadores/as proletários/as pode ser identificada a partir da sua organização na Via Campesina. A Via Campesina é uma organização internacional composta por cerca de cem países de todos os continentes.

<sup>32</sup> Cf. CALADO (1996).

Tem como marco de sua atuação, a criação de sua secretaria em Palmares e a ocupação do Complexo Suape, na cidade do Cabo de Santo Agostinho. Foi a partir dessa ocupação que o MST se consolidou e se estendeu pelo Estado. Inicialmente, nos municípios de Petrolina, Floresta, Pombos, Gameleira, Amaraji, Barretos, Gravatá, Bonito, Rio Formoso, Barra de Guabiraba, Água Preta, Santa Maria da Boa Vista, Caruaru, Riacho das Almas e São Bento do Una. (MORISSAWA, 2001).

Com a consolidação do MST em Pernambuco e a formação de novos/as dirigentes, em 1992, o MST realizou o seu I Encontro Estadual, em Nazaré da Mata, elegendo a sua coordenação estadual. (MORISSAWA, op. cit.).

A expansão e consolidação do MST no estado estão ligadas ao processo de reestruturação produtiva, que levou ao fechamento de usinas, aumentou o índice de desemprego e o endividamento dos/as empresários/as junto aos bancos, que ampliou a superpopulação relativa, contribuindo para a organização dos/as trabalhadores/as no Movimento.

As áreas prioritárias de atuação do MST têm sido a zona da Mata e o Sertão, regiões onde predomina o latifúndio.

Devido à opção pela reforma agrária e organização do trabalho com base na família, o MST é uma organização corporativa que defende os interesses dos/as trabalhadores/as rurais.

Enquanto organização política, o MST tem definido princípios, objetivos, diretrizes e estratégias de luta. Define como princípios: a direção coletiva, a divisão de tarefas, a disciplina, o estudo, a formação de quadros, a luta de massas e o vínculo com a base.

O objetivo do MST é:

[...] Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital; Fazer com que a

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

terra seja um bem de todos e deva estar a serviço de toda a sociedade; Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; Difundir valores humanistas e socialistas nas relações sociais; Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. (MST, 1995, apud MORISSAWA, 2001, p. 153).

Por isso, tem como diretrizes políticas na luta pela reforma agrária:

[...] Modificar a estrutura da propriedade da terra; subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; garantir que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola; levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente da juventude; aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semiárido; desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável e; buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos. (Idem, Ibidem, p. 153).

A reforma agrária defendida pelo MST deve ser massiva, articulando uma política agrária e agrícola que priorize a pequena e a média propriedade, como afirma em documento.

[...] a reforma agrária no Brasil deve combinar uma política de “massiva” distribuição de terras com uma política agrícola que combata o atual modelo agrícola implantado nas últimas décadas. A luta por um ‘novo modelo agrícola’ deve ser entendida como a busca alternativa viável que contemple a pequena e média propriedade, os sem-terra e assentados e os assalariados rurais. (MST, 1995<sup>33</sup>, apud STEDILE, 2005, p. 187).

Nesse sentido, o MST tem lutado pela redistribuição dos meios e condições de produção, principalmente, a terra. Sendo assim, defende a

<sup>33</sup> Proposta de reforma agrária deliberada no III Encontro Nacional, em 1995.

conquista das terras multinacionais, dos latifúndios extensivos, do Estado, as terras mal aproveitadas e as terras que estão nas mãos de quem não precisa delas (MST, 1984<sup>34</sup> apud STÉDILLE, 2005). Por isto tem lutado para

Confiscar, sem indenização, como define a Constituição, todas as propriedades onde se comprovar que há plantio de drogas, em que se comprovar trabalho escravo, utilização para contrabando ou propriedade com origem ou fins criminosos, e destiná-las à reforma agrária. Impedir que bancos, empresas estrangeiras, grupos industriais nacionais, que não dependem da agricultura, possuam terras. Essas terras devem ser desapropriadas e destinadas à reforma agrária. Recolher em terras as dívidas das empresas com impostos, Previdência Social, bancos públicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco do Amazônia etc.) e destiná-las à reforma agrária. (Idem, *Ibidem*, p. 190-191).

Enquanto estratégia de luta privilegiada para pressionar o Estado para fazer a reforma agrária, o MST tem utilizado a ocupação de terra. Além disso, para ter as suas reivindicações atendidas, vem recorrendo ao acampamento permanente, às marchas pelas rodovias, aos jejuns e às greves de fome, à ocupação de prédios públicos, ao acampamento nas capitais, ao acampamento diante dos bancos, às vigílias e manifestações nas grandes cidades (MORISSAWA, 2001).

O MST para definir as suas diretrizes, tem organizado espaços de discussões e decisões políticas que estão assim distribuídos:

Congresso Nacional  
 Encontro Nacional  
 Coordenação Nacional  
 Direção Nacional  
 Encontro Estadual  
 Coordenação Estadual  
 Direção Estadual  
 Coordenação Regional

<sup>34</sup> Programa de Reforma Agrária do MST, 1984.

Coordenação de Assentamentos, e  
Coordenação de Acampamentos (FERNANDES, 2000, p. 246).

Para executar as ações definidas nos espaços de decisão política, o MST instituiu as secretarias, os setores e os coletivos temáticos, como segue estrutura abaixo.

Secretaria Nacional  
Secretarias Estaduais  
Setor de Frente de Massas  
Setor de Formação  
Setor de Educação  
Sistema Cooperativista dos Assentados  
Setor de Comunicação  
Setor de Finanças  
Setor de Projetos  
Setor de Direitos Humanos  
Setor de Relações Internacionais  
Setor de Saúde  
Coletivo de Mulheres  
Coletivo de Cultura  
Articulação dos Pesquisadores  
Mística (FERNANDES, Idem, p. 246).

O MST se destaca, por resistir às diretrizes políticas dos países imperialistas, através da luta contra as políticas neoliberais, sobretudo no meio rural. Defende como principais inimigos a serem combatidos o latifúndio e a monocultura, que têm como expressão, na atualidade, o agronegócio.

Para realizar a reforma agrária, o MST tem reivindicado e proposto ao Estado a elaboração e a execução de políticas sociais públicas para criar as condições objetivas/subjetivas para a concretização de seu projeto político. Sendo assim, o Estado é um instrumento importante para viabilizar as suas

ações.

Pensando nisso, o MST vem realizando alianças com partidos políticos e sensibilizado organizações da classe trabalhadora no sentido de apoiar a sua luta para viabilizar a execução de políticas sociais públicas.

Todavia, ao abandonar o trabalho e optar pela reforma agrária e pela organização, majoritária, do trabalho com base na família, sustentada pela divisão “racial” e sexual do trabalho na luta socialista, o MST vivencia contradições na produção, que reafirmam os pilares de sustentação do capitalismo. Por isso, no próximo texto analisaremos as contradições vivenciadas na produção baseada na organização do trabalho na família.

### **1.3.2 O MST e a organização do trabalho na família: as contradições vivenciadas na produção**

O MST vivencia contradições na produção, porque tem como base de organização do trabalho a família, sustentada pela divisão “racial” e sexual do trabalho. Neste sentido, produz e reproduz as bases de sustentação do capitalismo no Brasil, que são a apropriação e a exploração, predominante, da força de trabalho negra, sobretudo das mulheres negras.

Isso acontece porque, ao lutar pela reforma agrária e pela organização do trabalho na família, permite aos trabalhadores/as o acesso à terra, fazendo com que estes/estas se reproduzam/produzam mediante a produção voltada para o seu consumo e para venda, para comprar mercadorias e atender às demais necessidades. E não vender mercadorias, para transformá-las em capital.

Tais condições permitem aos trabalhadores e trabalhadoras se reproduzirem e produzirem sem receber remuneração, estando disponíveis para serem explorados/as pelo capitalismo, quando este achar que é necessário.

Desta forma, estes/estas trabalhadores/as só têm acesso à remuneração temporariamente, ocasionando um acesso de forma desigual à riqueza. Essas informações podem ser esclarecidas com os dados da tabela a seguir, que trata da periodicidade do trabalho fora do assentamento, na população com mais de 14 anos.

**Tabela 2** Periodicidade do trabalho fora do assentamento, na população com mais de 14 anos (em % da população assentada maior de 14 anos)<sup>35</sup>

Mancha <sup>36</sup>	Periodicidade do trabalho fora do assentamento		
	Eventual	Temporário	Permanente
Zona canavieira no Nordeste <sup>37</sup>	35%	11%	50%
Total <sup>38</sup>	44%	24%	31%

Fonte: LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde [et al.]. Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 307.

Em relação ao trabalho desenvolvido pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados/as, na população com mais de 14 anos, abrange desde os trabalhos nas áreas rurais, ao trabalho nas áreas urbanas. Em relação ao trabalho realizado pelas mulheres, em sua maioria, as mesmas estão ocupadas no serviço doméstico, conforme pode ser identificado nos dados da tabela a seguir.

<sup>35</sup> Conforme tabela A4.14, no Anexo 2 da fonte citada.

<sup>36</sup> Refere-se às áreas pesquisadas.

<sup>37</sup> Foi excluída a coluna das pessoas “sem informação” sobre periodicidade. A soma de eventual + temporário + permanente + sem informação = 100%

<sup>38</sup> Foi excluída a coluna das pessoas “sem informação”. A soma de eventual + temporário + permanente + sem informação = 100%.

**TABELA 3** Tipo de trabalho fora lote no assentamento, em % da população maior de 14 anos que trabalha fora, por mancha

Mancha <sup>39</sup>	Tipo de trabalho fora do lote de assentamento					
	Assalariado /a rural	Assalariado /a urbano	Trabalho Coletivo	Trabalho autônomo urbano	Parceiro / Arrendatário.	Outros sem informação
Zona canavieira no Nordeste	40%	32%	4%	9%	4%	12%
Total	57%	20%	9%	8%	2%	4%

Fonte: LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde [et al.]. Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 127.

A organização do trabalho com base na família faz com que, no setor agropecuário, 85% das mulheres e 65,6% dos homens trabalhem sem receber remuneração. Dos/as empregados/as permanentes, elas representam apenas 3,7%, enquanto no emprego temporário ocupam 10,4%, como segue na tabela 4.

**Tabela 4** Distribuição do pessoal ocupado na agropecuária, por sexo e posição na ocupação (em %) — Brasil — 2004

Posição na ocupação	Pessoal ocupado	
	Homens (%)	Mulheres (%)
Empregado permanente	13,1	3,7
Empregado temporário	17,6	10,4
Conta própria	36,6	10,1
Empregador	3,7	0,8
Não remunerado	21,5	59,8
Auto-consumo	7,5	15,1

Fonte: DIEESE; NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 113.

Em relação ao trabalho das mulheres no setor agropecuário, quando tratamos dos/as trabalhadores/as agrícolas por sexo segundo classes de horas

<sup>39</sup> Refere-se às áreas pesquisadas.

de trabalho semanal, no Brasil, os trabalhos até 14 horas ocupam, no ano estudado, 6,2% dos homens, enquanto esse percentual atinge 34,7% das mulheres e de 15 a 39 horas, atinge 27,3% e 43,9, respectivamente (DIEESE; NEAD/MDA, 2006, p. 112).

Além disso, dos/as que trabalham e recebem remuneração, apenas 15,7% dos homens e 8,9% das mulheres recebem até 0,5 salário mínimo e 25,8% e 6,0% mais de 0,5% a 1 salário, respectivamente (Idem, Ibidem, p. 124).

Esses trabalhos são marcados pela ausência de garantias de direitos, pela precariedade, pelas elevadas jornadas de trabalho e por serem temporários, o que faz com que estes/as trabalhadores/as constituam a superpopulação relativa.

O não reconhecimento e a apropriação do trabalho dos/as trabalhadores/as, em sua maioria, negros/as, tem rebatido na porcentagem dos/as que não contribuem com a Previdência. No setor agropecuário no Brasil, atinge 88,5%, enquanto no Nordeste, atinge 95,2%. (Idem, Ibidem, p. 115).

A condição de trabalhadores/as proletários/as que constituem a superpopulação relativa se reflete na quantidade de registro em carteira de trabalho no setor agrícola. Segundo os estudos do DIEESE, em 2006, no Brasil, 31,7% dos trabalhadores/as eram registrados/as e, no Nordeste, 18,5% tinham carteira assinada. Já os sem registro na carteira representavam 68,3% no Brasil e, no Nordeste, 81,5%. (DIEESE; NEAD/MDA, 2006, p. 113).

Discutir a organização do trabalho com base na família, sustentado pela divisão “racial” e sexual do trabalho é relevante, porque é essa forma de trabalho que tem predominado nos assentamentos de reforma agrária, inclusive do MST.

Segundo dados da pesquisa *Impactos dos assentamentos*: um estudo sobre o meio rural brasileiro, do total global das áreas de assentamentos pesquisadas, inclusive do MST, 78% tinham atividade produtiva com base na família, 1% desenvolviam produção de forma coletiva, 20%, de forma mista, e 0,3% não informaram. Na zona canavieira do Nordeste, esse percentual atingiu 99%, 0,3% e 1%, respectivamente (LEITE et al., 2004).

A organização do trabalho, com base na família, sustentada pela divisão “racial” e sexual do trabalho nos preocupa porque é nela que os trabalhadores e trabalhadoras negras têm o seu trabalho apropriado e explorado pelo capitalismo.

É nessa forma de trabalho que a mulher, os/as filhos/as e parentes têm o seu trabalho apropriado e explorado sem receber remuneração. É nela que o trabalho do homem é reconhecido. Em relação à distribuição dos ocupados segundo a faixa etária em que começaram a trabalhar, por sexo e situação do domicílio, no ano de 2004, em porcentagem, na área rural, das crianças até 9 anos, 32,5% dos homens e 27,9% das mulheres trabalhavam, enquanto as que possuíam de 10 a 14 anos representavam 54,7% e 54,3%, respectivamente.

Já em relação à distribuição das crianças de 5 a 14 anos por atividade de trabalho principal e sexo, no Brasil e no Nordeste, em 2004, é expressa na tabela 5, a seguir:

**Tabela 5**                      **Distribuição das crianças de 5 a 14 anos por atividade de trabalho principal e sexo no Brasil e Nordeste, em 2004.**

Brasil e Nordeste	Crianças de 5 a 14 anos, por atividade			
	Agricultoras		Não-Agricultoras	
	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas
Nordeste (%)	74,7	25,3	59,0	41,0
Brasil (números absolutos)	896.995	305.238	449.188	314.224

Fonte: DIEESE; NEAD/MDA. *Estatísticas do meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 117.

Com a divisão “racial” e sexual do trabalho com base na família, as mulheres vão ocupar os trabalhos na esfera da reprodução/produção social, considerados inferiores em relação ao trabalho dos homens brancos. Produzir/reproduzir essa forma de trabalho é dar continuidade à divisão “racial” e sexual do trabalho, base de sustentação do capitalismo no Brasil.

A divisão “racial” e sexual do trabalho tem colocado na invisibilidade o trabalho das mulheres negras, tendo em vista que ele está centrado na esfera da reprodução/produção social em trabalhos manuais, considerados inferiores em relação ao trabalho dos homens brancos.

Permanecer com a organização do trabalho com base na família e não levar em consideração a divisão “racial” e sexual do trabalho é dar continuidade a exploração, opressão, discriminação e desigualdades no trabalho, fazendo com que o trabalho de homens e mulheres, em sua maioria, negros e negras seja apropriado e explorado pelo capitalismo.

Destacamos a exploração da força de trabalho marcada pela divisão “racial” e sexual do trabalho e chamamos a atenção do MST, porque, ao abandonar o trabalho e não incorporar os debates sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, produz/reproduz os pilares de sustentação do capitalismo. Daí a importância de afirmar o trabalho e defender a participação na luta socialista.

De acordo com Mészáros (2004), a participação não deve ser o envolvimento mais ou menos limitado, reduzido a uma mera consulta, mas ela representa a aquisição progressiva da tomada de decisões políticas e econômicas.

A ausência dos poderes de decisões políticas e econômicas às mulheres e homens, em sua maioria, negros/as contribui para reafirmar os pilares de sustentação do capitalismo no Brasil que é a apropriação e a exploração da força de trabalho negra, sobretudo das mulheres negras.

A ausência de incorporação dos debates sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e as questões de “raça” e gênero no MST, implica na ausência da participação das mulheres negras nos espaços de decisões políticas e econômicas, o que tem se expressado no projeto político/econômico do Movimento.

Evidencia-se, assim, a produção/reprodução da exploração, da opressão, da discriminação e das desigualdades vivenciadas na produção pelo MST, sem a participação das mulheres negras, devido à não incorporação dos debates sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero. No próximo capítulo, discutiremos sobre a não participação das mulheres negras na produção proposta pelo MST.

## CAPÍTULO II

---

### 2 O MST E A DIVISÃO “RACIAL” E SEXUAL DO TRABALHO COM BASE NA FAMÍLIA. NA PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO, AS MULHERES NEGRAS NÃO PARTICIPAM

[...] Segundo dados da pesquisa *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*, do total global das áreas de assentamentos pesquisadas, 78% têm atividade produtiva com base na família, 1% desenvolve produção de forma coletiva, 20% de forma mista e 0,3% não tiveram informação. Na zona canavieira do Nordeste, esse percentual atinge 99%, 0,3% e 1%, respectivamente. (LEITE et al., 2004).

[...] Mas, não discute. Apoia, mas não discute esta questão... Não formam as pessoas, conhecimento. Nem dá conhecimento às pessoas, nessa questão racial. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero do MST/PE).

[...] As mulheres participam mais no Setor de Educação, nos setores de saúde. Ainda a gente luta pra não, mas é. Na produção tem pouca mulher, na formação tem menos mulheres, mas na saúde e educação tem a presença maior das mulheres. Já aqui na secretaria tem mais mulheres do que homens trabalhando. Na direção estadual, até agora, está se fazendo uma crítica porque só tem sete mulheres, porque temos mais de trinta e cinco pessoas na coordenação estadual. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Como havíamos destacado no capítulo anterior, o MST tem vivenciado contradições na produção, porque sua base de organização do trabalho é a família, sustentada pela divisão “racial” e sexual do trabalho. Essa divisão do trabalho contribui para a apropriação e a exploração da força de trabalho negra, sobretudo das mulheres negras.

A divisão “racial” e sexual do trabalho é resultado das relações “raciais” e sociais de sexo, que são relações assimétricas e antagônicas. A referida divisão separa e hierarquiza o trabalho e destina, prioritariamente, às mulheres

negras a realização do trabalho manual na esfera da reprodução/produção social, ou de trabalho considerado inferior em relação àquele realizado pelos homens brancos. Em sua maioria, as mulheres negras estão ocupadas em trabalhos na produção, na esfera da reprodução social e nos serviços domésticos.

Na sociedade capitalista, o trabalho manual<sup>40</sup> vale menos em relação ao trabalho intelectual, ainda que na esfera da produção produza e valorize o capital. Isso acontece porque, numa sociedade de classes, o trabalho manual está localizado na esfera da execução e, em sua maioria, é apreendido no cotidiano, sem nenhum custo social com a formação. Estes trabalhadores e trabalhadoras são encontrados, majoritariamente, no setor agropecuário, construção civil e prestação de serviços, sobretudo no serviço doméstico, ocupado, predominantemente, por mulheres negras.

Daí porque, em relação ao valor do trabalho, as mulheres negras ocupam os trabalhos menos valorizados, assim como de menor remuneração em relação ao trabalho dos homens brancos. Por estes motivos, as mulheres negras têm menos acesso à riqueza.

O acesso desigual à riqueza, provocado pela divisão “racial” e sexual do trabalho gera desigualdades e exclusão, produz e perpetua privilégios dos homens brancos em relação às mulheres negras.

---

<sup>40</sup> Sobre a divisão do trabalho manual e intelectual, escreve Gramsci “[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão de um paletó não significa que todos são cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas, sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é a sua luta pela assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos”. (GRAMSCI, 2000, p. 18-19).

Além de o acesso à riqueza estar relacionado à remuneração recebida na realização do trabalho, que é importante para garantir o consumo de bens e serviços, também, está relacionado ao acesso às políticas sociais públicas, que são financiadas através da riqueza produzida pelos/as trabalhadores/as proletários/as.

Este fato é importante porque, como já havíamos dito, apesar de os/as trabalhadores/as proletários/as rurais produzirem riqueza e valorizarem o capital, na condição de componentes da superpopulação relativa, são os/as que menos recebem e o seu trabalho é apropriado e explorado. Como é a fração da classe trabalhadora que com menor acesso à riqueza, também consomem menos bens e serviços.

As relações “raciais” e sociais de sexo são estruturantes e transversais à totalidade das esferas sociais. Têm sua gênese no trabalho e se estendem ao campo ideológico a partir da ideia da existência de “raças” superiores e inferiores. A “raça” é uma construção social e histórica e não é resultado das diferenças biológicas, mas das diferenças nas características físicas observadas entre brancos/as e negros/as, consideradas como diferenças “raciais”.

Sendo uma construção social e histórica baseada no trabalho e na divisão “racial” e sexual do trabalho, a luta para superar a exploração, a desigualdade e a exclusão não pode separar a produção da reprodução social. Ou seja, separar o campo econômico do campo político.

É importante destacarmos esses pontos, porque as organizações da classe trabalhadora, assim como o MST, não vêm colocando o trabalho enquanto ponto central na luta política, nem incorporando as discussões sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero.

Especificamente, o MST só tem incorporado o debate a partir da perspectiva de gênero. Essas informações são importantes para

compreendermos porque as mulheres negras não participam da produção/reprodução social, mas apenas da esfera da reprodução/produção e em setores como educação, saúde, mística<sup>41</sup>.

As mulheres negras não participam porque o MST não tem incorporado as discussões sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero. Por esse motivo, vem permanecendo a construção social e histórica da “raça” e do gênero que orienta as práticas sociais de homens e mulheres, mantendo a separação e a hierarquização no trabalho e as desigualdades dos homens em relação às mulheres negras.

Na luta das mulheres no MST, através do Setor de Gênero, prioriza-se o debate ideológico, a partir da construção social do ser homem e ser mulher, sem articular a crítica ao trabalho e incorporar a discussão sobre divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero. É na organização do trabalho com base na família, sustentada pela divisão “racial” e sexual do trabalho que o trabalho da mulher negra é apropriado e explorado pelo capitalismo.

O debate no campo ideológico, a partir da perspectiva de gênero, pelo Setor de Gênero do MST pode ser identificado nos seguintes objetivos:

[...] a tarefa de animar o debate de gênero nas instâncias e setores do MST, conduzir as reflexões sobre essa temática nos espaços de formação, elaborar materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuam para uma participação igualitária de homens e mulheres no MST, bem como cobrar a implementação de linhas políticas de gênero. [...] Também é papel do setor questionar coisas que são consideradas “naturais” tanto no conjunto da sociedade como no MST, mexer com ideias, concepções, nas regras e comportamentos machistas, mostrando a necessidade de uma nova consciência

---

<sup>41</sup> O Setor de Mística é responsável pela realização de atos culturais em que as lutas e as esperanças são representadas. A mística é a energia que motiva os/as trabalhadores/as a seguirem em frente. Fazem parte da mística a bandeira, os hinos e as músicas, compostas com o intuito de fortalecer a luta do MST. (MORISSAWA, 2001).

e uma nova prática de homens e mulheres se quisermos construir uma nova sociedade. (MST, 2006, p. 24-25).

A ênfase dada pelo Setor de Gênero ao campo ideológico a partir da categoria gênero, desarticulada do trabalho, da divisão “racial” e sexual do trabalho e das questões de “raça” e gênero, é resultado da expressão da luta das mulheres que só prioriza o debate ideológico baseado na construção do ser homem e ser mulher, desarticulado do trabalho e da divisão “racial” e sexual do trabalho e das questões de “raça” e gênero. Além disso, a luta das mulheres prioriza a reivindicação pela participação sem propor uma nova organização do trabalho e questionar a divisão “racial” e sexual do trabalho e sem discutir as questões de “raça” e gênero. A luta das mulheres no MST não tem sido diferente, uma vez que elas tomam como diretrizes:

[...] Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam do homem e da mulher; Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família; Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados; Garantir a participação das mulheres em todos os setores do MST, principalmente na Frente de Massa e Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, para incentivar as mulheres a irem para o acampamento, participarem do processo de luta pela terra, e ser ativa nos assentamentos; Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica. (Idem, Ibidem, p. 31).

Para assegurar a participação das mulheres, o Setor de Gênero vem lutando pela garantia de cotas. Entretanto, elas não têm sido cumpridas nem na produção/reprodução, nem nos espaços mais importantes, porque os mesmos são ocupados pelos homens.

[...] Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres; garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha

um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância. (MST, 2005, p. 31).

Além disso, para garantir a participação da mulher nos encontros e congressos, o Setor de Gênero tem reivindicado a Ciranda Infantil. “Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha Ciranda Infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher)”. (Idem, *Ibidem*, p. 31).

A Ciranda Infantil é um espaço educativo e lúdico, responsável por ficar com as crianças nos encontros e atividades promovidos pelo MST. O Setor de Gênero quer fazer com que a Ciranda Infantil seja estendida para todos os assentamentos enquanto política pública, para garantir a participação das mulheres, conforme documento transcrito a seguir.

[...] A ciranda é um direito das crianças, deve ser voltada a elas, para tanto o ambiente e os/as educadores/as devem se preparar para tal; para liberar pais e mães para o estudo e trabalho; A ciranda deve ser uma preocupação de todo o MST, todos devem ter claro, seus objetivos e garantir a implementação; A ciranda deve existir em todos os espaços, principalmente na base, em nossos acampamentos e assentamentos em vista de criar em todos/as a consciência de que as crianças são de responsabilidade social (comunidade) e não apenas dos pais e mães. Assim, teremos pessoas preparadas para contribuir na ciranda das atividades de curso, reuniões de instâncias, encontros, etc. ... Segundo a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Base da Educação no Brasil (LDB), o poder público municipal deve garantir a infraestrutura e educadores para a ciranda (creche), também no meio rural, a partir de um número x de crianças, se houver pressão. (MST, 2008<sup>42</sup>).

Entretanto, a bandeira de luta da Ciranda Infantil não tem sido assumida pelo MST, porque tem predominado no Movimento o entendimento de que as mulheres devem cuidar das crianças, por este motivo não aparece como uma das ações prioritárias do Movimento.

---

<sup>42</sup> Texto: “Questões para debater no setor de Gênero”, para ser discutido no conjunto do MST. Recife, ano, [s/d].

O Setor de Gênero tem, ainda, como objetivo a criação de alguns serviços coletivos a serem defendidos, para que os trabalhadores e trabalhadoras participem.

[...] Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc., comunitários. (MST, 2005, p. 31).

Entretanto, não é discutida a responsabilidade de a sociedade assumir os serviços domésticos, porque com a divisão “racial” e sexual do trabalho, quem assume o cuidado com as crianças, maridos e doentes e com a casa, são as mulheres, sobretudo das mulheres negras.

Outra reivindicação do Setor de Gênero do MST para estimular a participação das mulheres é “combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo” (MST, 2005, p. 31). Lutar contra todas as formas de violência contra mulheres e crianças, é uma reivindicação importante porque além das violências na luta pela terra, existe a violência doméstica e sexista, em que os principais agressores são os familiares e, no caso das mulheres, os companheiros ou parentes, geralmente, do sexo masculino.

Lutar pela participação sem questionar o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e as questões de “raça” e gênero é dar continuidade à separação e à hierarquização do trabalho, que geram desigualdades. E este problema tem sido vivenciado pelo Setor de Gênero do MST, que não vem questionando o trabalho cuja base é a organização do trabalho na família, nem a divisão “racial” e sexual do trabalho. Essa informação pode ser identificada em documento produzido pelo próprio Setor de Gênero do MST.

[...] É visível que as mulheres têm menos oportunidade de atuar nas instâncias e, quando isso acontece, têm menos acesso a informações estratégicas, a estruturas, recursos etc. Também é fácil perceber que as mulheres têm menos oportunidade de participar de atividades de estudo, desde os

cursos básicos, até os profissionalizantes e de formação política. As mulheres só são maioria nos cursos da área de educação e saúde, porque cuidar de crianças e de doentes é considerado pela sociedade em geral como trabalhos femininos. Nos assentamentos, as mulheres, em geral, são excluídas das discussões políticas e econômicas, muitas sequer sabem como e onde os recursos são investidos. E, mesmo nas cooperativas, onde as mulheres conseguem obter remuneração igual à dos homens, elas não participam ativamente da administração, da elaboração dos projetos etc. (MST, 2005, p. 28).

As mulheres negras não participam da esfera da produção/reprodução social, devido à opção pelo trabalho com base na família e por causa das relações “raciais” e sociais de sexo que organizam a divisão “racial” e sexual do trabalho. Se as mulheres brancas não participam da esfera da produção/reprodução social e dos espaços de representação importantes, as mulheres negras menos ainda, devido à divisão “racial” e sexual do trabalho. Isso porque não faz parte dos objetivos do Setor de Gênero do MST discutir sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero. Esse problema contribui para que as mulheres negras não participem da produção/reprodução, não ocupem cargos importantes, nem participem das políticas sociais públicas.

Em relação à questão “racial”, o MST só tem apoiado a luta quilombola, como parte da luta pela reforma agrária. Daí porque os/as trabalhadores/as negros/as vêm conseguindo menos acesso às políticas sociais públicas no meio rural.

Ressaltamos que as políticas sociais públicas de reforma agrária, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), têm, igualmente, priorizado os/as quilombolas. É propósito do MDA e da SEPPIR:

[...] Regularização Fundiária; Georreferenciamento de Territórios Quilombolas, Prevenção e Resolução de conflitos, Promoção de Atividades Produtivas e Segurança Alimentar; Elaboração de Estudos, Pesquisas e Publicações. (MDA, Folder QUILOMBOLAS, ANEXO VI).

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003, no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, apresenta como propósito transversalizar a política “racial”. São seus objetivos: defesa de direitos (a afirmação do caráter pluriétnico da sociedade brasileira, terras para os quilombolas<sup>43</sup>, a criminalização do racismo); ação afirmativa e a articulação temática de raça e gênero. (SEPPIR, 2004).

Todavia, conforme ressaltamos, a articulação das temáticas “raça” e gênero não têm contemplado os/as trabalhadores/as rurais da reforma agrária, apenas os/as quilombolas. A luta das mulheres negras não vem incorporando o debate sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho, apenas encampam o debate ideológico a partir das questões de “raça” e gênero, priorizando a esfera política, a luta por direitos, através da elaboração e execução das políticas sociais públicas. Além disto, têm priorizado a construção de uma nova cultura, como estratégia para superar a desigualdade e a exclusão vivenciada pelas mulheres negras. São reivindicações dos movimentos de mulheres negras:

[...] o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher; o reconhecimento das diferenças intragênero; o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução de desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil; o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico; o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras, para a equalização das oportunidades sociais; o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza; o reconhecimento da

<sup>43</sup> Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), “as comunidades quilombolas são grupos étnicos — predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana —, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”. De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 4.887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades quilombolas, para os fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: jun. 2008.

violência simbólica e a opressão que a brancura, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não-brancas. (CARNEIRO, 2003, p. 130).

Nas políticas sociais públicas de reforma agrária, as mulheres negras não participam porque, assim como o movimento de mulheres, o Setor de Gênero do MST não incorporou os debates sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero. Apenas tem trazido o debate ideológico sobre a questão de gênero. Sendo assim, nas ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em trabalho conjunto com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) são priorizadas:

[...] Ações afirmativas reafirmam as mulheres como sujeitos sociais e políticos (Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; Participação Social; Programa de Fortalecimento das redes de Órgãos Colegiados de Desenvolvimento Rural Sustentável); Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais; Inclusão das mulheres na reforma agrária; Política para mulheres no II Plano Nacional de Reforma Agrária — o PNRA (Agora a Mulher também é dona da Terra; Assessoria Técnica, Social e Ambiental à reforma Agrária — ATEs, Crédito especial para as mulheres assentadas); Inclusão das mulheres na agricultura familiar (Assistência técnica e extensão rural, Comercialização, Apoio à produção dos grupos de mulheres rurais, Crédito do Pronaf para as mulheres, agriculturas familiares, crédito especial e a ampliação do acesso das mulheres, o Pronaf Mulher); Etnodesenvolvimento das mulheres quilombolas; Estudos e pesquisas (Prêmio Margarida Alves); Atuação Internacional; Difusão e capacitação para as políticas para as mulheres (BUTTO, 2006, p. 88-116).

A Secretaria de Políticas para Mulheres foi criada em 2003, na primeira gestão do governo Lula e tem como objetivos transversalizar a política de gênero. Sendo de sua competência: assessorar o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres; promover a igualdade de gênero; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos

acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação.

A não participação das mulheres negras nas políticas sociais públicas<sup>44</sup> de reforma agrária vem contribuindo para que as mulheres negras não tenham as mesmas oportunidades de acesso aos direitos, em relação aos homens brancos.

Essas informações são importantes para compreendermos porque as mulheres negras não participam da produção e porque elas estão ocupadas nos setores ligados à esfera da reprodução social, na produção/reprodução, cozinha e serviços de limpeza nos acampamentos e assentamentos, principalmente nestes dois últimos, que são comuns e observáveis nos encontros e congressos organizados pelo MST.

Devido à não realização do debate sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual e do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, as mulheres negras do Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero têm realizado a atividade de organização e de formação política nos acampamentos e assentamentos e desenvolvido trabalho relacionados à limpeza e à cozinha.

[...] Se eu participo? Participo, a coordenar lá o pessoal dos setores dele, né. Quando eu vou no acampamento, eu ajudo, também, a fazer os trabalhos lá, e limpar, a capinar. Quando tem eu ajudo [...] (Ângola, 22 anos, Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero do MST/PE).

No que se refere ao trabalho das mulheres negras no MST, além de elas participarem da produção, na esfera da reprodução social, elas se ocupam nos serviços domésticos, bem como participam das místicas e dos trabalhos de limpeza nos acampamentos e assentamentos, como bem destacou Haiti.

---

<sup>44</sup> Para ampliar o conhecimento sobre as mulheres e as políticas sociais ver DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. *O lugar das mulheres nas políticas de assistência social: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

[...] as tarefas das mulheres no acampamento depende, de quem está acompanhando, é mais para limpeza, é para varrer, para ornamentar, preparar as místicas, é quase como parte da igreja. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero do MST/PE).

O trabalho com base na família e a divisão “racial” e sexual do trabalho não é questionado pelo Setor de Gênero do MST, porque este Setor não tem incorporado o debate sobre as referidas questões, nem discutido sobre “raça” e gênero.

Vem prevalecendo no MST e, especificamente, no Setor de Gênero, a ideologia dominante da universalidade, de que todos/as são iguais. Esta afirmação pode ser identificada na fala de Ruanda:

[...] Olha, no Movimento a gente diz que não tem cor nem raça, nem religião; nossa proposta é que não tenha cor, nem raça, nem religião, nem idade; [...] (Ruanda, 55 anos, Coletivo de Mulheres do MST/PE).

A ideologia dominante de que não existe racismo, nem desigualdades entre brancos/as e negros/as no Brasil, se expressa de modo especial no pensamento sobre a democracia “racial” defendido por Gilberto Freyre, sobretudo em sua obra Casa-Grande e Senzala.

A ideologia dominante de que existe democracia “racial” no Brasil tem como um de seus principais argumentos a miscigenação entre brancos e negras.

Todavia, o processo de miscigenação entre brancos e negras e indígenas só ocorreu porque os colonizadores vieram sós e, na ausência das mulheres brancas, foram utilizadas as que restaram — as mulheres negras e as mulheres indígenas — para atenderem às necessidades sexuais dos colonizadores. Ao estudar sobre este assunto, escreve Prado Júnior:

[...] o homem emigra só. Daí a falta de mulheres brancas. Mesmo quando o colono pretende trazer família, ele deixa tudo isto para mais tarde, para quando pisar em terreno firme e já

pode prover com segurança à subsistência dela. (PRADO Jr., 2006, p. 108).

Adiante, continua o referido autor:

[...] E daí verem-se os colonos destituídos de mulheres brancas. Isto, e mais a facilidade dos cruzamentos com as mulheres de outras raças, de posição social inferior e portanto submissas, estimulou fortemente e mesmo forçou o colono a ir procurar aí a satisfação de suas necessidades sexuais. (Idem, *Ibidem*, p. 108).

As relações que os colonizadores brancos mantiveram com as mulheres negras e indígenas nada tem a ver com as motivações decorrentes de uma necessidade afetiva e familiar, pois, como bem destacou Freyre, em *Casa-Grande e Senzala*, sobre o pensamento dominante na sociedade brasileira:

[...] Com relação ao Brasil, que diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”, ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual da mulata. (FREYRE, 2006, p. 72).

Vale salientar, que as relações sexuais entre brancos e negras e/ou indígenas foram marcadas por violências, por não haver o consentimento das referidas mulheres, dominadas e escravizadas pelos colonizadores.

A ideologia da democracia “racial” tem a sua gênese com a formação da burguesia brasileira. É a partir desta ideologia que a classe dominante busca ocultar o racismo existente em nossa sociedade, afirmando que somos um país mestiço, multirracial.

Esse fato vem contribuindo para que os/as negros/as neguem sua cor, criando uma variedade de definições baseadas na descrição de sua cor. Esta estratégia utilizada pela classe dominante tem trazido sérios problemas na organização dos/as negros/as, porque se não existe racismo no Brasil, não há porque lutar.

Por trás da ideia da mestiçagem existe o propósito do embranquecimento do país. Todavia, este processo só tem tido a adesão nas classes dominadas. Mas, mesmo assim, os conflitos interracialis têm permanecido.

Mesmo negando a existência do racismo, o MST reconhece a necessidade de combatê-lo e de lutar contra todas as formas de discriminação.

[...] buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual; difundir a prática de valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero; [...] (MORISSAWA, 2001, p. 168).

Entretanto, mesmo o MST reconhecendo a necessidade de lutar contra a discriminação “racial”, nada tem feito para combatê-lo. Este fato é relatado por Ruanda

[...] a gente quer acabar com tudo isso, mas até agora essa proposta... Essa palavra racismo, sempre foi comentada, foi trabalhada poucas vezes, quase nada mesmo. Ainda não temos ainda, uma frente falando sobre racismo. Ainda não pra ter uma discussão mesmo. Já teve a nível nacional sobre o racismo, mas assim, pra vir para as áreas. Se tem em algum estado, é muito pouco ainda. (Ruanda, 55 anos, Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero do MST/PE).

Uma das expressões do racismo à brasileira é o silêncio. É desta forma que o MST tem tratado a questão “racial”. Permanecer calado diante dos fatos é se omitir perante a realidade para que as coisas continuem como estão. Ou seja, é dar continuidade às vantagens obtidas com o processo de desigualdades “raciais” que geram exclusão, produzem e perpetuam privilégios.

[...] O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcisístico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (BENTO, 2003, p. 30).

Como afirmado anteriormente, quando se refere à questão “racial”, o MST tem priorizado a luta dos/as quilombolas. Ao apoiar a luta quilombola não significa dizer que o MST incorporou o debate sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero em seu projeto político, pois fazer isso significa colocar em prática ações. Não reconhecê-la, nem discuti-la, é dar continuidade ao processo de desvantagens vivenciadas historicamente pelos/as negros/as no Brasil.

Haiti, ao se referir a este problema afirma:

[...] Mas, não discute. Apoia, mas não discute esta questão... Não formam as pessoas, conhecimento. Nem dá conhecimento às pessoas, nessa questão racial. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Percebendo a ausência do debate sobre a questão “racial” no MST, Haiti, propõe que ele seja articulado às questões de gênero e classe. Todavia, este debate vem desarticulado do trabalho, da divisão “racial” e sexual do trabalho e das questões “raça” e gênero.

[...] Poderia a gente trabalhar gênero, classe e raças, um público gênero e raça, porque a gente às vezes trabalhou gênero e etnia, mas a questão da raça a gente não trabalha. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

O MST tem incorporado em seu projeto político a questão de gênero, desarticulada do trabalho, da divisão “racial” e sexual do trabalho e das questões de “raça” e gênero, mesmo reconhecendo que em nossa sociedade existe racismo. Isto porque no Brasil, é uma característica do racismo ser um atributo do outro.

[...] ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas ele é sempre um atributo do “outro”. Seja da parte de quem preconceitua, seja da parte de quem é preconceituado, o difícil é reconhecer a discriminação, e não o ato de discriminar. Além disso, o problema parece se resumir a afirmar oficialmente o preconceito, e não a reconhecê-lo na intimidade. Esse conjunto de argumentos demonstra como estamos diante de um tipo

particular de racismo; um racismo sem cara, que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade das leis e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação. (SCHWARCZ, 2001, p. 77-78).

Esse fato acontece, porque, no Brasil, o racismo é velado. Ainda que as pessoas reconheçam a sua existência e o pratiquem, não o percebem. Paula, ao tratar da referida questão afirma:

[...] No Brasil o racismo é velado, mascarado, disfarçado, bem como os preconceitos e discriminação em relação às mulheres, aos homossexuais, aos idosos, aos portadores de deficiência etc. Na recente pesquisa da Fundação Perseu Abramo (FPA), é exatamente isto que localizamos: *as pessoas não percebem a discriminação, muito embora 89% reconheçam que o racismo existe*. As pessoas praticam o racismo, os preconceitos e as discriminações, são vítimas dele, mas não o percebem em seu cotidiano e seu fazer histórico. (PAULA, 2005, p. 90).

Ainda que o racismo seja estruturante e transversal à totalidade do campo social, ele é percebido como se fosse um problema localizado, resultado de alguma ação ocasional.

[...] A gente ainda vê muito racismo. Muito racismo mesmo. De dizer assim: porque o povo de interior, ele trata mais o povo, as pessoas assim: olha, nêga, olha, moleque. (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Portanto o racismo não é um problema pontual, nem ocasionado por ações esporádicas, porque ele se manifesta em nosso cotidiano, nas conversas, através do preconceito, da discriminação, das brincadeiras, da negação, do silêncio, dos estereótipos, na linguagem, dentre outras formas.

[...] Essa palavra macaco fica conversando e depois diz assim: aquele macaco. Aí não é o filho de seu fulano, ou então, quem é fulano. Quando é uma pessoa assim, que eu tenho intimidade, eu digo: minha gente é animal não pode ser gente e nem gente pode ser animal, macaco é macaco e gente é gente. (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

O preconceito de cor ocorre quando uma pessoa ou um grupo de pessoas tem uma ideia negativa em relação a uma pessoa ou a um grupo de

peças. Já a discriminação “racial”, além de envolver uma ideia negativa de uma pessoa ou um grupo de pessoas contra uma pessoa ou um grupo, também, se relaciona a uma ação (BENTO, 2006). Para Bento, em sua maioria, todo preconceito envolve uma ação e a discriminação “racial” pode ser decorrente do preconceito e de um interesse de escolha (Idem, Ibidem).

No que se refere à reprodução do racismo através da linguagem, ele se expressa de várias maneiras — verbal e não-verbal. Identificamos através da linguagem verbal a partir da forma negativa como são utilizadas algumas expressões, principalmente quando os/as negros/as são associados a animais.

Outras formas, também, muito comuns são as piadas relacionadas à cor, ao cabelo e demais características físicas dos/as negros/as.

[...] Aí a gente vê muito essas coisas no interior, esse racismo de cor, de cabelo, de dizer assim: o cabelo daquela nega ou então aquela é tão nega que nem cabelo tem. O povo do interior usa muito essa expressão (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

A partir da fala de Somália, identificamos que há uma compreensão de que o racismo é um problema localizado e não uma questão que envolve as relações sociais entre brancos/as e negros/as.

[...] A ideia de que ações racistas são esporádicas, ocasionais e frutos do desatino de um ou outro fanático racista é firmemente combatida com informações que denunciam o caráter estrutural do racismo à brasileira. (BENTO, 2006, p. 153).

Somália destaca, ainda, que o racismo se expressa na forma como as pessoas se dirigem às outras, uma vez que, na maioria das vezes, não utilizam seu nome, mas expressões como olha nêga, olha moleque.

Não é comum chamar as pessoas negras pelo nome, mas por apelidos, utilizando diminutivos, reforçando a ideia de inferioridade. Na maioria das vezes, a forma de tratar os/as negros/as é pejorativa.

[...] Cada vez mais o racismo aparece disfarçado, camuflado, e agora sempre vem junto com “não foi isto que eu disse ou quis dizer”, “eu não sou racista”, “foi só uma brincadeira” etc. Ou pior, ainda, aparece nos apelidos, nas brincadeiras e principalmente na exclusão e no isolamento. (PAULA, 2005, p. 92).

Mesmo o MST reconhecendo que o racismo é um problema social, não tem levado em consideração que ele perpassa a sua organização e que é reproduzido nas relações “raciais” e sociais de sexo, através de seus e suas militantes e dirigentes.

[...] É, dentro do MST, vamos dizer assim: aquele, também, que tem o conhecimento do MST, eles não são muito racistas. Mas aqueles que fazem parte do MST, mas não tem o conhecimento... A gente, ainda, vê muito... Muito... Muito racismo. Muito, muito racismo mesmo; [...] (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

“Ainda que o MST não reconheça o problema do racismo em sua organização, as mulheres negras têm reivindicado a necessidade de se discutir sobre a referida temática, desarticulada dos debates sobre o trabalho, a divisão racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero. Propuseram, no Encontro Estadual de Mulheres do Movimento, em Pernambuco, no ano de 2007, uma série de ações a serem realizadas, como:

[...] Conscientizar as pessoas; Realizar debates sobre a questão racial nas escolas; Trazer para a pauta de reivindicações da reforma agrária o debate sobre a questão racial; Tratar-se como igual; Rever a forma de agir; Aceitar-se como negro/a; Trabalhar nas escolas e nas comunidades; Conhecer mais sobre a temática racial; Tratar os/as outras como gostaríamos de sermos tratados/as. (SOUZA, 2007).

Em 2008, solicitaram-nos uma proposta para a realização de um encontro em que seria tratada a questão “racial”, entregamos a proposta e ela faria parte de nossas atividades de pesquisa, sem custo nenhum para o Movimento. Entretanto, foi-nos comunicado de que não seria possível a realização do encontro por falta de recursos financeiros, para mobilizar as mulheres e trazê-las das áreas de acampamentos e assentamentos, assim

como para montar a infraestrutura necessária. Então, foi proposto que a discussão fosse feita durante o encontro estadual de mulheres, no ano seguinte, em 2009, e não ocorreu, porque foram priorizadas as manifestações públicas contra o agronegócio. Ainda que no ano anterior tivessem ocorrido as duas atividades.

Vale salientar que, a partir deste período, o MST vem passando por grande crise financeira. E tratar da questão “racial”, num período de crise ou não, não tem sido uma prioridade do Movimento.

No final do ano de 2008, a dirigente do Setor de Gênero responsável por trazer o debate sobre a questão “racial” para o MST foi transferida para coordenar uma regional e, até o momento, a atual coordenadora do referido Setor não deu continuidade às atividades que vinham sendo desenvolvidas.

Mesmo não existindo “raças humanas”, mas a espécie Homo Sapiens, oriunda da África, os/as negros/as continuam sendo explorados/as e discriminados/as por causa de sua cor e características físicas.

O racismo é uma ideologia pela qual a sociedade está dividida entre “raças” superiores<sup>45</sup> e “raças” inferiores<sup>46</sup>. A ideia da existência de “raças” não está fundamentada em dados científicos, mas através das características físicas utilizadas para justificar as diferenças “raciais”.

[...] Embora ele trate de características biológicas dos indivíduos e por isso denote as características internas, genéticas (genótipo), costuma-se considerar como sendo atributos raciais as características externas (fenótipo): a cor da pele, altura, tipo de cabelo etc. (VALENTE, 2002, p. 17),

Ao escrever sobre a invenção das “raças”, Barbujani afirma que elas não existem biologicamente e nós as inventamos. Enquanto pertencentes a uma mesma espécie, temos uma ascendência que nos une. Mas também,

---

<sup>45</sup> A “raça” branca, sobretudo.

<sup>46</sup> As demais “raças”, principalmente a “raça” negra.

possuímos diferenças (BARBUJANI, 2007).

Ao justificar o seu argumento, Barbujani defende:

[...] a palavra raça não identifica nenhuma realidade biológica reconhecível no DNA de nossa espécie, e que portanto não há nada de inevitável ou genético nas identidades étnicas e culturais, tais como conhecemos hoje em dia. Sobre isso, a ciência tem idéias bem claras. As raças, nós as inventamos e nós as levamos a sério por séculos, mas já sabemos o bastante para largar mão delas. Hoje em dia sabemos que somos todos parentes e todos diferentes, de acordo com o feliz slogan criado pelo geneticista francês André Longaney, e não é preciso ter feito estudos aprofundados para convencer-se disso [...] (Idem, Ibidem, p. 14).

Ao tratar de nossas diferenças, sem o uso do conceito de “raças”, defendendo uma humanidade desracializada, Pena defende a singularidade dos indivíduos. Por isso, argumenta que “[...] a única divisão biologicamente coerente da espécie humana é em seis bilhões de indivíduos, cada um deles singular em seu genoma e história de vida.” (PENA, 2008, p. 19).

A classe dominante, através de seus/suas intelectuais tem se apropriado dos resultados das pesquisas científicas, que afirmam que não existem “raças humanas”, para justificar que não há porque classificar as pessoas por “raças/cor”. Fazer isso é dar continuidade ao racismo.

[...] O novo racismo a que assistimos no Brasil contemporâneo é um empreendimento de restauração do conceito de raças humanas. Os racialistas começam desvalorizando o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei e terminam atribuindo identidades raciais a cada pessoa. A divisão da sociedade em raças oficiais, ou seja, em grupos raciais catalogados pelo Estado, é o alicerce para um sistema de preferências e privilégios legais concedidos a título de “reparação”. (FRY et al., 2007, p. 21)

Utilizando-se dessa justificativa, argumentam que os movimentos antirracistas querem despertar o ódio “racial” no Brasil, transformando-o numa nação bicolor. O objetivo de autores como Kamel é reafirmar a ideia de que o Brasil é um país multirracial, é mestiço, e não há porque classificar as pessoas

por “raças”, mas apenas pela nacionalidade, brasileiro/a.

[...] De repente, nós que éramos orgulhosos da nossa miscigenação, do nosso gradiente tão variado de cores, fomos seduzidos a uma nação de brancos e negros. Pior: uma nação de brancos e negros onde os brancos oprimem os negros. (KAMEL, 2006, p. 18).

Ao fazer essa defesa, a classe dominante quer negar que o racismo existe enquanto um problema estruturante e transversal à totalidade do campo social, querendo retomar o debate de que o problema está nas classes sociais. Ao justificar tal defesa Kamel argumenta: “chamo de ‘classismo’: o preconceito contra pobres. Estou cada vez mais seguro de que o racismo decorre essencialmente do classismo.” (Idem, *Ibidem*, p. 101).

Contra-pondo-se a esse discurso, Paula defende:

[...] Não queremos estimular mais o racismo, até porque em nossa opinião ele já existe, isto já está mais do que provado. Queremos, sim, evidenciá-lo, pois só assim poderemos entendê-lo e combatê-lo. Só com a aceitação e o entendimento da sociedade brasileira de que o racismo existe e do tanto que somos racistas poderemos combatê-lo e, oxalá, um dia extirpá-lo definitivamente de nossas mentes, nossos corpos e nossos corações. (PAULA, 2005, p. 93).

Seguindo a mesma linha de raciocínio e defendendo a importância da categoria “raça” para compreendermos como se organizam as relações “raciais” no Brasil, Guimarães defende:

[...] é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de “classe”. (GUIMARÃES, 1999<sup>47</sup> apud GUIMARÃES, 2002, p. 50).

Junto com a categoria “raça”, os movimentos antirracistas têm reivindicado a necessidade de afirmação da cor, como forma de fazer com que

---

<sup>47</sup> GUIMARÃES, Antonio S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

os/as negros/as se identifiquem. Isto porque, no Brasil, ser identificado/a enquanto negro/a é ser identificado/a enquanto uma coisa ruim, ser associado a um animal ou com algo negativo. Por isso, há resistência por parte dos/as negros/as em se afirmarem enquanto tal.

[...] Racismo. Olha, esse é um tema que deveria ser aberto mais, porque se digo eu sou negra, muitas pessoas levam na brincadeira, eu não gostei chamou-me de negra. (Ângola, 22 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Ao estudar sobre este problema, afirma Paula:

[...] É que no Brasil ser negro ainda é símbolo de fracasso, violência e insucesso. Ser negro causa asco e dor e, como o ser humano faz tudo para fugir ao que lhe causa dor, acontece uma negação da sua própria identidade. É melhor ser um negro de alma branca (um negro inserido, aceito), um mulato ou qualquer outra coisa do que ser excluído. (PAULA, 2005, p. 92).

Mesmo que ser negro é ser identificado como algo negativo, os movimentos antirracistas têm buscado reverter esse quadro, fazendo com que seja visto como algo positivo.

[...] Eu digo assim: sou negra com orgulho, porque eu ajudei a fundar este país e outros, mas as pessoas não acham isso bom, eu acho é legal. (Ângola, 22 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

O reconhecimento do Estado em relação à “raça”, enquanto categoria política e ideologia que fundamenta o racismo, como um problema estrutural e transversal à totalidade das esferas sociais, é conquista importante para os movimentos antirracistas. Entretanto, não tem sido aceita por alguns/mas intelectuais.

[...] Essa institucionalização da categoria do negro enfureceu alguns acadêmicos brasileiros porque, pela primeira vez, o governo estabelecia um critério de pertencimento a uma categoria racial e violava noções populares sobre ser negro ao incluir muitas pessoas (especialmente os classificados como pardos nos censos) que nunca se consideraram como tal

(TELLES, 2003, p. 111).

A conquista do reconhecimento da categoria negro, enquanto o somatório de pretos/as e pardos/as, é importante porque dá visibilidade às condições de vida e de trabalho dos/as negros/as. Todavia, é algo que tem sofrido resistência por parte de algumas organizações políticas e econômicas, dentre elas o MST.

[...] Em primeiro lugar, suprimir os dados é um modo de suprimir os fatos [...] Em segundo lugar, o negro e o mulato são uma presença cotidiana, que não se pode negar [...] Em terceiro lugar, quem decide sobre as estatísticas a serem produzidas são os brancos (ou seus subalternos) interessados em localizar, dramatizar ou resolver problemas [...] Em quarto lugar, ao branco é conveniente que o negro e o mulato não saibam quantos são, onde se acham, como vivem e de que forma participam da renda, da cultura e das decisões. (IANNI, 2004, p. 110-111).

Mesmo os movimentos antirracistas reconhecendo que a “raça” é uma categoria política importante para compreender a produção/reprodução do racismo, fazem este debate desarticulado do trabalho, da divisão “racial” e sexual do trabalho e das questões de “raça” e gênero, privilegiando apenas o campo ideológico através da categoria “raça”. Esse fato pode ser identificado na defesa de Teles.

[...] A raça é importante porque as pessoas continuam a classificar e a tratar o outro segundo ideias socialmente aceitas. Compartilho da preocupação de que o uso do termo raça fortalece distinções sociais que não possuem qualquer valor biológico, mas a raça continua a ser imensamente importante nas interações sociológicas e, portanto, dever ser levada em conta nas análises sociológicas. (TELLES, 2003, p. 38).

Ao fazerem o debate no campo ideológico sobre a construção social e histórica das “raças”, desarticulado do trabalho, da divisão “racial” e sexual do trabalho e das questões de “raça” e gênero, os movimentos antirracistas não vão efetivar que os/as negros/as deixem de ocupar os trabalhos manuais ou inferiores na divisão “racial” e sexual do trabalho.

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

Ainda que os movimentos antirracistas tenham conquistas importantes, fazendo com que o Estado reconheça que o racismo é um problema estruturante e transversal à totalidade das esferas sociais e, com isso, tenham conseguido incorporar a questão “racial” nas políticas sociais públicas, não propõem uma nova organização do trabalho, nem questionam a divisão “racial” e sexual do trabalho, nem discutem as questões de “raça” e gênero. São objetivos destes movimentos: “o combate às desigualdades raciais e a luta pela transformação social; a valorização da identidade e da cultura negra”. (BENTO, 2006, p. 77).

Nas políticas sociais públicas de combate à desigualdade “racial”, não têm sido incorporados os debates sobre o trabalho, à divisão “racial” e sexual do trabalho articulada às questões de “raça” e gênero. Por este motivo, as mulheres negras não vêm participando das políticas sociais públicas.

Assim como os movimentos antirracistas, o MST também não privilegia as referidas questões. Prevalece no MST a ideologia da universalidade. Em decorrência disto, as mulheres negras não participam da produção, nem dos espaços de representação política importantes. Isso faz com que esse Movimento vivencie contradições na produção sem a participação das mulheres negras. Questão esta, que analisaremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO III

---

### 3 MST: AS CONTRADIÇÕES VIVENCIADAS NA PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO SEM A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

[...] No acampamento, as mulheres em parte são da coordenação, já que o setor falou que é para ser um homem e uma mulher. As mulheres participam da coordenação e quando não tem acompanhamento de uma pessoa do Setor de Gênero, uma pessoa com essa visão, mais de não discriminar as pessoas, aí desenvolve. Quando não, as tarefas das mulheres no acampamento depende de quem está acompanhando, é mais para limpeza, é para varrer, para ornamentar, preparar as místicas. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero MST/PE).

[...] Atividade realizada. Assim a gente,... a gente é... Para melhor dizer, não... Num... Num tem assim, é... É só uma atividade. Porque, se eu chegar num acampamento para passar, fazer uma reunião de três dias, aí, naquele correr... Naqueles três dias, nós vamos é ensinar e aprender, mas também vamos fazer atividade. Ah, vamos supor, aqui é um acampamento e esse acampamento está muito bagunçado, nós vamos reunir coletivo e fazer uma limpeza naquele acampamento. Tem a cacimba de apanhar água que está bagunçada, cheia de lodo, cheia de mato, nós vamos juntar um coletivo e vamos limpar. Tem um poço de lavar roupa está todo sujo, todo cheio de lama, a gente vai reunir e vamos limpar. Tem uma horta comunitária, a horta está lá, bagunçada, a cerca caída, ou as plantas que plantaram ou está morrendo, seca, a gente vai tomar água e vai aguardar aquilo ali. (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Nesta parte da tese discutimos que a não incorporação dos debates sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, têm o levado o MST a vivenciar contradições na produção sem a participação das mulheres negras, que reafirmam os pilares de sustentação do capitalismo no Brasil.

Como analisamos anteriormente, o MST abandonou o trabalho e optou pela reforma agrária e organização do trabalho na família, sustentada pela divisão “racial” e sexual do trabalho.

A divisão “racial” e sexual do trabalho se constitui a partir das relações “raciais” e sociais de sexo. Ela separa e hierarquiza o que deve ser feito por homens brancos e mulheres negras. Por isto que as mulheres negras, majoritariamente, são encontradas na esfera da reprodução/produção social, em trabalhos manuais ou considerados inferiores em relação ao trabalho dos homens brancos. Nesse sentido, as mulheres negras não participam da produção/reprodução, nem dos espaços de representação política importantes, fazendo com que o MST vivencie contradições na produção/reprodução social.

Isso tem ocorrido porque o MST, além de abandonar o debate sobre o trabalho, não tem incorporado as discussões sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, permanecendo o discurso de que todas as mulheres são iguais no Movimento, em que tem sido priorizada a perspectiva de gênero.

Em relação aos objetivos defendidos pelo MST, através do Setor de Gênero, no que se refere à titularidade<sup>48</sup> da terra estar, também, no nome da mulher<sup>49</sup>, é uma conquista importante, porque o Estado só reconhecia o homem enquanto titular. Garantir a titularidade da terra em nome da mulher é importante porque a reconhece, também, enquanto titular, sobretudo lhe assegura o direito à terra em caso de viuvez ou separação.

No caso de uma separação, se a mulher tiver a guarda dos/as filhos/as, ela tem prioridade em permanecer na terra, e o homem, tem direito a solicitar

---

<sup>48</sup> A titularidade conjunta obrigatória ocorre em caso de casamento ou união estável.

<sup>49</sup> A titularidade da terra em nome da mulher é uma conquista das mulheres trabalhadoras desde a Constituição de 1988. Entretanto, ela só foi colocada em prática em 2003, através da Portaria nº 981, do Incra, que criou os instrumentos legais, através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário. (BUTTO, 2005).

outro acesso a terra. E, segundo o MDA/NEAD, ele tem prioridade na criação de novos assentamentos.

A titularidade da terra estando em nome da mulher, permite-lhe lutar para que tenha acesso ao crédito agrícola. Todavia, a titularidade da terra em nome do casal é problemática, porque só ocorre quando há o acompanhamento do Setor do Gênero no acampamento ou assentamento e/ou quando os/as dirigentes destes têm conhecimento das diretrizes políticas do referido Setor.

Em assentamentos criados antes da Portaria nº 981, para as mulheres terem o seu direito assegurado precisam ir com o marido num cartório de imóveis e solicitar a inclusão do seu nome no registro. Porém, a questão não é simples, pois os homens resistem a esse processo, porque eles querem ser os titulares sozinhos. As dificuldades encontradas pelas mulheres em assegurar o seu direito à terra podem identificadas na fala de Haiti

[...] Nos assentamentos anteriores, nós fizemos novos projetos já conjugando em nome dos dois. Agora, na hora mesmo do venha cá, vá lá. É... Fica, porque tem homem: “eu não tenho mulher”. “Eu não sou casado”. Em alguns, têm que ter muito cuidado, por isso que quando tem que ir ao banco, eles dizem que não têm esposa. Em algum lugar é negado, porque depende muito de quem está acompanhando, que está vendo os erros e os acertos têm muita mulher que se dá mal mesmo. Volta, para ir embora, vai muito do acompanhamento que tem na área. E a gente vigia isso muito, mas o Estado é grande, muitas áreas de acampamento e assentamento. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Passa a ser uma preocupação maior, porque nas áreas rurais 60%<sup>50</sup> são casados e nós sabemos que há poucos registros de matrimônios. O que é tomado como referência no preenchimento do cadastro, é o dito pelo informante, que, em sua maioria, é homem. Significativa parcela dos homens vem omitindo que são casados, porque sabem que, em caso de separação, se a terra estiver, também, no nome da mulher e se ela ficar com a guarda dos/as

---

<sup>50</sup> I Censo da Reforma Agrária do Brasil. Brasília: INCRA/CRUB/UnB, 1996-1997.

filhos/as, ela tem o direito de permanecer na terra.

Quando é garantida a titularidade da terra de forma conjunta, em nome do casal, a participação da mulher nos projetos de produção, em sua maioria, só ocorre quando há necessidade de incluir a sua assinatura no mesmos.

Aliás, no que se refere à participação nos projetos, documentos assinados, execução e controle da produção nas mãos das famílias, a participação da mulher só ocorre na hora de assinar os projetos, fazendo com que elas não possuam o controle da produção desde a elaboração do projeto, sua execução e resultados. Esse fato é relatado por uma das dirigentes do Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero do MST.

[...] Assinando os projetos da família, o Pronaf, que é, mas diretamente eu não tenho como te responder de que forma porque quando pega esse Pronaf é para aplicar numa área, quando vem o resultado do plantio, que vem a colheita é vendida pela mão do homem. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

As mulheres ao assinarem os projetos em conjunto com o homem, quando estes não cumprem com suas obrigações, ficam endividadas. O que lhes impossibilita tentar conseguir uma linha de crédito. Ao tratar sobre este assunto, Haiti afirma:

[...] E também, quando os homens estão inadimplentes, já que a mulher agora participa, nesses antigos aí, o que sobrou para as mulheres foi que: as mulheres como agora assinam todos os projetos .... Mas, alguns homens gastaram o dinheiro do projeto, a mulher que assinou por ser cônjuge dele, que tem o mesmo direito, mas também tem umas que têm o direito à dívida. Porque, aí, a dívida foi dividida. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Assegurar a participação da mulher e dos/as filhos/as na organização da produção, desde a elaboração de projetos até a sua execução é um desafio do Setor de Gênero porque, na divisão “racial” e sexual do trabalho no MST, os homens brancos têm permanecido na produção e nos espaços de representação política mais importantes. Por isso que a participação da mulher

não é assegurada, dando continuidade à sua presença na esfera reprodutiva/produtiva.

O controle do Setor de Produção pelos homens torna-se um problema maior porque além de eles serem presença maciça, definem quem deve ter acesso ou não às políticas sociais públicas de reforma agrária — inserindo ou não as mulheres nos projetos de produção —, detém o conhecimento sobre os programas de crédito e linhas de financiamento, sobre os quais, muitas vezes nem mesmo algumas representantes do Setor de Gênero sabem.

A forma como as relações “raciais” e sociais de sexo têm interferido na participação das mulheres na produção é identificada no trecho abaixo, retirado de um documento do Setor de Gênero.

[...] Em muitos assentamentos as mulheres não participam das discussões políticas e econômicas, muitas sequer sabem como e onde os recursos são investidos. Apesar de ser uma linha política do MST que as informações devem ser dadas em reuniões de núcleo com a presença de toda família, técnicos e dirigentes repassam informações e fazem encaminhamentos e reuniões só com os homens e não incentivam a participação das companheiras. (MST, 2006, p. 17).

Em relação à participação das mulheres em todos os cursos de formação, capacitação e em todos os setores do MST, é uma diretriz política que não tem sido cumprida, principalmente nos setores estratégicos, como Produção e Formação, que são ocupados por homens brancos. São eles quem definem os critérios de quem vai participar dos projetos de produção e o conteúdo a ser discutido nos cursos de formação. Garantir a participação das mulheres nestes setores não representa uma prioridade, a começar pela cota de participação que não vem sendo assegurada. Além disso, há baixos níveis de escolaridade e formação política para conduzir a direção destes setores.

Em relação à garantia de cotas de participação das mulheres no MST, Ruanda, ao relatar como ocorre, expressa a dificuldade de assegurá-la nos espaços em que os homens estão presentes. Ao responder sobre a garantia

das cotas, a entrevistada responde:

[...] Ainda não. Porque, lá tem uma contradição, nas micro-regiões, sim. E agora, nós estamos tentando em alguns setores. No Setor de Produção, já tem. Já tem uma mulher representando o Setor de Saúde, está ok. O Setor de Educação, também. Na direção estadual, no Setor de Formação, também. Agora, já tem Saúde, eu acho que estão 50%. Só não está o Setor de Ciência, 50% de mulheres, porque tem duas mulheres. Mas os outros setores, como: Saúde — tem uma mulher e um homem, Educação, Produção — tem dois homens —, Formação — tem a gente aqui no estado — está quase ok, trabalhando lado contra um, porque não tem assim como um que é mais, não tem um coordenador. E aí, um coordenador e uma coordenadora, não tem um vice. Esse ano, é que nós conseguimos, menos o Setor de Direitos Humanos, que já tem um homem. (Ruanda, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Além da participação nos setores, cursos de formação, capacitação e nas regionais, o MST tem criado em alguns acampamentos e assentamentos a brigada, composta por núcleo de base e setores temáticos.

A brigada constitui um conjunto de espaços de discussões e de representação política existente no MST com a finalidade de executar atividades diferentes com o mesmo objetivo. (MST, 2005b, p. 6).

A brigada é organizada por um número de famílias que moram em assentamentos e acampamentos. A brigada do núcleo de base no assentamento e acampamento é formada por mais ou menos dez famílias sob a coordenação de um homem e de uma mulher. Além disso, tem que ter uma pessoa para secretariar as reuniões e duas para serem responsáveis pelas finanças do núcleo. (Idem, Ibidem).

O/a coordenador/a assume como responsabilidades: coordenar as reuniões; anotar as opiniões de cada participante; levar as decisões e opiniões do núcleo para a direção; visitar cada família para saber de suas dificuldades; ajudar os membros do núcleo a encaminhar os seus problemas. (MST, 2005b).

Em relação ao núcleo de base, é uma iniciativa importante para estimular a participação das mulheres nos acampamentos e assentamentos. Nesses espaços as mulheres têm um envolvimento mais ativo do que nas assembleias, regionais e outros espaços de participação em que os homens participam majoritariamente. Ao falar desta realidade, descreve uma das entrevistadas:

[...] Mesmo elas indo para participar, elas vão ouvir. Mas em algumas regionais, elas participam pouco. [...] O que fica mais fácil de mostrar, é a participação nos núcleos de família, onde participam as famílias, nas discussões do núcleo ela traz uma vantagem melhor do que nas assembleias. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

As mulheres encontram dificuldade de participar das discussões no MST, porque estão sobrecarregadas com o trabalho na produção, na esfera da reprodução e nos serviços domésticos, já que os homens não querem realizá-los, porque consideram que é responsabilidade da mulher os afazeres domésticos.

Os dirigentes não têm levado em consideração as dificuldades encontradas pelas mulheres em participar, devido aos serviços domésticos, por isto marcam reuniões em horários que dificultam a participação delas, contribuindo para dar continuidade à presença majoritária dos homens nos espaços de representação política.

[...] A maior dificuldade que as mulheres têm encontrado para participarem é a carga horária de trabalho, porque a maioria dos homens não contribui na casa, na distribuição de tarefas dentro de casa. Aí, elas se sentem com mais dificuldade. Ah! também a escolha do horário das assembleias e reuniões, também, dificulta elas participarem. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Em relação ao excesso de trabalho realizado pelas mulheres ser um empecilho à sua participação nas discussões políticas, é uma questão de grande relevância a ser assumida pelo MST. Trata-se de uma organização formada por trabalhadores/as que acumulam vários trabalhos, sobretudo as

mulheres negras. O debate sobre a necessidade de reivindicar serviços coletivos não tem sido uma prioridade assumida pelo Setor de Gênero do Movimento. O que demonstra o quanto o MST se apresenta profundamente marcado pelas relações “raciais” e sociais de sexo.

Mesmo quando é garantida a participação de um homem e uma mulher, num momento importante da representação pública, em sua maioria, são os dirigentes e técnicos que representam o MST. É visível, através das apresentações em congressos, encontros, representações públicas e entrevistas, a participação massiva, sobretudo dos homens brancos.

No que se refere à realização de cursos de formação sobre gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, é uma ação política vislumbrada pelo Setor de Gênero. Entretanto, evidencia-se que são desarticulados os debates sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero.

[...] Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional. (MST, 2005, p. 31).

A realização dos cursos de formação sobre gênero e classe vem sofrendo resistência dentro do Movimento, porque quem representa o Setor de Formação não incorporou as questões sobre o trabalho, a divisão sexual do trabalho<sup>51</sup> e sobre a questão de gênero. Como resultado desta desarticulação as mulheres têm permanecido nos espaços de reprodução/produção, como educação, saúde e mística.

No que diz respeito a levar os cursos de formação sobre gênero e classe para os núcleos de base, isso só ocorre quando há representação do Setor de Gênero na área. Além disso, a existência do Núcleo de Base em todos os acampamentos e assentamentos, ainda, não é uma realidade.

---

<sup>51</sup> Temas debatidos por Daniéle Kergoat (2003).

A discussão sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e as questões de “raça” e gênero não é uma prioridade do Setor de Gênero do MST. Em decorrência disto, o referido Setor e o de Formação não têm assegurado a realização do debate sobre as referidas questões.

[...] Eu não sei, porque eu não vejo muito esta questão, já que a gente trabalha... O sonho nosso é o socialismo e quer a igualdade para todos. A gente acha que, ainda, não, que outras pessoas talvez já conheçam, já tenham alguns debates em alguns assentamentos, no Sul, principalmente no Nordeste. Mas assim, especificamente, em Pernambuco, a gente não conhece nenhum deles que alguém sentou para falar dessa questão racial, em seminários e encontros. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Ademais, a não participação das mulheres negras impossibilita que as suas reivindicações sejam incorporadas e executadas pelo Setor de Gênero do MST. O Setor de Gênero se depara, ainda, com a restrita quantidade de mulheres para dar conta da dimensão geográfica e da grandeza de sua luta, sobretudo com a luta das mulheres negras, bem como a falta de recursos financeiros e de infraestrutura.

Quando ocorreu a necessidade de se discutir a questão “racial”, uma representante do Setor de Gênero que propunha realizar atividades articulando as categorias classe, gênero e “raça” foi afastada para ser representante de outra regional, assumindo uma mulher branca que não desenvolveu nenhuma atividade de formação, nem mesmo sobre a questão de gênero. Este fato deixou algumas mulheres que integram o Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero insatisfeitas, com a saída repentina da dirigente do referido Coletivo do Setor de Gênero, que realizava um importante trabalho com as mulheres e queria trazer o debate sobre a questão “racial” para o MST.

Outra questão que dificulta a participação das mulheres tem sido a violência, pois, além da que é realizada na luta pela terra por parte dos/as proprietários/as e policiais, temos a violência doméstica e sexista que é cometida pelos companheiros e parentes, majoritariamente, homens. Este

problema é acentuado, porque as mulheres não contam com acesso aos serviços de prevenção e combate à violência contra as mulheres, principalmente as mulheres negras que moram nas áreas rurais que não dispõem destes serviços. Ao tratar da violência doméstica e sexista vivenciada pelas mulheres nos acampamentos e assentamentos, Haiti defende:

[...] Eu acho que a violência psicológica é a que mais atrapalha, porque ela amedronta muito. Desde quando você diz que ela não vá, porque ela não sabe falar. Ou, que ali não cabe a mulher e, também, uma das coisas que mais atrapalha, além da violência, é o medo e a violência psicológica, verbal, física, vários tipos de violência que atrapalha. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

O problema da violência assume um lugar relevante, porque ela é muito utilizada como forma de controle social, para impedir que as mulheres, rompam com as barreiras da exploração, da opressão, da discriminação e da desigualdade. E ela assume contornos importantes, porque a violência atinge de forma mais significativa as mulheres negras, devido à ausência do Estado na elaboração e execução de políticas sociais públicas de prevenção e combate à violência doméstica e sexista, sobretudo nas áreas rurais e nas periferias das cidades<sup>52</sup>.

Em decorrência da violência doméstica e sexista, o Setor de Gênero tem trazido a discussão para o MST e se articulado com os movimentos de mulheres urbanas para lutar e fazer reivindicações de políticas sociais públicas de combate e prevenção a estes tipos de violências<sup>53</sup>.

Outro fator que tem contribuído para dificultar a participação das

<sup>52</sup> Segundo a pesquisa Violência contra Mulher em Pernambuco, realizada pela ONG SOS Corpo, entre 2004 e 2008, foram assassinadas 1.577 mulheres. Vale destacar que, 44,2% delas foram assassinadas dentro de casa, 54% foram atingidas na cabeça e 32% delas estavam ligadas ao setor informal de trabalho. De acordo, ainda, com a referida pesquisa, a maioria das mulheres são pobres, negras, possuem baixa escolaridade e são moradoras de áreas com infraestrutura precária. (*Diário de Pernambuco*, Recife, 9 mar. 2009. Vida Urbana. Caderno C1).

<sup>53</sup> Esta articulação ocorreu no Encontro Estadual de Mulheres do MST, realizado em 2007.

mulheres nos espaços de representação política é o medo de falar errado, de ser corrigida em público e de servir de comentário no acampamento ou assentamento, pois, como é de nosso conhecimento, há altos índices de analfabetismo e baixos níveis de escolaridade e formação política. Ao tratar deste assunto, fala Haiti

[...] Medo de errar, medo de falar errado... medo de falar errado e alguém corrigir. Porque quando os homens falam, tudo para eles... Eles estão tão liberados pelo sistema que eles podem falar errado ou certo que está bonito. Quando as mulheres falam, não vou falar, porque eu tenho vergonha. Posso falar errado e o comentário amanhã. A vergonha que as pessoas têm medo, machuca. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Isto se deve ao medo de participar do espaço público e romper com o espaço privado. A participação da mulher no espaço público, gera expectativa, o que causa medo, porque as cobranças são maiores.

Por outro lado, revela o quanto a falta do acesso ao conhecimento formal e à formação política limita a participação da mulher. Na verdade, o acesso ao conhecimento formal, ainda, está concentrado, porque conhecimento é poder e são poucos/as os/as que têm acesso, no Brasil, principalmente os homens e mulheres negras, sobretudo nas áreas rurais, que concentram 30% de analfabetos<sup>54</sup>.

Ainda que a participação política conquistada pelas mulheres do Setor de Gênero se restrinja a este Setor e às demais esferas da reprodução/produção social, ela tem mudado de forma importante a vida das mulheres, para que elas compreendam a dimensão da sua luta na organização política do MST. Assim como, é relevante para que as mulheres se informem dos acontecimentos que as rodeiam, sobretudo a partir da participação em encontros locais, nacionais e internacionais, através do diálogo com outras mulheres que vivenciam outras situações de exploração, opressão, discriminação e desigualdades.

---

<sup>54</sup> I Censo da Reforma Agrária do Brasil. Brasília: INCRA/CRUB/UnB, 1996-1997.

O despertar da consciência política na luta, através do Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero, pode ser identificado na fala de uma das mulheres entrevistadas.

[...] É, por uma parte mudou muito. Mudou no conhecimento, porque eu tenho dito assim: se do tempo que era mais nova tivesse conhecido o MST, não iria querer a responsabilidade que tenho hoje, porque eu tinha a liberdade de ter aprendido, participado de curso, aprendido muito, estudado muito. Que é isso que mais eu desejo, é estudar muito, aprender muito, ler muito, participar de todos os cursos, contribuir melhor com o MST. Eu acho assim, o que eu contribuí com o MST durante o tempo que eu estou é muito pouco. É dificuldade, que eu não tenho leitura. Eu não fiz nenhuma série, eu não estudei, fiz só alfabetização. Aí, eu acho assim, eu descobri muita coisa, porque mesmo sem eu saber ler, mas eu descobri conhecimento que eu não tinha e, também, conhecimento de pessoas, conhecimento de lugares, é conhecimento de coisa que eu não conhecia e nem nunca pensei que iria conhecer. Como o encontro de criança, o encontro dos Sem Terrinha, eu não tinha conhecimento, esses cursos que o Movimento oferece, como o Pé no Chão, Pedagogia, todas essas coisas, eu não conhecia. Que dentro do MST tinha os setores. Os setores que eu pensava que era somente os dirigentes. Os dirigentes e acabou. Aí, tudo isso é conhecimento. E acho que eu melhorei muito, porque tinha coisa que eu não sabia, direitos que a gente tem como mulher que antes de fazer parte do Movimento eu não sabia e depois que comecei assistir reuniões, vir aqui, passar dois dias, três, cinco, nas reuniões, para o encontro estadual, já fiquei em Recife cinco dias, já fui em Brasília, aí, acho que eu melhorei a minha vida. (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST).

Apesar de a luta das mulheres pela participação política não discutir o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e as questões de “raça” e gênero, priorizando apenas o enfoque de gênero, este tem um relevante papel no despertar da consciência das mulheres, da sua condição de exploração, opressão e discriminação e no incentivo da sua participação nas lutas sociais para superá-las. Ao se referir a este assunto descreve Nigéria

[...] Com certeza, porque se as mulheres não participam, elas não podem ter conhecimento, não podem opinar mais na frente. Então, assim, é fundamental, e a gente briga muito para que elas estejam nas discussões, principalmente nas discussões de frente que são importantes, tanto para o acampamento quanto para o assentamento [...] (Nigéria, 32

anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

A luta das mulheres no MST desperta nas mesmas a consciência política sobre os direitos conquistados e a necessidade de efetivá-los. Ao tratar disto, retrata Somália

[...] Assim, porque antigamente, no tempo que eu fui criada, poucas mulheres trabalhavam. Elas cuidavam mais de casa. E, hoje em dia, de uns tempos para cá, nós vemos que já foi descoberto muito direito da mulher, como aposentadoria, pensão, o esposo morre, a esposa fica. Aí, ela tem direito a aquela pensão. Eu acho assim, se o homem tem direito a pegar terra, uma parcela, tem direito a uma parcela, a mulher também. Se a mulher trabalha no campo, o homem também trabalha. O homem tem direito a um salário, a mulher, também, tem o direito a um salário. Se, dentro da reforma agrária, o homem tem o direito de ser presidente, a mulher, também, tem o direito de ser presidente da diretoria do assentamento. Se o homem tem o direito de fazer um projeto, a mulher, também, tem o mesmo direito de fazer um projeto. Eu acho que isso, aí, quebra esse preconceito de o homem ter um direito e a mulher não ter aquele direito, porque é ruim [...]. (Somália, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Adiante, Somália continua falando da consciência política e da violência doméstica e sexista que ela tem observado nos acampamentos e assentamentos.

[...] Porque nós antes não sabíamos da verdade. Mas hoje, nós descobrimos que a mulher tem direito de denunciar o homem, e não aceitar isso, porque a mulher é mulher e não é filha. Nem todo o filho quer apanhar do pai, até tem essa lei que é proibido. (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

A participação das mulheres nas lutas do Setor de Gênero do MST tem feito com que elas não aceitem mais a sua condição e passem a questionar o que lhe é imposto.

Apesar de o Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero do MST realizar conquistas importantes, as dirigentes regionais do referido Coletivo destacam as dificuldades encontradas para dar conta de mais de uma jornada de

trabalho, porque não existe o debate e a efetivação de serviços coletivos, devido à não discussão sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero.

Além das dificuldades encontradas no trabalho produtivo/reprodutivo e nos serviços domésticos, as dirigentes do Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero do MST descrevem as dificuldades para chegar até as mulheres, para fazer a discussão política a partir da perspectiva de gênero e assegurar a participação das mulheres nos acampamentos e assentamentos no trabalho produtivo/reprodutivo.

Como estratégia para envolver as mulheres, nos acampamentos e assentamentos, levando-as a discutir sobre a questão de gênero, as dirigentes do Coletivo de Mulheres do MST têm buscado formar grupos com as mulheres que produzem mercadorias. E esse trabalho político, propicia o despertar para as várias dimensões da luta das mulheres.

[...] As mulheres começavam a mostrar os trabalhos delas de artesanato, de bordado, de fuxico, foram mais essas coisas que eu fazia nas reuniões. Agora vai ser diferente, porque eu estou descobrindo que dentro do Setor de Gênero não só cabe isso, tem mais coisa importante. (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Entretanto, apesar das sutilezas nos trabalhos de organização das mulheres, as dirigentes do Setor de Gênero destacam os obstáculos encontrados nos acampamentos e assentamentos por parte dos homens no Movimento.

Quando os dirigentes estão sensibilizados com a luta do Setor de Gênero no MST, as dirigentes do Coletivo de Mulheres do referido Setor realizam as atividades políticas de organização das mulheres.

[...] Porque assim, quando a gente chega, aí vem... Às vezes vem primeiro, mas o coordenador do acampamento recebe. Aí, ele conversa. Eu digo: eu vim aqui, por isso e esse motivo. Aí, ele diz: aí, pois, as mulheres estão aí. Aí, ele reúne as

mulheres, eu vou conversar com as mulheres e... Elas me recebem bem. Até aqui, me receberam bem. (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Quando isso não acontece, as dirigentes precisam pedir autorização aos dirigentes para realizar as atividades com as mulheres. Quando não são autorizadas pelos dirigentes, elas não realizam nenhuma atividade, tendo que voltar para as suas áreas sem cumprir com o seu objetivo de organizar as mulheres. Além disso, os dirigentes se sentem proprietários dos acampamentos, dos assentamentos e das mulheres que neles residem.

[...] Olha, até aqui no ... Até aqui nos... Por onde eu passei, eu fui bem recebida. Eu fui bem recebida, só teve um probleminha. Assim, em um acampamento, mas não foi porque não me receberam, foi porque eu cheguei... E o bom dia que a pessoa que tomava conta do acampamento deu, foi falar de alguém, e porque bei-bei e porque... Aí, foi obrigado eu dizer: olhe não foi isso que eu vim fazer aqui, eu vim fazer tal trabalho assim, assim e... A vida de A e de B não me pertence. Sei o que eu vim fazer, não é isso que você está dizendo que fulana fez. Aí, disse: é, nenhuma mulher daqui não sai. Quer dizer assim: voltando ao assunto, aquela que eu disse, cria uma barreira entre o homem e a mulher. Aí, o... O coordenador do acampamento mesmo disse: “daqui do meu acampamento não sai nenhuma mulher”. E elas obedeceram a ele, não saíram, né. Não saiu. Aí, eu disse: então não vai nenhuma, pro encontro que a gente vinha aqui no Recife. Eu digo, então, não vai nenhuma, o acampamento é seu, desculpe. Sabe pra onde eu vou agora, pra casa. Pego o circular e vou embora. (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Quando a resistência não é externa em relação aos dirigentes do MST, ela é interna por parte dos companheiros das mulheres, que criam várias situações para que as mulheres não participem. Desqualificam as atividades desenvolvidas pelo Setor de Gênero. Esta situação é identificada na fala de uma das dirigentes entrevistadas.

[...] Trabalhar em conjunto, conjuntura... Pra gente conseguir. Não sei como, mas a gente tem que pensar num meio de criar um meio. Uma tentativa de quebrar com o eu de muitos homens. Porque, as vezes, as mulheres... Tem mulher que quer participar, mas devido o eu do homem, elas não participam. Porque... Até porque, não tem o conhecimento

que... Que a gente... Devemos fazer uma coisa, assim, por nós. Nós mesmas que devemos tomar uma... Uma alternativa, uma... Uma atitude, uma posição daquilo ali. Dizer assim: eu vou fazer isso, e fazemos. Até porque, tem delas que não conhece isso. Aí... Não conhecer, aí, cria essa barreira entre o homem e a mulher. A maioria da mulher diz assim: “fulano eu vou pra reunião, hoje vai ter reunião, eu vou né”. “Eu, você não vai não”. Você não vai, não. E outra, que você não é... Não é aceita ou não é cadastrada. Aí, o que é que você vai vê, lá. Também, o povo lá só conversa besteira, uma conversa de sexo. Só conversa besteira. Aí, por ela não ter o conhecimento, aí, ela não vai. Aí, acho que... é assim mesmo, como eu estou dizendo. (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Existem situações, também, em que algumas mulheres não se interessam em participar, porque após a conquista da terra algumas delas querem voltar à vida de domésticas.

[...] as pessoas fazem o seguinte: eles vão, a maioria, principalmente as mulheres vão para casa, porque já constrói a casa. Aí, a casa já é bonita e morava num barraco. E, aí, tem o prazer de cuidar da casa, cuidar dos filhos. E, aí, algumas se afastam. Avança por um lado, que é a questão do social, mas a questão política, em alguns momentos, já vai deixar de lado, vou cuidar da minha casa, da comida, do meu jardim, da minha horta e por aí vai. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Quando as mulheres têm a oportunidade de participar das discussões sobre os seus direitos e da necessidade de se organizar e lutar para assegurá-los, elas demonstram o interesse em dar continuidade aos grupos de mulheres e de permanecer nesse espaço. É percebido, também, na fala da dirigente que as atividades não são freqüentes, devido à pouca quantidade de mulheres no Setor de Gênero que desenvolvem as atividades políticas.

[...] eu disse o mês passado, eu disse: olhe, depois eu vou passar aqui de novo, não sei quando, com quantos dias, nem quantas semanas, mas eu vou passar aqui de novo, vou passar uns três dias com vocês aqui, pra gente discutir melhor o que significa gênero. E elas ficaram curiosas, volte mesmo irmã, venha mesmo. Venha mesmo irmã, a gente está esperando. Quer dizer assim, que elas são... Aprendi... Aprendi. Eu estou desenvolvendo e elas estão aprendendo aquilo que elas não sabem. Ela disse que não sabia, não tinha

o conhecimento, né. Aí, já fica, quando a gente ensina que explica aquilo ali e aí, elas depois ficam comentando. Porque eu faço assim: eu converso com elas. Elas me atendem, me escutam, faz perguntas, eu respondo e depois quando eu me ausento, eu sempre gosto de ficar em uma daquelas barracas. Porque, até porque, quando eu chego, tem logo uma pessoa que eu me aproximo melhor. Aí, fico pra depois... Para eu escutar o comentário, não é. Aí fica, tu viu hoje, foi assim, assim. Oh! a gente tava fazendo assim, assim, mas não é... Não é de uma irmã dizer. Aí, quer dizer que elas tiveram conhecimento, né. Aí, eu acho que é muito importante. (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Embora a luta do Setor de Gênero venha trazendo contribuições importantes, com a participação das mulheres nos espaços de representação política, elas, ainda, são minoria e ocupam os espaços na esfera da reprodução/produção social.

[...] As mulheres participam mais no Setor de Educação, nos setores de saúde. Ainda a gente luta pra não, mas é. Na produção tem pouca mulher, na formação tem menos mulheres, mas na saúde e educação tem a presença maior das mulheres. Já aqui na secretaria tem mais mulheres do que homens trabalhando. Na direção estadual, até agora, está se fazendo uma crítica porque só tem sete mulheres, porque temos mais de trinta e cinco pessoas na coordenação estadual. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

No que se refere à participação das mulheres negras no MST, é visível que, mesmo estando na esfera da reprodução/produção social, as mulheres brancas e as mulheres negras não ocupam os mesmos espaços. As mulheres negras ocupam espaços na esfera da reprodução/produção social considerados inferiores em relação aos espaços ocupados pelas mulheres brancas.

Além das atividades desenvolvidas enquanto dirigentes do Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero, elas cuidam da limpeza dos acampamentos e assentamentos. Ou seja, mesmo desenvolvendo atividades na esfera da reprodução/produção, as mulheres negras estão ocupadas em atividades consideradas inferiores em relação às mulheres brancas. Ao tratar das

atividades desenvolvidas pelas dirigentes do Coletivo de Mulheres do Setor de Gênero do MST, Somália nos traz importantes contribuições.

[...] Atividade realizada. Assim, a gente... A gente para melhor dizer, não tem assim, é... Só uma atividade. Porque, se eu chegar num acampamento para passar, fazer uma reunião de três dias, aí, naquele correr... Naqueles três dias, nós vamos é ensinar e aprender, mas também vamos fazer atividade. Ah, vamos supor, aqui é um acampamento e esse acampamento está muito bagunçado, nós vamos reunir coletivo e fazer uma limpeza naquele acampamento. Tem a cacimba de apanhar água que está bagunçada, cheia de lodo, cheia de mato, nós vamos juntar um coletivo e vamos limpar. Tem um poço de lavar roupa está todo sujo, todo cheio de lama, a gente vai reunir e vamos limpar. Tem uma horta comunitária, a horta está lá, bagunçada, a cerca caída, ou as plantas que plantaram está morrendo seca, a gente vai tomar água e vai aguardar aquilo ali. (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Quando não há acompanhamento do Setor de Gênero, as mulheres não ocupam espaços de representação política, apenas cuidam da limpeza e da mística nos acampamentos e assentamentos. Ao descrever como se dá esse processo, fala Haiti:

[...] No acampamento, as mulheres em parte são da coordenação, já que o Setor falou que é para ser um homem e uma mulher. As mulheres participam da coordenação e quando não tem acompanhamento de uma pessoa do Setor de Gênero, uma pessoa com essa visão, de não discriminar as pessoas, aí desenvolve. Quando não, as tarefas das mulheres no acampamento, depende de quem está acompanhando, é mais para limpeza, é para varrer, para ornamentar, preparar as místicas, é quase como parte da igreja. Agora, quando tem o acompanhamento de uma pessoa que tem mais formação, aí divide as tarefas de forma melhor. Mas mesmo assim, elas se sentem acuadas. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

As mulheres têm consciência de que os espaços que ocupam são inferiores e de menor poder em relação aos ocupados pelos homens. Somália identifica a hierarquia existente na divisão do trabalho.

[...] Ah, não! Bom que fosse. Bom que fosse, mas não é. Não é não. Até digo isso, assim, quase com certeza, que todos não

são iguais. Para começar, quando se trata de uma pessoa que tem uma posição mais assim, que tome conta de alguma coisa aí, já tem um poder maior. Aí, vamos supor, que não tome conta de nada, meu nível é um. Aí, vamos supor assim, você que toma conta, aí o nível já é outro (Somália, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Ângola, ao tratar da desigualdade entre homens e mulheres no MST, aponta as questões de “raça” e gênero como fatores determinantes no processo seletivo de participação das mulheres negras. Além deste fato, reconhece que ocupa espaço de decisão política inferior, que não tem poder nenhum de decisão em relação ao dos homens. Expressam-se como fatores determinantes no processo de participação, no qual a branca,<sup>55</sup> enquanto padrão estético privilegiado e hegemônico, é referência na escolha das mulheres.

[...] a desigualdade entre homem e mulheres é muito alta, porque mesmo os colegas de trabalho, eles têm preconceito contra a mulher. Eles escolhem as mais bonitinhas, as mais feinhas, as que não são bem bonitas, que não são do jeito que eles querem, dificultam... Ou chamam eles a razão e faz eles descerem o pé no chão, ou conversar, dizer não é assim que se faz. A opinião que eu tenho é essa, se ele me responde mal, eu não vou responder mal, eu vou chamar a coordenação maior e dizer: fulano me discriminou, porque assim e assim. (Ângola, 22 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

No que se refere ao trabalho desenvolvido pelas mulheres do Setor de Gênero, o mesmo tem estimulado atividades como: artesanato, costura e reciclagem. São trabalhos manuais, na esfera da reprodução/produção social, considerados inferiores, marcados pela baixa remuneração e ausência de garantias sociais, e, particularmente, realizados por mulheres negras. Este trabalho só tem reforçado a divisão “racial” e sexual do trabalho, produzindo/reproduzindo desigualdades de “raça” e gênero e assegurado às trabalhadoras rurais uma renda para que se mantenham disponíveis enquanto parte da superpopulação relativa. Ao comentar sobre algumas atividades desenvolvidas com as mulheres nos acampamentos e assentamentos,

<sup>55</sup> Expressão utilizada pela importante intelectual e feminista negra Sueli Carneiro (2003).

descreve Angola:

[...] Atividades, artesanato, reciclar garrafas, tampas de garrafinhas peti. Também, essas de latinhas que corta. Também, tem é aproveitar papéis que descartam e fazer a manutenção. (Angola, 22 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Em relação ao crédito agrícola para os trabalhadores e trabalhadoras, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo propósito é financiar atividades agrícolas e não-agrícolas.

Segundo dados do MDA/NEAD (2005p, p. 26), das operações realizadas, 80% dos recursos financeiros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 2003/2004 estavam concentrados na região Sul, enquanto uma significativa parcela dos/as trabalhadores/as rurais no Nordeste não tem acesso ao mesmo.

Ainda conforme a citada fonte, apesar de iniciativa de desconcentrar a distribuição dos créditos, a partir do Plano Safra 2004-2005, a região Sul permaneceu com uma maior concentração (50,9%) e a região Nordeste, com 21,4%.

Além disso, os/as trabalhadores/as pobres e negros/as, mesmo quando têm acesso aos créditos recebem as menores linhas de financiamento, devido a sua renda bruta anual, contribuindo para que permaneçam enquanto força de trabalho disponível para atender às necessidades do capital em momentos de expansão.

O Pronaf disponibiliza cinco linhas específicas de financiamento que estão divididas nos grupos A, B, C, D e E. O Pronaf A é destinado aos trabalhadores/as assentados/as da reforma agrária ou beneficiários/as do programa de crédito fundiário. O financiamento é de até R\$ 13,5 mil e mais R\$ 1,5 mil para a assistência técnica. Em relação ao crédito custeio (Pronaf A/C) que é de no mínimo R\$ 500,00 até R\$ 3mil, só podem ter acesso os/as

trabalhadores/as assentados/as que já acessaram o Pronaf A.

Já quanto ao Pronaf B, ele é disponibilizado para as famílias com renda bruta anual de até R\$ 2 mil, que recebem um financiamento de até R\$ 1 mil. Vale destacar, ainda, que só se admite acesso ao Pronaf B a apenas um membro da família (MDA, Folder Pronaf Mulher, s/d).

A insignificância dos investimentos agrícolas, através do Pronaf B, para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, em sua maioria, negros/as, revela a forma desigual como eles/as têm acesso à riqueza. Esse crédito vem sendo um dos mais procurados pelos/as referidos/as trabalhadores/as, em sua maioria, pobres, que ficam de fora dos grupos C, D e E do Pronaf, que atinge os/as trabalhadores/as com renda anual de R\$ 2 mil a R\$ 14 mil; de R\$14 mil a R\$ 40 mil e de R\$ 40 a R\$ 60 mil, respectivamente.

Os financiamentos dos grupos C, D e E do Pronaf disponibilizam recursos de três ordens: R\$ 1,5 mil a R\$ 6 mil; de no máximo R\$ 18 mil e de até R\$ 36 mil, respectivamente (MDA, Folder Pronaf Mulher, s/d).

No que se refere aos investimentos no agronegócio, têm crescido significativamente. Em 2007, obteve um faturamento de US\$ 58,41 bilhões de dólares, com um crescimento de 18,2% em relação ao ano de 2006 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2008).

O progressivo investimento no agronegócio rebateu significativamente na produção de alimentos, sobretudo com os incentivos na área do biocombustível<sup>56</sup>. Este fato torna-se preocupante porque foi criada uma linha de

---

<sup>56</sup> Esse problema foi discutido no 1º semestre de 2008, quando o Banco Mundial anunciou a criação de um sistema de financiamento rápido, para apoiar os países mais vulneráveis à alta dos preços dos alimentos. Ademais, o presidente da instituição, Robert Zoellick, afirmou ainda a necessidade de se criar um compromisso internacional para implementar políticas de médio e longo prazo, para a crise não se tornar um desastre crônico (Centro de Notícias da ONU. Banco Mundial implementa financiamento rápido para países mais afectados por crisis de alimentos. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/>>. Acesso em: jun. 2008.

crédito do Pronaf, em 2008, para estimular a produção de biocombustível<sup>57</sup> nas pequenas propriedades. Como é de nosso conhecimento, são as pequenas e médias propriedades que são responsáveis pela produção de alimentos.

Com as modificações do Pronaf, em 2008, novas linhas de crédito foram criadas. Em relação ao grupo A do Pronaf, além de serem contemplados/as os/as trabalhadores/as assentados/as, beneficiários/as do Programa de Nacional de Crédito Fundiário, foram acrescentados/as os/as reassentados/as decorrentes da construção de barragens.

Os créditos disponíveis para o investimento são de até R\$ 21,5 mil, por trabalhador/a, podendo ser realizado em, no mínimo, três operações. O que reflete os limites impostos pelo Estado, ao acesso ao crédito agrícola por parte dos/as trabalhadores/as.

No grupo A/C, permanecem como beneficiários/as os/as trabalhadores/as assentados/as e os/as beneficiários/as do Programa Nacional de Crédito Fundiário<sup>58</sup>. E os créditos de custeio, são de até R\$ 5 mil por operação, podendo cada agricultor/a realizar no máximo três operações, para financiar o custeio de atividades agropecuárias, não-agropecuárias, de beneficiamento ou industrialização da produção.

Já no grupo B, do Pronaf, permanece o atendimento aos/as trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas houve um aumento da renda de até R\$ 2 mil, para até R\$ 5 mil, com crédito de R\$ 4 mil, limitado a R\$ 1,5 mil por operação. O que demonstra a forma limitada como os/as trabalhadores/as têm

---

<sup>57</sup> A redução no cultivo de alimentos pôde ser observada na alta dos preços em agosto de 2008, quando chegou a 2,88%, para os produtos *in natura* e os semi-elaborados, a um aumento de 4,99% enquanto os da indústria alimentícia apresentaram elevação de 1,28%. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/>>. Acesso em: ago. 2008.

<sup>58</sup> Esse crédito é expressão da privatização da política social pública de reforma agrária. Para maiores detalhes conferir em Sauer; Pereira (2006) e Martins (2004). O crédito foi, também, utilizado para desmobilizar os movimentos sociais de luta pela terra. Pois, se os créditos para ter acesso à terra estavam disponíveis, não haveria necessidade de se organizar na luta pela terra.

acesso ao crédito a partir da realização de cada operação.

No grupo C, ficaram os/as trabalhadores/as titulares da declaração de aptidão do Pronaf (DAP), do referido grupo, emitida até 31/03/2008, que não tinham realizado as seis operações de custeio de bônus até o dia 32/03/2008. Os créditos disponibilizados vão de R\$ 500,00 até R\$ 5 mil para o financiamento de custeio, até a safra de 2012/2013.

Os grupos D e E do Pronaf foram extintos e foi criado o Grupo Comum. Esta linha de crédito é acessível aos trabalhadores e trabalhadoras com renda bruta anual acima de R\$ 6 mil até R\$ 110 mil; destina-se a investimento, custeio e financia, também, lavouras de amendoim, girassol e mamona.

Foram criados os grupos Floresta, Eco, Mais alimentos, Agroindústria, Jovem, Semi-árido, Agrinf e Agroecologia. O grupo Floresta, destina-se aos/as trabalhadores e trabalhadoras dos grupos A, A/C, B e Pronaf Comum. O objetivo é investir em projeto de sistemas agroflorestais com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), cujo crédito é de até R\$ 10 mil, para financiar exploração extrativista ecologicamente sustentável, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, nas quais o investimento é de até R\$ 7 mil.

O grupo Eco atende os/as trabalhadores e trabalhadoras enquadrados/as no grupo Pronaf Comum. O objetivo é investir em projeto de tecnologias de energia renovável e ambiental, silvicultura, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e adoção de práticas conservacionistas e de correção de acidez e fertilidade do solo, cujo crédito é de até R\$ 36 mil.

Os créditos disponíveis para o grupo B, na produção de amendoim, girassol e mamona é de até R\$ 5 mil. O crédito custeio é de até R\$ 30 mil e de investimento é de até R\$ 36 mil.

O crédito Mais Alimentos é destinado aos/as trabalhadores e trabalhadoras do Pronaf Comum, que apresentam 70% da renda familiar vinculados à produção de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas, leite, caprinos e ovinos. O objetivo é investir nessa produção, cujo crédito é acima de R\$ 7 mil até R\$ 100 mil.

O grupo Agroindústria atende trabalhadores e trabalhadoras enquadrados/as nos grupos A, A/C, B e Pronaf Comum e suas cooperativas e associações, enquanto reivindicação dos/as trabalhadores e trabalhadoras e estratégia do Estado, para garantir as condições de infraestrutura necessárias, para que os/as capitalistas explorem os/as trabalhadores e trabalhadoras.

O objetivo é investir na implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias. E o crédito disponível é de até R\$ 18 mil por pessoa.

O grupo Jovem do Pronaf<sup>59</sup> é destinado a jovens trabalhadores e trabalhadoras de 16 a 29 anos que cursaram ou estejam cursando o último ano em centros de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio. Só está disponível uma única operação de crédito, cujo valor é de até R\$ 7 mil.

O grupo Semiárido atende os/as trabalhadores e trabalhadoras enquadrados nos grupos A, A/C, B e Pronaf Comum. O objetivo é financiar projetos de convivência com o semi-árido, priorizando a infraestrutura hídrica, cujo crédito de investimento é de até R\$ 7 mil. O que revela o quanto esse programa tem por objetivo criar as condições mínimas para a fixação do/a trabalhador/a, para que a sua força de trabalho esteja disponível para os latifúndios.

O grupo Agrinf do Pronaf atende pessoas jurídicas, como cooperativas, associações, que tenham 90% dos seus integrantes trabalhadores e

---

<sup>59</sup> Jovens pertencentes aos grupos A, A/C, B e Pronaf Comum.

trabalhadoras ativos/as enquadrados/as no Pronaf. O crédito custeio é de até R\$ 2 milhões e de até R\$ 5 mil por sócios/as associados/as ou cooperado/a, cujo objetivo é financiar o beneficiamento e industrialização própria e/ou de terceiros.

Este crédito não tem beneficiado os/as trabalhadores/as, em sua maioria, negros/as, principalmente no Nordeste, porque 0,3% desenvolvem a produção de forma coletiva e 1% de forma mista. (LEITE et al., 2004).

E, finalmente, o grupo Agroecologia, atende os trabalhadores e trabalhadoras do Pronaf Comum, cujo objetivo é investir em sistemas de produção agroecológicas, ou orgânicos, com créditos da ordem de até R\$ 36 mil.

Mesmo com as mudanças ocorridas no Pronaf, em 2008, que passou de cinco linhas de crédito para sete, os/as trabalhadores/as negros/as só poderão ter acesso a este Programa se a sua renda familiar anual for acima de R\$ 6 mil até R\$ 110 mil. Caso contrário, só terão acesso ao microcrédito rural, também, conhecido como Pronaf B, destinado aos trabalhadores/as pobres com uma renda familiar de até R\$ 6 mil.

É prioridade do Pronaf investir no aumento da produtividade agrícola voltada para fins comerciais e este objetivo não atende as expectativas dos trabalhadores/as rurais, em sua maioria, negros/as.

A não participação dos/as negros/as, devido à não incorporação do debate sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero na luta pela reforma agrária contribui para que brancos/as e negros/as tenham acesso à terra de forma diferenciada: segundo dados de 2007/2008, 75,5% dos/as proprietários/as são brancos/as, enquanto 60% são negros/as. (PAIXÃO; CARVALHO, 2008).

Em relação ao acesso ao crédito agrícola por parte das mulheres, foi

criada uma linha de crédito específica, o Pronaf Mulher. Foi criada com o objetivo de reconhecer e estimular o trabalho das mulheres trabalhadoras rurais e só é acessado por quem se enquadrar nos grupos C, D e E. Ou seja, que tenha renda bruta anual de R\$ 2 mil a R\$ 14 mil; de R\$14 mil a R\$ 40 mil e de R\$ 40 a R\$ 60 mil, respectivamente.

[...] Quem pode acessar o crédito das mulheres? Mulheres produtoras, agricultoras familiares e trabalhadoras rurais inseridas na unidade familiar de produção, enquadráveis nos grupos C, D e E. Cada família terá direito a uma operação da linha especial Pronaf Mulher. (MDA, Folder Pronaf Mulher, s/d).

Portanto, em relação ao acesso ao crédito agrícola por parte das mulheres negras, elas têm ficado de fora da linha específica destinada às mulheres.

Se quem tem acesso ao Pronaf Mulher são as trabalhadoras que se enquadram nos grupos C, D e E, isto quer dizer que esse programa além de não reconhecer o trabalho das mulheres negras trabalhadoras, a tem deixado na invisibilidade, fazendo com que o mesmo continue sendo apropriado, explorado e discriminado pelo modo de produção capitalista. Se tomarmos como referência, o que já foi dito, que 85% das mulheres no setor agropecuário trabalham sem receber remuneração e que a maioria da população residente no Brasil e no Nordeste é negra, as mulheres negras não são alvo das políticas sociais públicas de reforma agrária.

Mesmo com a titularidade obrigatória, também, para as mulheres, apenas 12% delas são titulares (INCRA/CRUB, UnB, 1996-1997)<sup>60</sup>. Se levarmos em consideração a divisão “racial” e sexual do trabalho e as questões de “raça” e gênero, as trabalhadoras negras são as mais prejudicadas. O Estado só permite o acesso às políticas sociais públicas de reforma agrária aos titulares da terra, como os homens são os titulares, são eles que têm sido

---

<sup>60</sup> I Censo da Reforma Agrária do Brasil. Brasília: INCRA/CRUB/UnB, 1996-1997.

beneficiados. Outro obstáculo encontrado pelas mulheres é a falta de documentação. (BUTTO, 2006).

Mesmo com as mudanças ocorridas em 2008, no Pronaf Mulher, não houve alteração quanto ao acesso da mulher, independentemente do seu estado civil, uma vez que permaneceu que ela deve ser integrante do Pronaf Comum. Ou seja, para ter acesso ao Pronaf Mulher, as mulheres negras precisam apresentar uma renda anual a partir de R\$ 6 mil (BNDES, 2009). O crédito é de até R\$ 36 mil, podendo realizar até duas operações de crédito por unidade familiar.

O problema dos programas de crédito, como o Pronaf, é que prioriza o trabalho do homem dando continuidade à divisão do trabalho na família, marcado pela divisão “racial” e sexual do trabalho. O Pronaf não reconhece, nem valoriza o trabalho dos trabalhadores e das trabalhadoras negras, pelo contrário, contribui para a apropriação, exploração, discriminação e desigualdade.

Se levarmos em consideração que 15,2% das mulheres trabalhadoras rurais são chefes de família e o rendimento mensal dessas trabalhadoras no Nordeste, equivale a R\$ 99,00<sup>61</sup>, elas só poderão acessar o Pronaf B com financiamento de até 1 mil reais, ficando de fora das demais linhas de financiamento, inclusive do Pronaf Mulher.

O Pronaf B está disponível para as mulheres que possuem uma renda familiar anual de até R\$ 5 mil e que 70% de sua renda sejam decorrentes das atividades desenvolvidas no estabelecimento rural. (MDA/NEAD, 2009).

Ao que nos parece, este microcrédito não tem sido uma prioridade do BNDES, pois na página de informação que trata do crédito disponível para a agricultura familiar, ele não é mencionado. Ao que tudo indica não é mesmo, pois nos documentos do Pronaf que explicam os objetivos do crédito, está clara

---

<sup>61</sup> DIEESE; NEAD/MDA, 2006.

a intencionalidade de aumentar a produtividade e voltar a produção para fins comerciais. Ou seja, a própria linha de crédito do Pronaf não está voltada para atender os/as trabalhadores/as, mas os interesses do mercado, sobretudo num período em que é estimulada a flexibilização da produção e incentivado que as organizações produtivas dos/as trabalhadores/as assumam a responsabilidade de realizá-la sob o comando do capital.

Não têm sido objetivos do Pronaf Mulher reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres negras, para que as mesmas não tenham o seu trabalho apropriado e explorado pelo modo de produção capitalista. O que aponta urgentemente para a necessidade do MST realizar o debate sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre às questões de “raça” e gênero para que os/as negros/as participem da construção de um novo projeto societário, cujo objetivo é a emancipação humana. Só assim, será rompida a produção/reprodução da exploração, opressão, discriminação e desigualdades marcadas pelas questões de classe, de “raça” e gênero.

O não reconhecimento e a apropriação e exploração do trabalho dos/as negros/as têm ocorrido porque as organizações da classe trabalhadora abandonaram o trabalho enquanto central na luta socialista e porque não incorporam o debate sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero. O que contribui para o processo de exploração, opressão, discriminação e desigualdades que estrutura a sociedade de classes.

As organizações da classe trabalhadora cometem um equívoco ao não incorporarem as referidas questões, porque, especificamente no Brasil, a apropriação e a exploração da força de trabalho negra, sobretudo das mulheres negras, produzem/reproduzem o capitalismo.

Neste sentido, queremos destacar que o MST, ao resolver o problema da concentração e da centralização dos meios de produção — sobretudo a terra — e voltar a produção para as necessidades humanas, não atende

condição imperativa para a superação do capitalismo. Para que isto aconteça, é fundamental a superação da exploração da força de trabalho, marcada pela divisão “racial” e sexual e “racial” do trabalho e pelas questões de “raça” e gênero. Sem a participação das mulheres negras, é dado continuidade ao processo de apropriação e de exploração do trabalho, sobretudo dessas trabalhadoras, reafirmando os pilares de sustentação do capitalismo no Brasil.

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos nossa tese, gostaríamos de fazer algumas considerações referentes às contradições vivenciadas pelo MST na produção sem a participação das mulheres negras.

Inicialmente, destacamos que o MST é uma organização política formada pela superpopulação relativa, constituída por trabalhadores e trabalhadoras proletárias, em sua maioria, negros e negras.

A formação da superpopulação relativa é condição necessária para a existência do capitalismo. No Brasil, no meio rural, é resultado do desenvolvimento das forças produtivas, da concentração de terras e da produção voltada para o mercado externo, para acumulação capitalista. Em nosso país, em 1950, a população rural representava 64% da população total e em 2.000, atinge apenas 19%. Dos/das residentes no meio rural, 60% no Brasil e 74% no Nordeste são negros e negras e a estrutura agrária atinge de forma mais significativa as mulheres, pois elas representam 48% da população, enquanto os homens representam 52%. (DIESE; NEAD/MDA, 2006).

O MST, assim como as organizações tradicionais da classe trabalhadora — partidos políticos de esquerda e sindicatos — têm abandonado a categoria trabalho na luta socialista. O MST coloca a reforma agrária enquanto estratégia central na luta socialista e estimula a organização do trabalho com base na família, bem como em associações e cooperativas.

Atendendo às reivindicações dos movimentos dos trabalhadores e das trabalhadoras, o Estado tem estimulado a execução de políticas sociais públicas de crédito agrícola, para organização do trabalho com base na família, em associações e cooperativas, através do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), como estratégia de geração de emprego e renda.

Essas formas de organizações produtivas têm sido utilizadas no processo de terceirização da produção<sup>62</sup> sob o comando do capital, cujo objetivo é uma maior exploração do trabalho e acumulação de mais-valia.

No que se refere ao estímulo à organização do trabalho com base na família, é nesta forma de trabalho que se dá a apropriação e a exploração do trabalho da mulher e dos filhos e filhas, que se organiza a divisão do trabalho, o surgimento das classes sociais e do Estado (MARX; ENGELS, 2002).

Especificamente, no Brasil, a divisão do trabalho é marcada pela divisão “racial” e sexual do trabalho, pilares da produção/reprodução do capitalismo em nosso país. É através desta divisão do trabalho que o trabalho da mulher negra é apropriado e explorado pelo capitalismo. A divisão “racial” e sexual do trabalho é organizada pelas relações “raciais” e sociais de sexo, que têm a sua origem na formação do capitalismo no Brasil, no período mercantilista.

As relações “raciais” e sociais de sexo, inicialmente, se constituíram a partir das diferenças observadas nas características físicas dos negros/as que são consideradas inferiores. Por isto, deveriam ser escravizados/as. Além do mais, na África existia força de trabalho disponível.

Posteriormente, a escravização da força de trabalho negra se deu a partir da ideia da existência de raças superiores e inferiores. Cabia aos escravizados e às escravizadas a realização do trabalho manual, considerado inferior, digno de sua condição social.

A justificativa da existência das “raças” não possui fundamento biológico, pois são tomados como atributos as características físicas que são consideradas como expressões das diferenças “raciais”. Ou seja, raça é uma

---

<sup>62</sup> Para um melhor entendimento desta questão, leia-se Tavares (2004).

construção social e histórica e não existe enquanto uma realidade biológica.

As relações “raciais” e sociais de sexo são assimétricas e antagônicas e são estruturantes e transversais à totalidade do campo social. Elas separam e hierarquizam o trabalho das mulheres negras em relação aos homens brancos. Por isso que as mulheres negras, majoritariamente, são encontradas nos trabalhos manuais, na esfera da reprodução/produção social, nos trabalhos considerados inferiores em relação ao trabalho dos homens brancos.

Na divisão “racial” e sexual do trabalho, o trabalho da mulher negra é menos valorizado e vale menos do que o trabalho dos homens brancos. Essa divisão gera desigualdades, poder e dominação, que produzem e perpetuam privilégios e gera exclusão, devido as mulheres negras terem menos acesso à riqueza.

O MST, ao abandonar a categoria trabalho na luta socialista e afirmar a reforma agrária e a organização do trabalho com base na família, associações e cooperativas, não rompe com a exploração do trabalho que é marcada pelas questões de classe, “raça” e gênero.

Não é com a proposição de uma nova política agrária e agrícola, através da reforma agrária e centrando a discussão nas classes sociais, que o MST vai chegar ao socialismo e vai resolver o problema da apropriação e exploração da força de trabalho, predominantemente, negra, sobretudo das mulheres negras. Mas, mediante a centralidade do trabalho, da incorporação dos debates sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero.

Ao propor a reforma agrária, ao invés do trabalho, o MST abandona a perspectiva revolucionária, assume a condição de organização política corporativa, limitando as suas reivindicações a uma parcela de trabalhadores/as, ao invés de focar o conjunto da classe. Ao fazer isso e não incorporar os debates sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, o MST realiza contradições na produção

sem a participação das mulheres negras.

Ao estimular a organização do trabalho com base na família, que tem como referência o trabalho do homem, a mulher negra tem o seu trabalho apropriado e explorado pelo capitalismo.

Das operações realizadas pelo Pronaf no Plano Safra 2003/2004, 80% dos recursos financeiros foram destinados à região Sul. Mesmo com a iniciativa de desconcentrá-los no Plano Safra 2004/2005, a região Sul permaneceu com 51% e a região Nordeste, com 21%. (MDA/NEAD, 2006).

Dos proprietários de terra, 75,5% são brancos e 60% são negros, segundo dados de 2007/2008. (PAIXÃO; CARVALHO, 2008). Em decorrência das relações “raciais” e sociais de sexo, os homens têm resistido em assegurar a titularidade da terra, também, em nome da mulher. Por isso, apenas 12% das mulheres são titulares da terra, mesmo sendo obrigatória a titularidade, também, em nome da mulher. Tal situação acontece porque os homens, ao preencherem o cadastro do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), negam que são casados, porque em caso de separação, se a mulher ficar com a guarda dos filhos e/ou filhas, ela tem direito à terra. Como a maioria dos casamentos não possuem registro, vale a informação do homem que é o informante. Outro problema que dificulta a participação da mulher é a falta de documentos.

Em relação ao crédito agrícola específico para as mulheres do Pronaf, as mulheres negras não têm tido acesso porque a sua renda anual, que é de acima de R\$ 6 mil, não atende aos requisitos do Pronaf Mulher. Daí porque, de fato, o referido Programa não reconhece, nem valoriza o trabalho da mulher, negando os seus objetivos de criação.

O crédito a que as mulheres negras têm acesso é o microcrédito B, também conhecido como Pronaf B, que é uma linha de crédito criada para os/as trabalhadores/as pobres, que não reconhece, nem valoriza o trabalho dos

homens negros e mulheres negras, fazendo com que permaneçam enquanto uma superpopulação relativa, disponível e necessária para a existência e a exploração capitalista. Por essa razão, 65,6% dos trabalhadores e 85% das trabalhadoras atuam no setor agropecuário e não recebem remuneração, tendo o seu trabalho apropriado e explorado pelo capitalismo.

Ademais, a não incorporação das discussões sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero não têm sido trazidas para o MST, porque o Setor de Gênero deste Movimento, assim como as lutas sociais das mulheres não vêm incorporando as referidas questões, mas apenas a discussão de gênero. Por esse motivo, a reivindicação das mulheres negras não são incorporadas em seu projeto político.

Ao fazerem isso, prevalece o discurso da universalidade, de que todas as mulheres são iguais no Movimento. O discurso da universalidade é marcado pela ideologia da democracia racial, de que não existe racismo no Brasil. Tem a sua origem na década de 1930, a sua referência é a miscigenação, pela qual nega a existência da raça negra e defende a existência de uma sociedade mestiça, multirracial ou desracializada.

Na atualidade, alguns e algumas intelectuais representantes da classe dominante, a partir das pesquisas científicas, afirmam que não existem “raças humanas”, mas que elas são construções sociais e históricas. Utilizam estas justificativas para desqualificar as lutas antirracistas, afirmando que estas não têm porque afirmar a “raça” enquanto estratégia de luta para superar o racismo, porque, ao fazerem isto vão estimular o ódio “racial” e transformar o Brasil numa sociedade bicolor. (KAMEL, 2006; FRY et al., 2007).

Desse modo, com tais argumentos, querem retomar o debate de que a questão “racial” no Brasil é resultado da condição de classe e não do racismo, que é um problema estruturante e transversal à totalidade do campo social e não um problema ocasional.

Contrário a essa posição, em defesa da categoria “raça” os movimentos antirracistas a afirmam enquanto estratégia de luta política contra o racismo e como forma de expressar as condições de trabalho e de vida das mulheres negras (GUIMARÃES, 2002; TELLES, 2003; CARNEIRO, 2003; 2002). Apesar de não existir “raças” humanas, os homens e mulheres negras continuam sendo discriminados e discriminadas por causa de sua cor.

Todavia, a defesa da categoria “raça” tem sido desarticulada da categoria trabalho, da divisão “racial” e sexual do trabalho e das questões de “raça” e gênero. É priorizada a luta quilombola. Em decorrência, o MST, também, prioriza os quilombolas e as quilombolas, ao invés dos trabalhadores e trabalhadoras negras de uma forma geral. Por esse motivo, as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras negras não são incorporadas ao projeto político do MST. Por não incorporar as referidas questões, o trabalho das mulheres e dos homens negros é apropriado e explorado e os/as mesmos/as constituem a superpopulação relativa disponível para atender às necessidades do capitalismo no Brasil.

Em decorrência da não incorporação dos debates sobre o trabalho, a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, as mulheres negras não participam. É visível que os homens brancos participam das esferas políticas e dos espaços de produção/reprodução, enquanto que as mulheres negras são mais encontradas na esfera da reprodução/produção social, ocupadas em trabalhos manuais, nos espaços considerados inferiores em relação ao trabalho dos homens brancos.

Apesar de o MST reconhecer a necessidade de combater todas as formas de discriminação e desigualdades, inclusive a “racial”, nenhuma ação política é efetivada para resolver o problema, pois é característica do racismo no Brasil ser um atributo do outro.

Ainda que as mulheres negras reivindiquem a necessidade de discutir a questão “racial” desarticulada do trabalho, da divisão “racial” e sexual do

trabalho e das questões de “raça” e gênero, elas não têm sido atendidas.

As mulheres negras do MST, assim como os movimentos de mulheres negras, mesmo reconhecendo a “raça” enquanto categoria importante na luta contra o racismo, a têm desarticulado do trabalho, da divisão “racial” e sexual do trabalho e das questões de “raça” e gênero.

Assim, as mulheres negras reconhecem a importância de discutir sobre o racismo para que ele não se produza/reproduza no Movimento, fazendo com que apenas os homens brancos assumam os espaços políticos na produção/reprodução<sup>63</sup>. É uma discussão que não surge enquanto demanda de um grupo político organizado, que tem objetivos e diretrizes políticas a serem atingidas, pois esta é uma das estratégias propostas pelas feministas negras (CARNEIRO; SANTOS, 1985 apud SILVA, 2005), para que as mulheres negras tomem consciência de sua condição e se organizem na luta contra a exploração, opressão, discriminação e desigualdades.

A tomada de consciência das mulheres negras no MST vai ocorrer, segundo Haiti,

[...] Quando alguma negra das nossas for destrutada por aí... Aí, sentir que ela vai se acordar. Aí, é que se vai fazer. É uma brincadeira. Porque aí, quando a gente tem um susto maior é que vai pensar: isso aqui era uma coisa que a gente deveria ter trabalhado a tempo. Porque nosso pessoal é baixinho, discriminado mesmo, baixinho, excluído, negro e não bonito, porque a gente pobre não é bonita, só vê feiúra, porque não tem como se embelezar... Mas nosso povo é mais negro, principalmente onde nós trabalhamos na zona da Mata, no Sertão, você chega nos assentamentos o povo é tudo negro e ninguém vê essa questão racial, ninguém vê. Porque acham que estamos lutando por um mesmo objetivo. Mas eu acho que esse recorte racial é muito importante. (Haiti, 55 anos, Coletivo de Mulheres Setor de Gênero do MST/PE).

Nós acrescentamos junto à consciência da condição de “raça” e gênero,

<sup>63</sup> Este fato foi observado no Encontro Estadual do MST, realizado em 2008, em que as mulheres estavam insatisfeitas com a distribuição dos espaços de representação política a alguns dirigentes que tinha sido anunciado por um dirigente nacional branco.

a de classe social. Diante das considerações feitas, propomos ao MST colocar como estratégias para superar as contradições na produção sem a participação das mulheres negras, o trabalho enquanto categoria central na luta socialista e realizar os debates sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, para que as mulheres negras participem. Desse modo, estará lutando para não produzir/reproduzir os pilares de sustentação do capitalismo no Brasil, que são a apropriação e a exploração da força de trabalho, majoritariamente, negra, sobretudo das mulheres negras, que geram uma superpopulação relativa composta por trabalhadores/as que estão disponíveis às necessidades de expansão do capital e são condição indispensável para a sua existência.

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

---

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARBUJANI, Guido. *A invenção da raça: existem mesmo raças humanas? Diversidade e preconceito racial*. São Paulo: Contexto, 2007.

BENTO, Maria Aparecida S. *Cidadania em preto e branco*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. *Balanço Comercial do Agronegócio, 2007*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2008.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *I Censo da Reforma Agrária do Brasil, 1996-1997*. Brasília: INCRA/CRUB/UnB, 1998.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Cirandas do PRONAF para mulheres*. Brasília: Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Rural, 2005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Quilombolas*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2008.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR). *Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial*. Brasília, 2004.

BUTTO, Andrea. Políticas para mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: *Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 46-116.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Traços da caminhada da CPT no Nordeste. In: CALADO, Alder Júlio Ferreira (org.). *Movimentos sociais, Estado e educação no Nordeste*. João Pessoa: Ideia, 1996.

CARNEIRO, Sueli. Movimento negro no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, n. 36, jan./jun.2002.

\_\_\_\_\_. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, nº 49, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: dez. 2008.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. Rio de Janeiro: Encontros com a Civilização Brasileira, 1979.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2005.

DIEESE; NEAD/MDA. *Estatísticas do meio rural*. 2. ed. Brasília: DIEESE; MDA, 2006.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. *O lugar das mulheres nas políticas de assistência social: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: VOZES, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FRY, Peter et al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GENNARI, Emilio. *Em busca de liberdade: traços das lutas escravas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOMES, Flávio. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Contexto, 2005.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo do Estado. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo:

Editora 34, 2002.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde: [et al.]. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2004.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2001.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. 6. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria da Mulher, 2003, p. 55-63.

MARTINS, Mônica Dias. *O banco mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia (orgs.)*. São Paulo: Viamundo, 2004.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, v. 1., 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, v. 2., 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_; ENGELS. *A ideologia alemã*. 3. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social*.

*Teoria, método e criatividade*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p.9-29.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS SEM TERRA (MST). *Compreender e construir novas relações de Gênero*. 2. ed. São Paulo: Peres Ltda., 1998.

\_\_\_\_\_. *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder*. São Paulo: Setor Nacional de Gênero, 2005.

\_\_\_\_\_. *Jornada de luta das mulheres do MST: mulheres sem terra na luta por reforma agrária, agricultura camponesa e por um Brasil sem desigualdades*. São Paulo: Maxprint, 2006.

\_\_\_\_\_. *O funcionamento das brigadas do MST*. São Paulo: Setor de Formação, 2005b.

NABUCO, Joaquim. *A escravidão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NETTO, José Paulo. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 51-66.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PAIXÃO, Marcelo; CARVALHO, Luiz M. (orgs.). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PAULA, Adilton de. Educar o Brasil com raça: das raças ao racismo que ninguém vê. In: SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmira da. (Orgs.) *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

PENA, Sérgio J. P. *Humanidade sem raças?* São Paulo: Publifolha, 2008.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 237-256.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, Márcio Mendes (orgs.). *Capturando a terra: banco mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Racismo no Brasil. In: *Folha Explica*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 3. ed. Recife: SOS Corpo, 1996.

SILVA, Eliane Borges da. *Tecendo o fio, aparando arestas: o movimento de mulheres e a construção do pensamento negro feminista*. Disponível em: <http://www.ipp-uerj.net/oepd/documentos/ppcor/0335-pdf/>. Acesso em: 29 dez. 2008.

SOUZA, Simone Maria de. *Relatório do VI Encontro Estadual de Mulheres do Movimento dos/as Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Recife, 2007, (Mimeo).

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil 3: programas de reforma agrária 1946 -2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SUAREZ, Maria Teresa S. de Melo. *Cassacos e Corumbas*. Ensaios, 33. São Paulo: Ática, 1977.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TONET, Ivo. *Democracia ou liberdade?* 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. *Ser negro no Brasil de hoje*. 11. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

# ANEXOS

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Anexo I Roteiro de Entrevista para a Pesquisa sobre a Participação das Mulheres Negras nas Lutas Sociais na Área Rural — Dirigente do Setor de Gênero do MST

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A PESQUISA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NAS LUTAS SOCIAIS NA ÁREA RURAL**

### **Dirigente do Setor de Gênero do MST**

**Nome:**

**Idade:**

**Formação:**

**Há quanto tempo atua?**

- 1) Como é a organização das mulheres no MST?
- 2) O que é o Coletivo e o Setor de Mulheres no MST? Qual a diferença? E quando surge em Pernambuco?
- 3) Como se dá a participação das mulheres nas lutas sociais, no MST?
- 4) Como as mulheres no MST têm lutado contra o sexismo/machismo através da luta pela reforma agrária?
- 5) As mulheres têm ocupado 50% das vagas na direção, em todos os setores?
- 6) Quais estratégias têm sido utilizadas para fortalecer a luta das mulheres no MST?
- 7) Como tem se expressado a superação das desigualdades entre homens e mulheres no MST, através da luta pela reforma agrária?
- 8) Tenho observado no MST a relevância da questão “racial”. Como esta tem sido tratada no Movimento?
- 9) O que o MST tem produzido, em termos de material informativo/formativo sobre a questão “racial”?
- 10) Quais atividades têm sido desenvolvidas sobre a questão “racial”?
- 11) Por que é importante discutir a questão “racial” no Movimento?
- 12) O que você propõe que seja feito para fortalecer o debate sobre as questões de gênero e “racial” no MST?

Anexo II 2º Roteiro de Entrevista para a Pesquisa sobre a Participação das Mulheres Negras nas Lutas Sociais na Área Rural — Dirigente do Setor de Gênero do MST

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

## 2º ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COMPLEMENTAR A PESQUISA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NAS LUTAS SOCIAIS NA ÁREA RURAL

### Dirigente do Setor de Gênero do MST

**Nome:**

**Idade:**

**Formação:**

**Há quanto tempo atua?**

- 1) Como são divididas as tarefas na luta pela terra no MST?
- 2) Quais são as dificuldades encontradas por você na organização das mulheres trabalhadoras no MST?
- 3) De que forma a sua luta na regional tem contribuído para superar as desigualdades de gênero no MST?
- 4) Quais são as dificuldades encontradas pelas mulheres trabalhadoras no MST para superar as desigualdades de gênero?
- 5) Como é a vida das mulheres trabalhadoras na luta do acampamento? E no assentamento?
- 6) E no trabalho, o que as mulheres trabalhadoras fazem?
- 7) O que o MST tem feito para resolver o problema da falta de documentos?
- 8) O que tem sido feito para valorizar o trabalho das mulheres, já que o crédito não tem atendido as necessidades das mulheres trabalhadoras?
- 9) De que forma as mulheres têm se inserido nos projetos e políticas sociais desenvolvidas no assentamento? E no acampamento?
- 10) Como o MST tem visto a questão “racial”?
- 11) E no acesso à educação quais são os cursos que homens e mulheres participam?

Anexo III Roteiro de Entrevista com as mulheres que participam das lutas sociais no MST.

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

## **Roteiro de Entrevista as Mulheres que participam das lutas sociais no MST**

**Nome:**

**Idade:**

**Formação:**

**Há quanto tempo atua?**

- 1) O que levou a senhora a participar do MST?
- 2) O que a senhora faz no Núcleo de Base?
- 3) A senhora acha importante a sua participação no Núcleo de Base? Por que?
- 4) De que forma a senhora acha que a luta pela terra no MST vai contribuir para superar as desigualdades entre homens e mulheres?
- 5) De que forma tem participado na luta no MST?
- 6) De que forma esta participação tem mudado a sua vida?
- 7) O que a senhora acha que precisa ser feito para aumentar a participação das mulheres no MST?
- 8) De que forma tem sido vista a participação das mulheres na estrutura de poder do assentamento?
- 9) Quais são as atividades realizadas pelo Setor de Gênero?
- 10) E, sobre o racismo, como a senhora vê como esta questão tem sido tratada no MST? A senhora acha importante discutir o racismo no MST? Por que?
- 11) A senhora acha que todo mundo é igual no MST?
- 12) Já participou de alguma atividade que tratou do racismo?
- 13) Como o MST pode lutar contra o racismo, através da proposta da reforma agrária?
- 14) Por que é importante as mulheres negras participarem das lutas sociais?
- 15) A senhora participa da direção do MST? Que cargo ocupa?
- 16) O que a senhora acha que é preciso fazer para melhorar a vida das mulheres negras na sociedade brasileira?
- 17) Como a senhora consegue entender as relações entre o sexismo, o racismo e a luta de classes hoje, no Brasil?

Anexo IV Folder “Agora a mulher também é dona da terra.”

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!



pdfMachine

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

## Titulação Conjunta da Terra agora é obrigação

O acesso das mulheres à terra, à renda e a todos benefícios sociais e econômicos é um passo importante para superação da pobreza e da desigualdade. O Estado tem responsabilidade em resgatar a dívida social com as mulheres promovendo condições diferenciadas para o seu acesso às políticas públicas.

Segundo o Censo da Reforma Agrária (1996), apenas 12,6% das mulheres são cadastradas como titulares de terras. Esse baixo número reflete, antes de tudo, um déficit de cidadania e invisibilidade econômica.

A ausência da titularidade conjunta e obrigatória gerava práticas culturais em que as mulheres eram subordinadas ao pai, ao marido ou ao irmão, em detrimento dos direitos prescritos na Constituição Brasileira.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resgata essa dívida e reafirma a luta dos movimentos sociais no campo, especialmente os de mulheres, ao instituir a portaria que torna a titulação conjunta obrigatória.

A obrigatoriedade da titulação conjunta reconhece a mulher como sujeito da reforma agrária, estimula a sua permanência no campo e promove a construção, de fato, da igualdade entre homens e mulheres no meio rural.

O que é titulação conjunta?

A Portaria do Incra nº 981, de 2 de outubro de 2003, declara obrigatória a titularidade da terra em nome do homem e da mulher.

Nem sempre foi assim...

O titular reconhecido, ou seja, o dono da terra no papel, era sempre o homem. Já existiam condições para realizar uma titulação conjunta, mas isso, na prática, não acontecia.

Em quais situações a titulação é conjunta e obrigatória?

Casamento e união estável.

E se o casal se separar, com quem fica a terra?

Se estiver sendo legalizada, ou seja, em processo de titulação, a terra ficará com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos.

Como ficam os homens em caso de separação?

Eles devem entrar como requerentes em lista de prioridade de assentados da reforma agrária.

E se houver uma falsa separação?

Essa atitude será considerada fraude e sofrerá as penas previstas em lei.



**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!



Como ficam as terras que já foram tituladas?  
As mulheres e homens interessados deverão procurar um cartório de imóveis para requerer a modificação, levando documentos pessoais (Carteira de Identidade e CPF) e de regularização fundiária do lote.

E os casais em processo de assentamento?  
Devem requerer junto ao Incra a inclusão da mulher como titular e apresentar documentação que comprove a relação conjugal.

Mais informações

Superintendência do Desenvolvimento  
Agrário  
Telefone (61) 411-7125

Programa de Promoção da Igualdade de Gênero,  
Raça e Etnia  
End: SBN Quadra I, Ed. Palácio do Desenvolvimento,  
Sala 2104, 21º andar, CEP 70057-900 - Brasília/DF  
Telefones: (61) 426-9845 / 426-9847  
E-mail: [acoes.afirmativas@mda.gov.br](mailto:acoes.afirmativas@mda.gov.br)

Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra  
Site: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

Design: Leonardo Calas

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

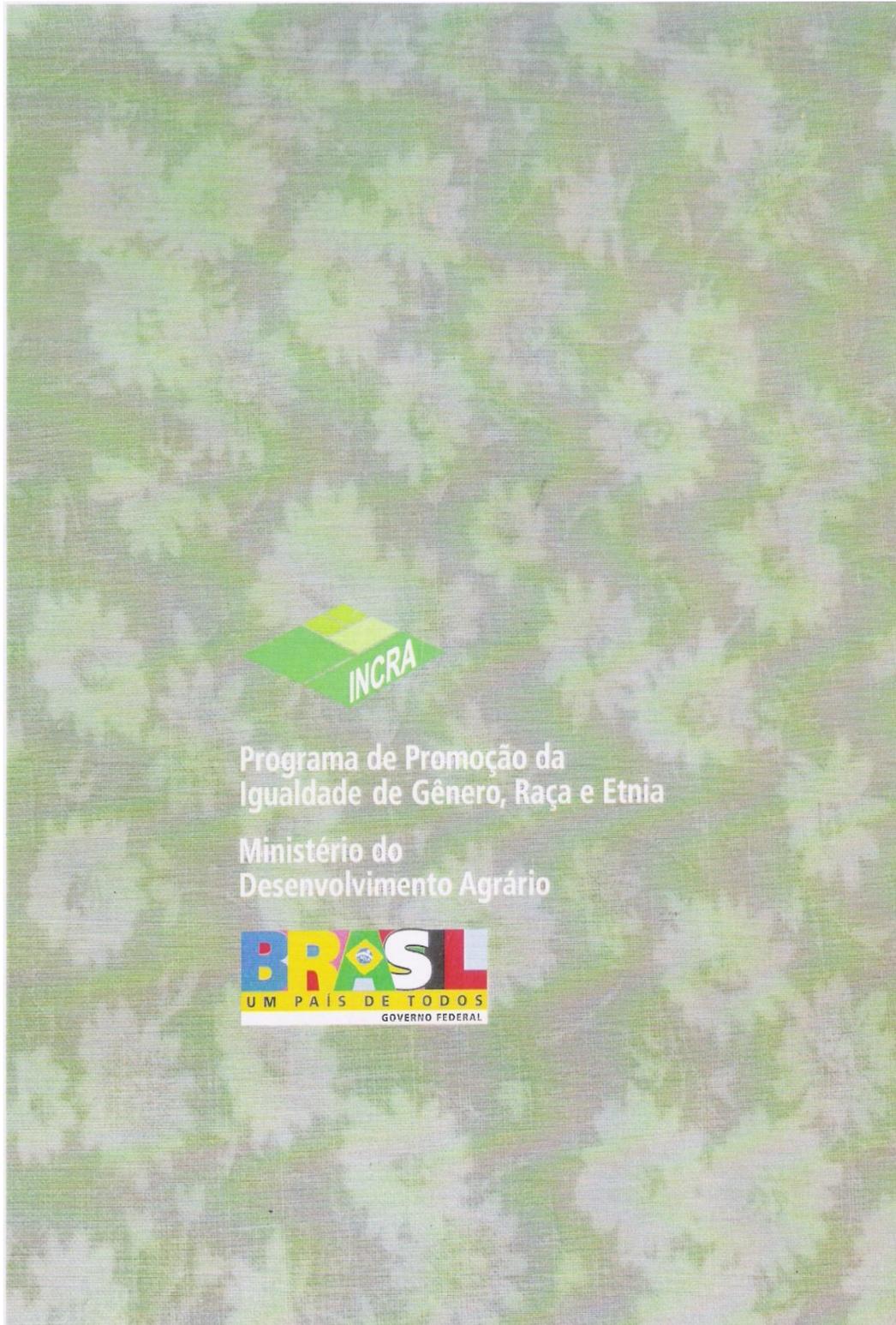
Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!



pdfMachine

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!



**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Anexo V Folder “Plano Safra 2004/2005: crédito para as trabalhadoras rurais Pronaf.”

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!



**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

## Primeiro Passo: Obter a Declaração de Aptidão

A DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) é um documento que informa aos bancos que a mulher, individualmente ou de forma conjunta com a sua família, pode acessar as linhas de crédito do Pronaf.

O formulário pode ser obtido através de sindicatos, empresas públicas de assistência técnica e extensão rural ou outras instituições credenciadas. A DAP é condição obrigatória para acessar o Pronaf.

No Plano Safra 2004-2005 a DAP sofreu alterações que representaram um passo importante para o reconhecimento das trabalhadoras rurais. Agora, a declaração de titularidade da DAP deverá ser **Conjunta**, ou seja, tanto o homem como a mulher que constituem um casal preenchem e assinam a DAP e, assim, os dois se tornam aptos para contrair operações crédito do Pronaf. As mulheres solteiras, separadas ou viúvas que constituem uma unidade familiar podem ter a DAP como as únicas titulares.

## Segundo Passo: Fazer um Bom Projeto

Para isso as agricultoras devem **buscar apoio** de: órgão públicos, Emater, Ong's e movimentos sociais de mulheres. Tire todas as suas dúvidas, perguntando:

- Quanto é o limite que posso solicitar?
- Em que grupo do Pronaf me enquadro (A, B, C, D ou E)?
- De acordo com o meu grupo quais são as condições de crédito (juros, valor que posso acessar, prazo para pagar)?

Converse com os/as técnicos/as dessas instituições, eles/as estão capacitados/as para contribuir na elaboração da sua proposta e a ajudar a definir como será a assistência técnica depois que você receber o crédito. Depois disto é hora de **apresentar o projeto ao banco** de sua escolha.

## Onde Buscar o Financiamento do Pronaf?

As agricultoras devem procurar o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e cooperativas de crédito que trabalham com o Pronaf.

## As Mulheres Podem Acessar Qualquer Linha de Crédito do Pronaf?

Sim. Todas as linhas do Pronaf podem ser acessadas pelas mulheres. A linha Pronaf do Grupo B, por exemplo, é muito usada pelas mulheres.

### PRONAF A:

**Quem participa do Grupo A?**

Este crédito é uma linha específica para investimento e é específico para os/as assentado/as da reforma agrária ou beneficiários/as do programa de crédito fundiário.



### Quais são as condições de financiamento do Pronaf A?

O financiamento é de até R\$ 13,5 mil e mais R\$ 1,5 mil para assistência técnica, o que totaliza R\$ 15 mil. Os juros são de 1,15% ao ano e aqueles pagamentos feitos em dia terão um desconto de 46% sobre o valor principal. O prazo para pagamento é de até 10 anos, com até 5 anos de carência.

### E o crédito para o custeio para os/as assentados/as?

Este é o crédito chamado Pronaf A/C. Só pode ser obtido pelos/as assentados/as que já acessaram o Pronaf A. O valor mínimo é de R\$ 500,00 e o máximo de R\$ 3 mil. Os juros são de 2% ao ano, o desconto para o crédito pago em dia é de R\$ 200,00 independente do valor contratado. O prazo para pagamento é de até um ano, mas pode chegar a dois anos para as culturas de ciclo longo.

### PRONAF B?

#### Quem participa do Grupo B?

O Pronaf B pode ser acessado pelas famílias que têm renda bruta anual de até R\$ 2 mil.

#### Quais são as condições de financiamento do Pronaf B?

O financiamento é de até R\$ 1 mil, a taxa de juros é de 1% ao ano e o prazo de pagamento é de até dois anos, com um ano de carência. Quando o pagamento é feito em dia há um desconto de 25% sobre cada parcela da dívida. Apenas um membro da família pode acessar o Pronaf B.

### E a Linha Específica Pronaf Mulher?

Esta é uma conquista das mulheres e uma novidade do Plano Safra 2004/2005. Tem como objetivo reconhecer e estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária. Além de poder acessar as outras linhas de crédito do Pronaf enquanto parte da família, a mulher pode fazer um projeto somente seu e acessar o Pronaf Mulher.

### Quem Pode Acessar o Crédito das Mulheres?

Mulheres produtoras, agricultoras familiares e trabalhadoras rurais inseridas na unidade familiar de produção, enquadráveis nos grupos C, D ou E. Cada família terá direito a uma operação da linha especial **Pronaf Mulher**.

#### Quem participa no Grupo C?

Mulheres que pertencem a famílias com renda bruta anual entre de R\$ 2 mil a R\$ 14 mil.

#### Quais são as condições de financiamento do Pronaf Mulher no Grupo C?

- O financiamento equivale a um mínimo de R\$ 1,5 mil e um máximo de R\$ 6 mil;
- A taxa de juros é de 4% ao ano;
- O prazo de pagamento é de até 8 anos, incluída uma duração máxima de 5 anos de carência.

**Ainda há outro benefício:** um desconto de 25% na taxa de juros com a possibilidade de um desconto de R\$ 700,00 para pagamentos feitos em dia.





### Quem participa no Grupo D?

Mulheres que têm renda familiar bruta anual entre R\$ 14 mil a R\$ 40 mil.

### Quais são as condições do Pronaf Mulher no Grupo D?

- O financiamento é de no máximo de R\$ 18 mil;
- A taxa de juros é de 4% ao ano;
- O prazo de pagamento é de até 8 anos, incluídos até 5 anos de carência.

O outro benefício é um desconto de 25% na taxa de juros, para pagamento em dia.

### Quem participa no Grupo E?

Mulheres cuja renda familiar bruta anual está entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil.

### Quais são as condições do Pronaf Mulher no Grupo E?

- O financiamento equivale a um máximo de R\$ 36 mil;
- A taxa de juros é de 7,25% ao ano;
- O prazo de pagamento é de 3 anos, com até 5 anos de carência.

### O Pronaf Mulher é um Crédito de Investimento. E o Crédito para Custeio?

Até 35% do valor do projeto de crédito de investimento do Pronaf Mulher poderá ser destinado a alguma necessidade de custeio, desde que a atividade esteja associada ao projeto de investimento.

### O Que Pode Ser Financiado?

As atividades agrícolas e não-agrícolas, como plantação de hortaliças, criação de pequenos animais, produção de pães, bolachas, queijos, doces, artesanato, turismo rural, etc.

*É necessário que homens e mulheres conheçam e discutam bem o Pronaf e as formas que o governo utiliza para incentivar a participação das mulheres. O acesso ao crédito é uma forma de contribuir para a autonomia econômica das mulheres.*

### Informações:

Para obter mais informações, procure a Emater, o sindicato, os movimentos sociais de mulheres, as organizações não-governamentais ou a associação da comunidade.

As dúvidas poderão ser esclarecidas pelo telefone **0800-787000** ou pelo site **www.pronaf.gov.br**

O governo federal está adotando várias medidas para ampliar a participação econômica das trabalhadoras rurais. Agora o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tem uma linha de crédito específica para as mulheres, elas foram incluídas nos documentos necessários para que a família tenha acesso ao crédito e há um acompanhamento da participação delas no Pronaf. O trabalho das mulheres rurais, que historicamente era considerado apenas como uma ajuda ao trabalho dos homens, passa a ser reconhecido e valorizado pelas políticas públicas.



**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!



Secretaria Especial de  
Políticas para as Mulheres

Programa de Promoção da  
Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

Secretaria da  
Agricultura Familiar

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário



Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia  
End.: SBN Quadra 1, Edif. Palácio do Desenvolvimento, sl. 2104,  
21º andar - CEP: 70057-900 - Brasília / DF  
Telefones: (61) 426-9845 / 426-9847 Site: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

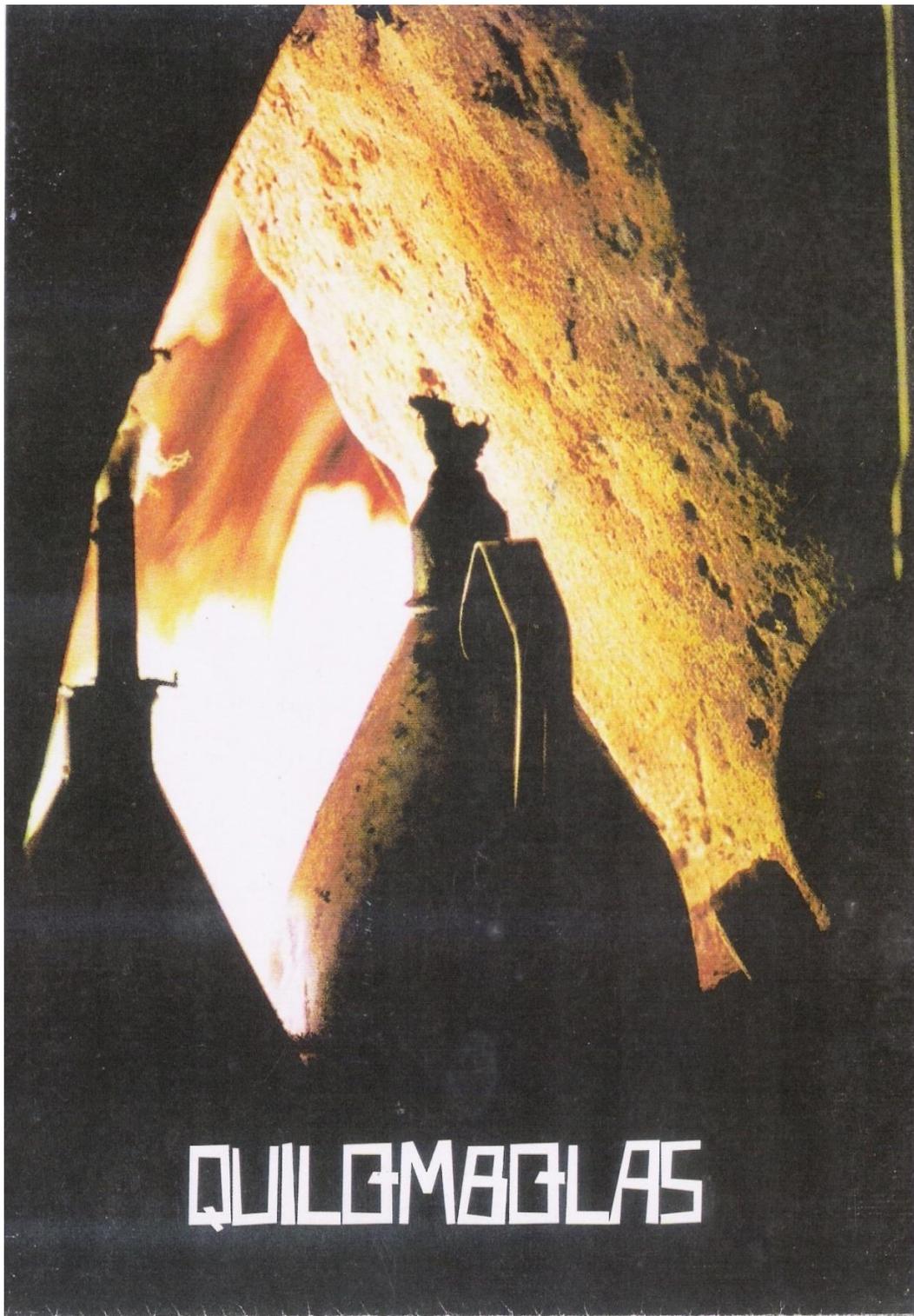
Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

## Anexo VI Folder “Quilombolas.”

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!



**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

## QUILOMBOLAS

SÃO GRUPOS ÉTNICOS, PREDOMINANTEMENTE CONSTITUÍDOS PELA POPULAÇÃO NEGRA RURAL OU URBANA, QUE SE AUTODEFINEM A PARTIR DAS RELAÇÕES COM A TERRA, O PARENTESCO, O TERRITÓRIO, A ANCESTRALIDADE, AS TRADIÇÕES E PRÁTICAS CULTURAIS PRÓPRIAS.

DADOS OFICIAIS APONTAM 743 ÁREAS DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS, CUJA POPULAÇÃO, ESTIMADA EM 2 MILHÕES DE HABITANTES ESTÁ DISTRIBUÍDA EM 30 MILHÕES DE HECTARES. NO ENTANTO, ESTIMATIVAS NÃO-OFICIAIS ADMITEM A EXISTÊNCIA DE MAIS DE 2 MIL COMUNIDADES.

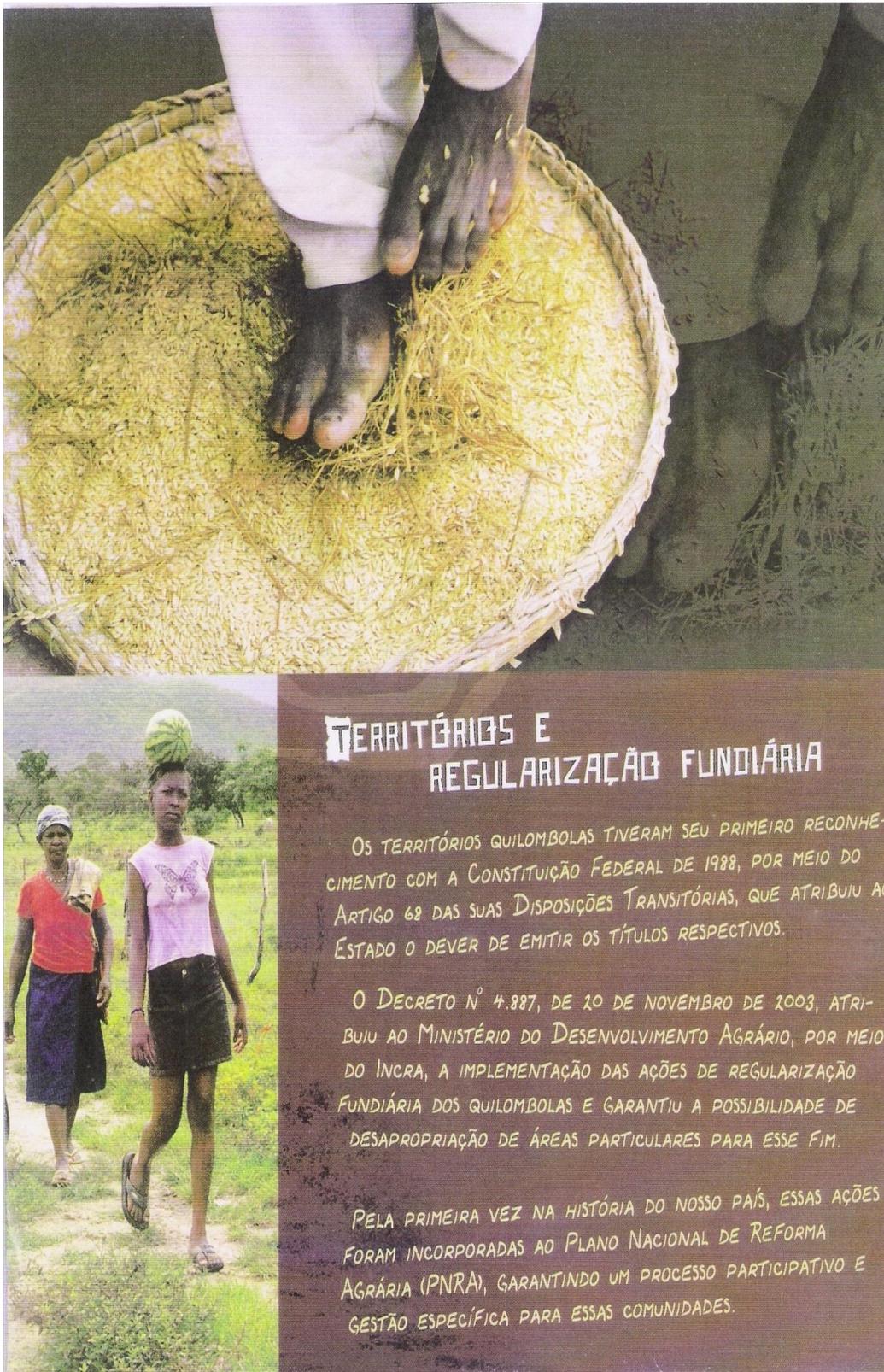
## ETNODESENVOLVIMENTO

O GOVERNO FEDERAL VEM CONSTRUINDO UM MODELO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. ASSUMINDO ESSE COMPROMISSO, O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) INAUGURA UMA AÇÃO INTEGRADA DOS SEUS DISTINTOS ÓRGÃOS VISANDO À PROMOÇÃO DO ETNODESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS. A INICIATIVA VALORIZA EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS E CULTURAIS, RECURSOS AMBIENTAIS, RESPEITANDO VALORES E ASPIRAÇÕES PARA POTENCIALIZAR A CAPACIDADE AUTÔNOMA DESSAS POPULAÇÕES.

### ONDE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO VAI ATUAR:

- ① REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)
- ② GEORREFERENCIAMENTO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS - INCRA E SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO (SRA)
- ③ PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS - OUVIDORIA AGRÁRIA NACIONAL (OAN)
- ④ PROMOÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS E SEGURANÇA ALIMENTAR - SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR (SAF)
- ⑤ ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PUBLICAÇÕES - NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL (INEAD)

AS AÇÕES SERÃO COORDENADAS PELO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA DO MDA, INTEGRADAS ÀS POLÍTICAS DA SECRETARIA ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR).



## TERRITÓRIOS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS TIVERAM SEU PRIMEIRO RECONHECIMENTO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, POR MEIO DO ARTIGO 68 DAS SUAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, QUE ATRIBUIU AO ESTADO O DEVER DE EMITIR OS TÍTULOS RESPECTIVOS.

O DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003, ATRIBUIU AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, POR MEIO DO INCRA, A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS QUILOMBOLAS E GARANTIU A POSSIBILIDADE DE DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS PARTICULARES PARA ESSE FIM.

PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA DO NOSSO PAÍS, ESSAS AÇÕES FORAM INCORPORADAS AO PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA), GARANTINDO UM PROCESSO PARTICIPATIVO E GESTÃO ESPECÍFICA PARA ESSAS COMUNIDADES.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

## ATIVIDADES PRODUTIVAS E SEGURANÇA ALIMENTAR

O MDA PROMOVERÁ O INCENTIVO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS E DE SEGURANÇA ALIMENTAR PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS. SERÃO DESENVOLVIDAS POLÍTICAS DE CRÉDITO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECÍFICA, COMERCIALIZAÇÃO E O ASSOCIATIVISMO, QUE PRESERVEM CARACTERÍSTICAS ÉTNICAS, VALORIZANDO E POTENCIALIZANDO AS TRADIÇÕES, CONHECIMENTOS E CULTURA.

### MAIS INFORMAÇÕES:

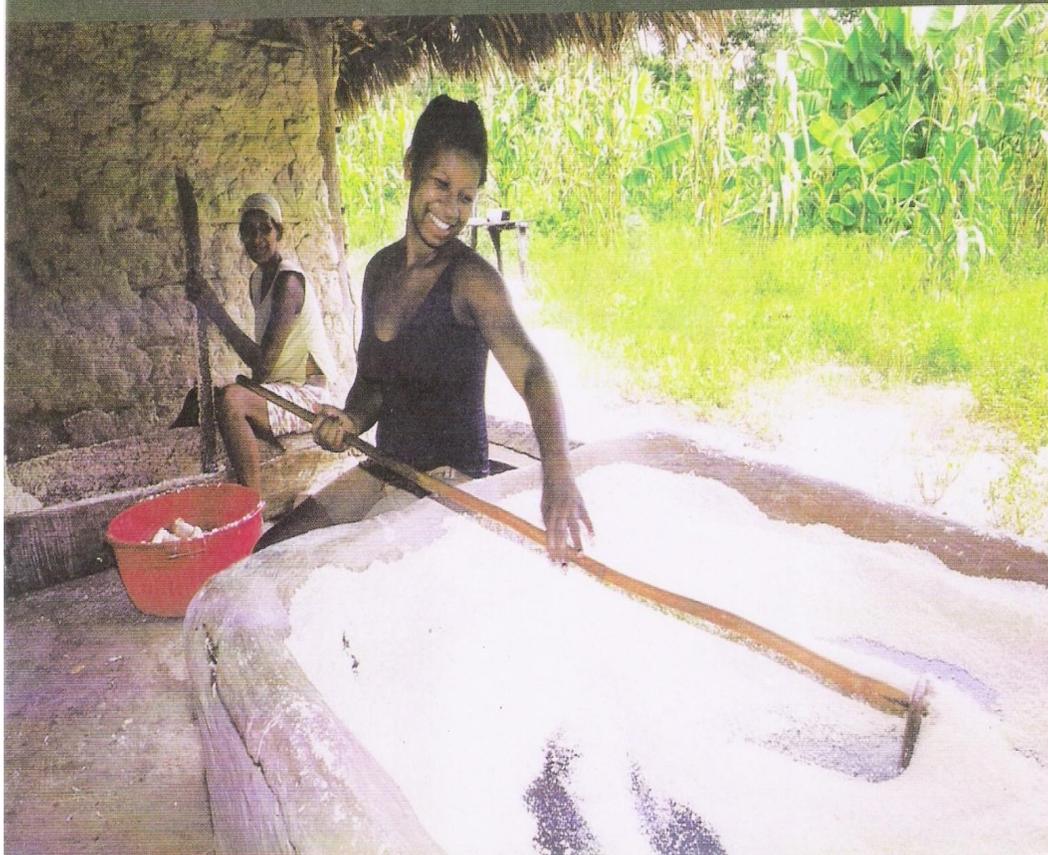
PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ÉTNIA  
END.: SBN QUADRA 1 EDF. PALÁCIO DO DESENVOLVIMENTO SALA 2104 2º ANDAR  
CEP 70057-900 BRASÍLIA/DF

TELEFONES: (61) 426-9845 / 426-9847

SITE: [WWW.MDA.GOV.BR](http://WWW.MDA.GOV.BR)

E-MAIL: [ACOES.AFIRMATIVAS@MDA.GOV.BR](mailto:ACOES.AFIRMATIVAS@MDA.GOV.BR)

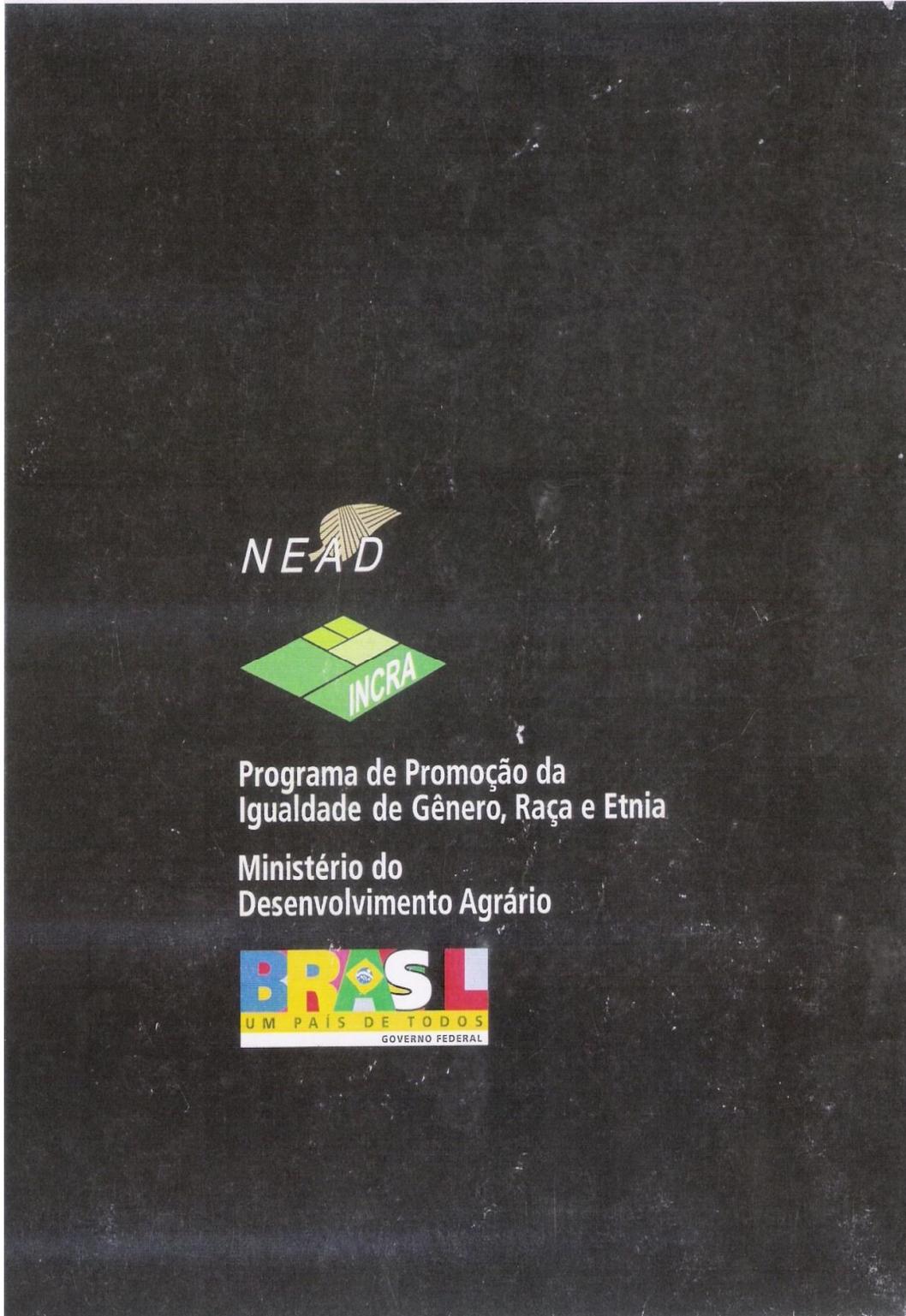
ARTES: LEANDRO CELE  
FOTOS: COMUNIDADE KALUNGAS - DANIELA CASTARDO



pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!



**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!